

# Coordenação de Relações Governamentais

| JURISDIÇÃO | EDITORIA                             | MEDIDA EMERGENCIAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | INSTRUMENTO NORMATIVO                                                                               | DATA DE INCLUSÃO |
|------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| FEDERAL    | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 974, de 28 de maio de 2020</a>                   |                  |
| FEDERAL    | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 960, de 30 de abril de 2020, que "Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial dedrawback, que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020".                                                                                                             | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 73, de 2020</a> |                  |
| FEDERAL    | GERAIS                               | Dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo Plenário do CNPCT, em caráter excepcional, em razão da pandemia global do novo coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Mulher   Resolução nº 6, de 9 de junho de 2020</a>                        |                  |
| FEDERAL    | GERAIS                               | Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 245, de 15 de junho de 2020</a>                    |                  |
| FEDERAL    | GERAIS                               | Disciplina os critérios e procedimentos para a elaboração de proposta e de celebração de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica e no de pequeno valor.                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 247, de 16 de junho de 2020</a>                    |                  |
| FEDERAL    | GERAIS                               | Dispõe sobre as orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do Benefício de Prestação Continuada e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas pela Lei Nº 13.982, de 02 de abril de 2020.                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 480, de 22 de junho de 2020</a>                    |                  |
| FEDERAL    | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Estabelece as condições para transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na perspectiva de recebimento de créditos inscritos.                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 14.402, de 16 de junho de 2020</a>                 |                  |
| FEDERAL    | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Altera o título da ação 00ED, constante da Medida Provisória nº 977, de 4 de junho de 2020, de "Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito" para "Integralização de cotas do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI para Pequenas e Médias Empresas no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito". | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 14.235, de 15 de junho de 2020</a>                 |                  |
| FEDERAL    | GERAIS                               | Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) no âmbito dos Ministérios da Economia e da Saúde com o objetivo de revisão da lista de doenças e afecções que isentam de carência conforme disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (Republicada por ter saído com omissão do anexo no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2020).                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Interministerial nº 256, de 26 de junho de 2020</a>   |                  |
| FEDERAL    | GERAIS                               | Altera a Portaria nº 111, de 27 de março de 2020, que define condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 225, de 22 de junho de 2020</a>                    |                  |
| FEDERAL    | GERAIS                               | Altera a Instrução Normativa nº 22, de 17 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento ao Covid-19, elacionadas ao processo de cadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 52, de 6 de julho de 2020</a>           |                  |
| FEDERAL    | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento ao Covid-19 e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social.                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Conjunta nº 27, de 7 de julho de 2020</a>             |                  |
| FEDERAL    | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a apresentação obrigatória para o alistamento militar devido ao enfrentamento da pandemia dacovid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.384, de 28 de maio de 2020</a>                          |                  |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                    |  |
|---------|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências, com veto parcial, Mensagem nº 307/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020</a>   |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 15.900.000.000,00, para o fim que especifica e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 972, de 26 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Institui o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio e altera o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.373, de 26 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 29.058.260.654,00, para os fins que especifica e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 970, de 25 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.566.379.351,00, para os fins que especifica e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 968, de 19 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Reduz temporariamente a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o produto que menciona.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.352, de 19 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis n os 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999, com veto parcial, Mensagem nº 272/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 975, de 1 de junho de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 4.489.224.000,00, para o fim que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 976, de 4 de junho de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 20.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 977, de 4 de junho de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito ex Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 60.189.488.452,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 978, de 4 de junho de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, que institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos daCovid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.404, de 22 de junho de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 300.000.000,00, para Enfrentamento ao Coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 985, de 25 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências, com veto parcial, Mensagem nº 309/2020                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.006, de 28 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências, com veto parcial, Mensagem nº 268                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 13.998, de 14 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis n os 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências, "com veto parcial, Mensagem nº 377/2020". | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 408.869.802,00, para enfrentamento ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 965, de 13 de maio de 2020</a>  |  |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                  |  |
|---------|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 966, de 13 de maio de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Portaria AGU nº 14, de 23 de janeiro de 2020, que cria as Consultorias Jurídicas da União Especializadas Virtuais (e-CJUs) para atuar no âmbito da competência das Consultorias Jurídicas da União nos Estados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Presidência da República   Portaria nº 172, de 13 de maio de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Institui Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação, em resposta aos impactos relacionados à pandemia do coronavírus (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Presidência da República   Resolução nº 4, de 13 de maio de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Institui Grupo de Trabalho de Apoio aos Brasileiros no Exterior, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Presidência da República   Resolução nº 5, de 13 de maio de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Solicita ao Congresso Nacional a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2020 - CN, que "Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020", enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 75, de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Presidência da República   Mensagem nº 284, de 21 de maio de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Encaminha ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.364.687.357,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Presidência da República   Mensagem nº 315</a>                                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de maio de 2020, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Presidência da República   Resolução nº 1, de 1 de junho de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Institui Grupo de Trabalho para a Consolidação das Estratégias de Governança e Gestão de Riscos do Governo federal em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Presidência da República   Resolução nº 6, de 2 de junho de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre procedimentos a serem adotados por órgãos e entidades do Poder Executivo federal em relação às solicitações de transporte de equipamentos, medicamentos e insumos para o combate à Covid -19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Presidência da República   Resolução nº 7, de 3 de junho de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Congresso Nacional   Emenda Constitucional nº 106</a>                                                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga pelo período de sessenta dias a Medida Provisória nº 929, de 25 de março de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das Relações Exteriores, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 3.419.598.000,00, para os fins que especifica"                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 35, de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 943, de 3 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 52, de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, e republicada, em Edição Extra, no dia 4 do mesmo mês e ano, que "Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 53, de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 945, de 4 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 52, de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 952, de 15 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 63, de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 953, de 15 de abril de 2020, publicada, no Diário Oficial da União, e republicada, em Edição Extra, no dia 16, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 64, de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 954, de 17 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020".                            | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 65, de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Encerra, em 29 de junho de 2020, a Medida Provisória nº 922, de 28 de fevereiro de 2020, que "Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios". | <a href="#">Congresso Nacional   Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 72, de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.344, de 11 de maio de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 101.600.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 988, de 30 de junho de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para prorrogar o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.342, de 7 de maio de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.997, de 6 de maio de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 418.800.000,00, para enfrentamento ao Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 962, de 6 de maio de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020</a>                                            |  |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                        |  |
|---------|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | GERAIS                               | Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, com veto: Mensagem nº 248/2020                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020</a>                                                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial dedrawback, que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 960, de 30 de abril de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga avacatio legis Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   RETIFICAÇÃO - Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 500.000.000,00, para o fim que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 957, de 24 de abril de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 958, de 24 de abril de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 25.720.000.000,00, para combate ao Covid-19 com ações visando a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 956, de 24 de abril de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Antecipação do Abono Salarial para junho – pagamento do abono salarial ao beneficiário da previdência social que, durante o ano, tenha recebido auxílio doença, auxílio acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio reclusão                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Medidas Trabalhistas que podem ser adotadas pelas empresas para o enfrentamento de estado de calamidade pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.360, de 21 de maio de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.398, de 16 de junho de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Adiamento do prazo de pagamento do FGTS por 3 meses. Art 19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Ampliação do prazo de validade da Certidão da Negativa de Débito (CND), de 60 para 180 dias: Art 47                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Caixa Econômica Federal   Circular nº 1.928, de 24 de março de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, que "Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências"                                                                                                           | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020, que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020"                                                                                                    | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".                                                                                                                  | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 56, de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 947, de 8 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.600.000.000,00, para os fins que especifica".                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 57, de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 948, de 8 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)". | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 900.000.000,00, para o fim que especifica".                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).    | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 60, de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 956/2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 25.720.000.000,00, para o fim que especifica".                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 68, de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Prorroga a Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020, que "Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga avacatio legis Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD".                                                                       | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 71, de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Reduz temporariamente as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os produtos que menciona.                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.318, de 9 de abril de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março de 2020, as metas quantitativas e qualitativas dos prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde (SUS)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020</a>                                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Veto integral ao PL 702/2020, dispensa o empregado da comprovação do motivo de quarentena durante o Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Despachos do Presidente da República   Mensagem nº 211, de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Repasa valores correspondentes ao excedente de recursos acumulados ao Sistema Único de Saúde – SUS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Despachos do Presidente da República   Mensagem nº 213, de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo no orçamento de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.324, de 22 de abril de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Encaminha ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 493.615,00, para os fins que especifica"                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Presidência da República   Despachos do Presidente da República nº 260</a>                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga por sessenta dias a MP 904/2019, que extingue o DPVAT                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Presidência da República   Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 28, de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa - Edição Extra do dia 20/06/2020.                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Presidência da República   Portaria nº 319, de 20 de junho de 2020</a>                                     |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                       |  |
|---------|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorroga, por sessenta dias, a MP 924/2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R\$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica"                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Presidente da República   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Encerra o prazo da Medida Provisória nº 921, de 7 de fevereiro de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 11.287.803,00, para os fins que especifica".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Presidente da República   Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 61, de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria CARF nº 10.786, de 28 de abril de 2020, que regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial, por videoconferência, ou tecnologia similar, prevista no art. 53, §§ 1º e 2º do Anexo II do Regimento Interno do CARF                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 13.135, de 28 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga, em caráter excepcional, prazos previstos na Portaria Conjunta SGP-Enap nº 102, de 09 de outubro de 2019, relativamente à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, em razão do estado de emergência internacional decorrente da pandemia da covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Conjunta nº 16, de 13 de maio de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo de restrição ao atendimento presencial nas unidades de atendimento da 1ª Região Fiscal a que se refere a Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 264, de 27 de maio de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que estabelece orientações, no âmbito da FUNDACENTRO, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 148, de 28 de maio de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para o exercício de 2021                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 862, de 27 de maio de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera a Resolução CODEFAT nº 841, de 28 de novembro de 2019, que estabelece normas para envio de dados e informações das instituições financeiras sobre as aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT em depósitos especiais remunerados e em empréstimo constitucional ao BNDES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 863, de 27 de maio de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a ampliação do prazo de contratação de operações de crédito e o recolhimento das remunerações e reembolsos dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT pelas instituições financeiras, no período da pandemia do coronavírus Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 864, de 27 de maio de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Autoriza a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável por meio do Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 1, de 25 de maio de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Publica a versão 1 do Manual de Orientação às Instituições Financeiras - Utilização do Saque-Aniversário FGTS como Garantia na Modalidade de Cessão ou Alienação Fiduciária em Operações de Crédito                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 909, de 25 de maio de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o art. 1º da Portaria ALF/ITJ nº 43, de 30 de março de 2020, estabelece regras para o atendimento no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 56, de 26 de maio de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Autoriza a contratação por tempo determinado, nos termos desta Portaria, do quantitativo máximo de 5.158 (cinco mil, cento e cinquenta e oito) profissionais, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na forma do inciso II do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993, conforme detalhado no Anexo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Interministerial nº 12.683, de 25 de maio de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) no âmbito dos Ministérios da Economia e da Saúde com o objetivo de revisão da lista de doenças e afecções que isentam de carência conforme disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Interministerial nº 256, de 26 de junho de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera as Resoluções CGSIM nºs 51, de 11 de junho de 2019 (versa sobre a definição de baixo risco para os fins da Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019); 22, de 22 de junho de 2010 (dispõe sobre regras a serem seguidas quanto a classificação de risco da atividade para a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo); 29, de 29 de novembro de 2012 (dispõe sobre recomendação da adoção de diretrizes para integração do processo de licenciamento pelos Corpos de Bombeiros Militares); e 48, de 11 de outubro de 2018 (dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual - MEI, por meio do Portal do Empreendedor) | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 57, de 21 de maio de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, em decorrência da pandemia da doença provocada pelo coronavírus identificado em 2019 (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.955, de 25 de maio de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera dispositivos da Portaria DRF/VCA nº 11, de 27 de março de 2020, para suspender, temporariamente, as atividades de atendimento presencial na ARF/JEQ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 17, de 22 de maio de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispensa de autorização prévia do Banco Central do Brasil alterações de regulamentos de arranjos de pagamentos promovidas visando a realizar transações de pagamento relacionadas com contas do tipo poupança social digital de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e impõe limites às tarifas aplicáveis a essas transações em arranjos de pagamento na modalidade "compra" e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 4.020, de 22 de maio de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 13.338, de 4 de junho de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 978, de 8 de junho de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Inclui parágrafo 5º no artigo 2º da Portaria que estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 3ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 302, de 4 de junho de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria Inmetro nº 338, de 20 de agosto de 2019, que dispõe sobre a padronização dos sensores de velocidade utilizados em taxímetros e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 204, de 3 de junho de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre a distribuição e concessão de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISPE, e define as atividades críticas para o funcionamento do referido Sistema.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 217, de 19 de maio de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação; de Minas e Energia; das Relações Exteriores; da Saúde; da Infraestrutura; e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 424.635.114,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 12.540, de 19 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Autoriza a distribuição aos participantes do saldo registrado na rubrica "Reserva para Ajuste de Cotas" em 30.04.2020, somada às demais reservas e retenções.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 2, de 19 de maio de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a codificação de Programa orçamentário, constante da Medida Provisória nº 935, de 1º de abril de 2020, no que concerne ao Ministério da Economia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 12.485, de 18 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga o prazo para apresentação e obtenção de certificado emitido por instituição autônoma certificadora no período de vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução nº 28, de 19 de maio de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a divulgação da versão 11 do Manual de Orientação ao Empregador Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 907, de 18 de maio de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga, excepcionalmente, os prazos para registro em sistema informatizado de entrada física de mercadorias importadas sob amparo do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof), estabelecidos nos incisos IV, V e VI do Ato Declaratório Executivo Conjunto Coana/Cotec nº 1, de 13 de maio de 2008, que dispõe sobre especificações, requisitos e prazos para implantação de sistemas de controle informatizado para industrialização no Recof                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Ato Declaratório Conjunto nº 4, de 7 de maio de 2020</a>                         |  |



|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                 |  |
|---------|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | GERAIS                               | Institui o Comitê de Gestão Orçamentária e de Aquisições (CGA) da Susep e seu funcionamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 7.633, de 7 de maio de 2020.</a>               |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga para o dia 30 de junho de 2020, o prazo estabelecido no art. 3º da R-PR nº 5/2015 para o recebimento, no IBGE, dos Ofícios provenientes dos órgãos estaduais responsáveis pelas alterações na estrutura territorial oficial e/ou das Assembleias Legislativas, para efeito de cálculo da estimativa populacional a ser publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 2020                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 17, de 14 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020 (estabelece orientações, no âmbito da FUNDACENTRO, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da COVID-19), que foi dilatado pela Portaria nº 96 de 15 de abril de 2020, até 30/05/2020                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 137, de 16 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 44, de 14 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de pagamento de parcelas e de formalização de opção no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 155, de 15 de maio de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Disciplina o atendimento virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil realizado por meio do Chat RFB                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 853, de 14 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorrogação da Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências                    | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4, de 15 de maio de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Estabelece as condições e os procedimentos para o cadastramento de consignatários e a habilitação para o processamento de consignações, o controle da margem consignável, a recepção e o processamento das operações de consignação, o cancelamento de consignação e de desconto, a desativação temporária, o descadastramento e a suspensão por inadimplência de consignatários e o registro e o processamento de reclamações de consignados | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 209, de 13 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre as medidas e os prazos para a efetivação das transferências e dos demais procedimentos necessários ao cumprimento do disposto na Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 210, de 13 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Regimento Interno do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 211, de 13 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Regimento Interno do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 212, de 13 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre participação e votação a distância em assembleias de debenturistas e altera dispositivos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e da Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 625, de 14 de maio de 2020</a>      |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Criação e alteração de serviços junto ao SAG Gestão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 123, de 13 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Modifica as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne ao Ministério da Educação e à Dívida Pública Federal                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 12.116, de 13 de maio de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Autoriza os serviços solicitados com autenticação por código de acesso ou pelo Login Único Gov.br, por meio de Dossiê Digital de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Ato Declaratório Executivo nº 1, de 12 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em decorrência da pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019 (Covid-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS)                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 201, de 11 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga, em caráter excepcional, prazos previstos na Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019, relacionados à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNPD pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, em razão do estado de emergência internacional decorrente da pandemia da covid-19                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 37, de 11 de maio de 2020</a>       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera grupos de natureza de despesa, constantes das Medidas Provisórias nº 924, de 13 de março de 2020, e nº 942, de 2 de abril de 2020, no âmbito do Ministério da Educação, no valor de R\$ 33.966.736,00, para enfrentamento ao Covid-19                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11.649, de 8 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Suspende a migração dos benefícios pagos por intermédios de entidades conveniadas que realizam complementação até o retorno de todas as atividades presenciais desenvolvidas nas Agências e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº Conjunta nº 11, de 11 de maio de 2020</a>      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o prazo de retorno às atividades presenciais de servidores participantes de iniciativas de gestão semelhantes às de que trata a Instrução Normativa SGP/MP nº 1, de 2018, que trata o art. 3º da Portaria SE/ME nº 6.313, de 14 de outubro de 2019                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11.699, de 8 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre as importações de ventiladores pulmonares, monitores de sinais vitais, bombas de infusão, equipamentos de oximetria e capnógrafos, usados                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 25, de 8 de maio de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza a contratação por tempo determinado, nos termos desta Portaria, do quantitativo máximo de 4.117 (quatro mil, cento e dezessete) profissionais, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11.259, de 5 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga, em razão da pandemia de Covid-19, o prazo para cumprimento da obrigação de elaboração ou revisão do Plano de Gestão Integrada - PGI do Projeto Orla pelos municípios que aderiram ao Termo de Adesão à Gestão de Praias - TAGP (Cláusula Terceira, V, "c", do TAGP - Portarias 113, de 12 de julho de 2017, e 44, de 31 de maio de 2019)                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11.535, de 7 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 2ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 234, de 8 de maio de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Delega competência ao Gerente Administrativo em Recife para credenciar prestador de serviço de saúde em Recife - PE para prestar serviço de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) aos beneficiários do PASBC vinculados às demais praças do Banco Central                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 107.504, de 7 de maio de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Autoriza, em decorrência da pandemia de COVID-19, a realização de sorteio de processos para os conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF fora do ambiente de sessões presenciais de julgamento                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 189, de 4 de maio de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre os procedimentos a serem aplicados com a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social pela Lei nº 13.982, de 2020, e cumprimento de Ação Civil Pública                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 374, de 5 de maio de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.944, de 4 de maio de 2020</a>     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 33, de 29 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre o recolhimento de remunerações e reembolsos de depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT pelas instituições financeiras                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 858, de 29 de abril de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019, que regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT aos respectivos fundos do trabalho dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, e dá outras providências                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 859, de 29 de abril de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Dispõe sobre a criação de plataforma digital de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine, dedicada a promover e facilitar a contratação de profissionais para atuar no enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 860, de 29 de abril de 2020</a>               |  |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                        |  |
|---------|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e altera a Instrução Normativa nº 28, de 25 de março de 2020, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais, que estabelecem orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 35, de 29 de abril de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Permite a criação de Centros de Conferência Remota - CONFERE - para verificação de bens e mercadorias submetidas a controle aduaneiro, por meio de registros de imagens                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 393, de 27 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do 1º trimestre de 2020, referente à(s) atividade(s) supervisionada(s) por esta Unidade, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 25, de 24 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece normas especiais sobre a disponibilização ao cliente de cheque devolvido, enquanto perdurar a situação de risco à saúde pública decorrente do novo Coronavírus (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 4.008, de 28 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre medidas temporárias e em caráter de excepcionalidade aplicáveis à constituição e ao funcionamento de grupos de consórcio em decorrência da pandemia de Covid-19 e altera a Circular nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 4.009, de 28 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera, em função dos impactos da Covid-19 na economia, a data de disponibilização ao Banco Central do Brasil dos relatórios anuais relativos ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e ao Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (IcaapSimp) com data-base de 31 de dezembro de 2019, de que trata a Circular nº 3.846, de 13 de setembro de 2017                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 4.012, de 28 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dá nova redação à Carta Circular nº 3.967, de 2 de agosto de 2019, que estabelece procedimentos para remessa de informações sobre cotistas de fundos de investimento, em função dos impactos da Covid-19 na economia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Carta Circular nº 4.040, de 29 de abril de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo de entrega das obrigações das EFPC relativas ao envio de documentos e informações previstos nas Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar, em função da decretação de estado de calamidade pública                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 36, de 24 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Autoriza o Ministério da Economia (ME) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a realizarem chamamento público para contratação temporária de pessoal                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 10.736, de 27 de abril de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Modifica as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne à Presidência da República e ao Ministério da Defesa, após considerados a expectativa de atraso na efetiva arrecadação da fonte 72 - Outras Contribuições Econômicas, em decorrência da publicação da Medida Provisória nº 952                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 10.763, de 27 de abril de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dá publicidade ao resultado obtido pelos servidores da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de Teletrabalho na atividade de "Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros" nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF)                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 5, de 27 de abril de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Publica o resultado alcançado no 1º (primeiro) trimestre de 2020 por servidores que atuam na modalidade teletrabalho                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11, de 24 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Circular nº 3.996, de 6 de abril de 2020, que dispõe sobre as operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG), de que trata a Resolução nº 4.795, de 2 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 4.007, de 24 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Edita normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   RETIFICAÇÃO - Portaria SEPR nº 10.486, de 22 de abril de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre o prazo para categorização de dados devido a ocorrência do estado de calamidade pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 3, de 14 de abril de 2020*</a>                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Modifica as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne ao Ministério da Economia e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 10.479, de 22 de abril de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga a vigência da Portaria SRRF06 nº 135, de 19 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte nas unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito da 6ª Região Fiscal, devido o coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 197, de 23 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dá publicidade ao resultado obtido pelos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de teletrabalho, referente ao 1º trimestre de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 13, de 24 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Edita normas para o processo e pagamento que trata a MP 836/2020, que trata do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas de enfrentamento ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 10.486, de 22 de abril de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre condições, conceitos e critérios para desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para o enfrentamento ao COVID-19 na Amazônia Ocidental (AMOC) e no Estado do Amapá                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 320, de 22 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga a suspensão temporária das atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Irecê - BA, em função do coronavírus (SARS-Cov-2)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 56, de 20 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega do Aeroporto Internacional do Galeão, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 67, de 16 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Ato Declaratório Executivo Codac nº 14, de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o preenchimento da GFI                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Ato Declaratório Executivo nº 15, de 17 de abril de 2020</a>      |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Estabelece procedimentos para disponibilização de dados de empresas de telecomunicações ao IBGE, para fins de produção de estatística oficial decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 2, de 17 de abril de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-1                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 32, de 16 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte (Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC de Belo Horizonte e Agências da Receita Federal do Brasil - ARF em Ouro Preto, Conselheiro Lafaete, Coronel Fabriciano, Itabira e João Monlevade) em caráter excepcional, considerando o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 79, de 8 de abril de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e nas Agências da Receita Federal do Brasil em Lagoa Santa/MG, Curvelo/MG, Diamantina/MG e Paracatu/MG - em caráter excepcional, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 22, de 16 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Instituir procedimentos, em caráter extraordinário, para avaliação e autorização da preparação de projetos e programas do setor público com o apoio de natureza financeira de fontes externas, em vista da decretação do estado de calamidade pública no Brasil, no contexto da pandemia do coronavírus (COVID-19), em conformidade com o disposto no Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 2, de 13 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza a contratação de 70 (setenta) técnicos de enfermagem (nível médio), por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do inciso II do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Interministerial nº 8.043, de 23 de março de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 15, de 14 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Disciplina a concessão de assistência financeira pelas entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras e a atuação dessas empresas como correspondentes, no País, de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 600, de 13 de abril de 2020</a>                       |  |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                       |  |
|---------|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Portaria SEPRT nº 1.229, de 6 de novembro de 2019, que suspendeu as decisões em processos de requerimento de registro sindical. Processo nº 19964.103489/2020-62.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 9.275, de 6 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre a prorrogação de prazos para envio das informações dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e sobre os prazos relativos ao Processo Administrativo Previdenciário - PAP e às notificações emitidas em auditorias diretas e indiretas realizadas nesses regimes. (Processo nº 10133.100343/2020-73).                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 9.348, de 6 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Aprova o quantitativo de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá - HU-UNIFAP.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 9.669, de 9 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                     |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Disciplina, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a aplicação da suspensão das disposições normativas que restringem o percentual de servidores designados para trabalho remoto e das que estabelecem acréscimo de produtividade a que se refere o § 3º do art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, em virtude das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 696, de 9 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 232, de 8 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Disciplina os procedimentos emergenciais relacionados ao agendamento de posicionamento de cargas nos recintos aduaneiros e à verificação remota de mercadorias por meio de imagens, na importação, exportação e trânsito aduaneiro, no âmbito da 6ª Região Fiscal, enquanto durarem as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus - Covid19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 170, de 8 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG e nas Agências da Receita Federal do Brasil em Araguari/MG, Ituiutaba/MG, Patos de Minas/MG e Patrocínio/MG, em caráter excepcional, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 28, de 9 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                        |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza, para produtores rurais, inclusive agricultores familiares cujas atividades tenham sido prejudicadas em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, a prorrogação do reembolso das operações de crédito rural de custeio e de investimento; a contratação de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) ao amparo de Recursos Obrigatórios de que trata a Seção 2 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR 6-2); e cria linhas especiais de crédito de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.801, de 9 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                    |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devido à pandemia da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.803, de 9 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera, em função dos impactos da Covid-19 na economia, as datas-límites para divulgação de demonstrações financeiras e remessa de documentos contábeis ao Banco Central do Brasil.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 3.999, de 9 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga a suspensão das atividades presenciais dos cursos de pós-graduação e cursos técnicos do Inmetro, tais como: aulas, seminários e defesas de dissertação e tese em razão da pandemia causada pelo COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Prorroga a suspensão das atividades presenciais dos cursos de pós-graduação e cursos técnicos do Inmetro, tais como: aulas, seminários e defesas de dissertação e tese em razão da pandemia causada pelo COVID-19, e dá outras providências.</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre orientações técnicas para a identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, e de seus efeitos sociais e econômicos, de que trata o Decreto nº 10.360, de 21 de maio de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 41, de 29 de maio de 2020</a>                                                                                                                                                                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Suspender a prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">INSS   Portaria nº 373, de 16 de março de 2020</a>                                                                                                                                                                                                                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga a MP 397/2020, que trata do auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Devido à Pandemia da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 45, de 2020</a>                                                                                                                                                                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Devido à Pandemia da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 937, de 2 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Voucher de R\$ 600,00 para trabalhadores informais e autônomos, por 3 meses                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, com veto parcial: Mensagem nº 41, do Presidente da República</a>                                                                                                                                                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.316/2020, a respeito do Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 351, de 7 de abril de 2020</a>                                                                                                                                                                                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga até 19 de junho de 2020, o prazo de que trata o art. 1º da Portaria Conjunta nº 8.024, de 19 de março de 2020, que Dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19). (Processo nº 10128.106029/2020-73).                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Conjunta nº 17, de 21 de maio de 2020</a>                                                                                                                                                                                               |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Institui e regulamenta o programa de gestão em experiência-piloto, na modalidade teletrabalho, de que trata o art. 6º, § 6º, do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, nas unidades CGTEC e CGMOI e no grupo de trabalho permanente para análises de recursos administrativos apresentados ao Superintendente pelas empresas com obrigações de investimento em P&D, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 368, de 20 de maio de 2020</a>                                                                                                                                                                                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Portaria SRRF04 nº 232, de 8 de abril de 2020, que estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 257, de 20 de maio de 2020</a>                                                                                                                                                                                                       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera o Anexo II à Carta Circular nº 3.611, de 2 de setembro de 2013, que divulga os títulos e subtítulos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), utilizados como base de cálculo das contribuições ordinárias e especiais das instituições associadas ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Carta Circular nº 4.053, de 22 de maio de 2020</a>                                                                                                                                                                                               |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 121, de 1 de junho de 2020</a>                                                                                                                                                                                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Portaria SRRF05 nº 98, de 3 de abril de 2020, que estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 5ª Região Fiscal, por meio da caixa de e-mail corporativa regional de atendimento, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 122, de 1 de junho de 2020</a>                                                                                                                                                                                                       |  |



|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                    |  |
|---------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga os efeitos e a vigência da Portaria DRF/AJU nº 21, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão temporária das atividades de atendimento presencial na Rede de Atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-CoV-2).                 | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 26, de 2 de junho de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera o limite global anual para contratação de operações de crédito com os órgãos e entidades do setor público em 2020, a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por meio da alteração desse limite no Anexo à Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017.                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.821, de 1 de junho de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução CNAS nº 38, de 21 de novembro de 2019, do Conselho Nacional de Assistência Social, que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS para compor a Gestão 2020-2022                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Cidadania   Resolução nº 7, de 28 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece a ampliação do prazo de validade das certidões emitidas em decorrência do atendimento dos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em razão da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19)                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 2, de 18 de maio de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria nº 335, de 20 de março de 2020, para acrescentar medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional                                       | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 387, de 15 de maio de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 386, de 14 de maio de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre repasse emergencial de recursos federais para a operacionalização de ações de incremento à segurança alimentar e nutricional aos usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito da União, dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19 | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 385, de 13 de maio de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe acerca da operacionalização do repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19                                                  | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria Conjunta nº 2, de 12 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19                                                                           | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 378, de 7 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19                  | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 68, de 7 de maio de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera a Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19                                                                    | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 374, de 5 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de pessoas idosas ou com deficiência no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19                                                                                      | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 65, de 6 de maio de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre a antecipação do benefício de prestação continuada prevista no art. 3º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria Conjunta nº 3, de 5 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19                  | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 64, de 5 de maio de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende temporariamente a realização da Assembleia de Eleição da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para compor a Gestão 2020-2022, prevista na Resolução nº 38, de 21 de novembro de 2019, do Conselho Nacional de Assistência Social                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Cidadania   Resolução nº 5, de 4 de maio de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19                                                                       | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Aprova recomendações gerais para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no contexto da Pandemia do novo Coronavírus, Covid-19.                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 86, de 1 de junho de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 413, de 15 de junho de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a realização de reuniões virtuais do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos   Resolução nº 20, de 16 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo Plenário do CONANDA, em caráter excepcional, em razão da pandemia global do novo coronavírus (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos   Resolução nº 219, de 17 de abril de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece procedimentos extraordinários para captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais em razão da Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Cidadania   Instrução Normativa nº 5, de 20 de abril de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Aprova a Nota Técnica nº 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 58, de 15 de abril de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui o arranjo interno de governança para os procedimentos e os processos de implementação do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2020, a ser pago pelo Ministério da Cidadania.                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 352, de 7 de abril de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre – FIDE.                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 1.029, de 9 de abril de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento ao COVID-19, no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo para o registro de visitas do Programa Criança Feliz, do Sistema Único de Assistência Social                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 7, de 22 de abril de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.457, de 25 de maio de 2020</a>                  |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                            |  |
|---------|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre as competências, o fluxo dos processos e o arranjo de governança relativos ao pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, no âmbito do Ministério da Cidadania.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 394, de 29 de maio de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe acerca da contestação extrajudicial relativa aos indeferimentos de requerimentos de auxílio emergencial, previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, no âmbito da Defensoria Pública da União, por meio de comprovação documental.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 423, de 19 de junho de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 – Edição Extra do dia 25/06/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 428, de 25 de junho de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorroga o prazo de adesão dos estados, municípios e Distrito Federal ao repasse emergencial de recursos federais e dispõe acerca do requerimento do órgão gestor para a segunda parcela da estruturação da rede referente ao Equipamento de Proteção Individual - EPI, previstos respectivamente no inciso I do art. 4º e inciso I e parágrafo único do art.5º, da Portaria nº 63, de 29 de abril de 2020.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 94, de 29 de junho de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre – FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.283, de 4 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.205, de 27 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de condicionantes e vigências de outorgas de uso de recursos hídricos, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Resolução nº 21, de 20 de abril de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado da Paraíba/PB                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.233, de 29 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Ceará/CE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.237, de 29 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Paraná/PR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.230, de 28 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Alagoas/AL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.200, de 24 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado da Bahia/BA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.148, de 20 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Piauí/PI                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.150, de 20 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhecer o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre – FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.152, de 20 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Amapá/AP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.165, de 20 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de São Paulo/SP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.166, de 20 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Amazonas/AM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.167, de 20 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Maranhão/MA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.168, de 20 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Pará/PA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.169, de 20 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.172, de 20 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre – FIDE.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.600, de 3 de junho de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Instrução Normativa n. 22, de 3 de agosto de 2018, a fim de prorrogar, em caráter excepcional, o prazo para contratação de operações selecionadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Instrução Normativa nº 11, de 15 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende a contagem de prazos previstos na Portaria n. 287, de 28 de junho de 2013, do Ministério das Cidades, como medida administrativa de enfrentamento ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.800, de 25 de junho de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera prazos previstos na Portaria MCIDADES n. 704, de 4 de dezembro de 2018, alterada pela Portaria MDR n. 3.187, de 31 de dezembro de 2019, e no manual aprovado pela Portaria MDR n. 646, de 18 de março de 2020, para o enfrentamento ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.801, de 25 de junho de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera o prazo de vigência disposto no inciso I do art. 3º da Instrução Normativa nº 10, de 10 de fevereiro de 2020, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 38, de 12 de maio de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Juazeiro - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 63, de 9 de junho de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada em 15 de maio de 2020 - Resolução nº 004/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 5, de 12 de junho de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que "Estabelece orientações, no âmbito da FUNDACENTRO, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), seguindo o plano de contingenciamento do Governo Federal para reduzir o contágio e preservar os servidores e comunidade do COVID-19, tendo em vista que a situação atual está definida como de transmissão comunitária, não sendo possível identificar a fonte de transmissão, o que significa que o vírus está circulando entre a população. | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 163, de 10 de junho de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria nº 3.409, de 24 de setembro de 2019, que estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, acerca do recesso para comemoração das festas de final de ano                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11.540, de 7 de maio de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Estabelece que, para o mês de abril de 2020, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 1.348,64 (um mil, trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria de 11 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.950, de 12 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera as Instruções Normativas RFB nº 1.782, de 11 de janeiro de 2018, e nº 1783, de 11 de janeiro de 2018, que dispõem, respectivamente, sobre entrega de documentos no formato digital para juntada a processo digital ou a dossiê digital e sobre a solicitação de serviços mediante dossiê digital de atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.951, de 12 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Modifica as fontes de recursos e o identificador de resultado primário constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne aos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, e do Desenvolvimento Regional, inserindo o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11.527, de 7 de maio de 2020</a>                          |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                             |  |
|---------|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece os procedimentos e os requisitos técnicos para avaliação de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e emissão, renovação ou alteração de Certificado de Aprovação - CA e dá outras providências. (Processo nº 19966.100406/2020-63)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11.347, de 6 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece, em caráter temporário, procedimentos e prazos para formalização dos pedidos de aplicação e de extinção da aplicação dos regimes aduaneiros especiais e aplicados em áreas especiais durante o estado de emergência de saúde pública decorrente da doença pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.947, de 7 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Trata do funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 19, de 7 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999, que estabelece requisitos e condições para a aplicação do Regime de Tributação Simplificada instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que trata da tributação simplificada das remessas postais internacionais, constantes em anexo                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 194, de 6 de maio de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Referenda as Resoluções nº 957 e nº 958, de 24 de abril de 2020, editadas ad referendum do Conselho Curador do FGTS, tratando do saque aniversário do FGTS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 959, de 5 de maio de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria RFB nº 696, de 9 de abril de 2020, que disciplina, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a aplicação da suspensão das disposições normativas que restringem o percentual de servidores designados para trabalho remoto e das que estabelecem acréscimo de produtividade a que se refere o § 3º do art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, em virtude das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 1.086, de 29 de junho de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 144, de 1 de julho de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Regulamenta os procedimentos a serem observados pelas empresas com projetos industriais que usufruem dos incentivos fiscais da ZONA FRANCA DE MANAUS em razão das medidas de prevenção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito da SUFRAMA.                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 445, de 29 de junho de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Regulamenta a suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos para mobilidade urbana.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 916, de 1 de julho de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 961, de 5 de maio de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Regulamenta a suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos para saneamento básico                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 963, de 5 de maio de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Autoriza a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável de Ajuda Humanitária COVID 19 em Corumbá/MS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 2, de 16 de abril de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Autoriza a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável de Ajuda Humanitária COVID 19 em Ponta Porã/MS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 3, de 16 de abril de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Autoriza a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável de Ajuda Humanitária COVID 19 em Criciúma/SC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4, de 16 de abril de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria SRRF04 nº 232, de 8 de abril de 2020, que estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 248, de 4 de maio de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera as Resoluções nºs. 4.801 e 4.802, ambas de 9 de abril de 2020, que autorizam medidas relacionadas ao crédito rural para mitigar o efeito negativo do distanciamento social decorrente da Covid-19, e da seca, respectivamente                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.807, de 30 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Estabelece medidas de caráter emergencial para os procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.810, de 30 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera grupos de natureza de despesa, constantes da Medida Provisória nº 941, de 2 de abril de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R\$ R\$ 58.421.206,00                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11.007, de 29 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre o atendimento externo ao contribuinte na ARF Tangará da Serra-MT em decorrência do Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 43, de 29 de abril de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga a suspensão temporária das atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Irecê - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo coronavírus (SARS-Cov-2)                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 60, de 30 de abril de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece procedimentos para a realização de sessões de julgamento exclusivamente por videoconferência enquanto perdurarem as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Deliberação nº 855, de 30 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial, por videoconferência ou tecnologia similar, prevista no art. 53, §§ 1º e 2º do Anexo II do Regimento Interno do CARF                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 10.786, de 28 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do primeiro trimestre de 2020, referente à atividade supervisionada por esta Unidade, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 19, de 27 de abril de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Autoriza a transferência do pagamento de benefícios para modalidade de conta corrente                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 543, de 27 de abril de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece regras para o trâmite de documentos necessários à aplicação de Acordos Internacionais de Previdência Social, pelo prazo que durar a emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 544, de 27 de abril de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Autoriza a prorrogação automática dos benefícios de Auxílio-Doença enquanto perdurar o fechamento das agências em função da Emergência de Saúde Pública de nível internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), nas condições especificadas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 552, de 27 de abril de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria e a entrega da mercadoria antes da conclusão da conferência aduaneira, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega da Fortaleza, nos casos que menciona, enquanto perdurar o Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 7, de 22 de abril de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria e a entrega da mercadoria antes da conclusão da conferência aduaneira, nos recintos jurisdicionados pela Inspeção da RFB no Porto de São Luís, nos casos que menciona, enquanto perdurar o Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 5, de 22 de abril de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega do Porto de Itaguaí, nos casos que menciona, enquanto perdurar o Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 7, de 22 de abril de 2019</a>              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Autoriza o registro de Declaração de Importação antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, nos casos que menciona, enquanto perdurar o Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 39, de 22 de abril de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui o Teletrabalho na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 734, de 16 de abril de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera as datas-limite para a remessa ao Banco Central do Brasil de documentos "Dados de Risco de Crédito, Estatísticas Agregadas de Crédito e de Arrendamento Mercantil e Informações sobre Relacionamentos de Cooperativa"                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Carta Circular nº 4.034, de 22 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera as datas-limite para a remessa ao Banco Central do Brasil de documentos "Dados de Risco de Crédito, Estatísticas Agregadas de Crédito e de Arrendamento Mercantil e Informações sobre Relacionamentos de Cooperativa"                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Carta Circular nº 4.034, de 22 de abril de 2020</a>    |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                   |  |
|---------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria DRF/BSS nº 34/2020, que disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Receita Federal do Brasil em Brasília.                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 92, de 27 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre o atendimento externo ao contribuinte na ARF Tangará da Serra-MT em decorrência do Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 53, de 29 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga o prazo a que se refere a Portaria ALF/PPA Nº 27, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 25 de março de 2020, referente à alteração temporária do horário de atendimento do plantão aduaneiro da ALF/PPA.                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 34, de 29 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga o prazo a que se refere a Portaria ALF/PPA Nº 26, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 25 de março de 2020, referente à suspensão temporária do atendimento presencial no CAC da ALF/PPA como medida de proteção ao Coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 35, de 29 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Disciplina os procedimentos relacionados ao agendamento de posicionamento de cargas nos recintos alfandegados e à verificação remota de mercadorias por meio de imagens, na importação e na exportação, com o propósito de aperfeiçoar o processo de despacho aduaneiro, tornando-o mais eficiente e moderno.                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 111, de 29 de maio de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional. | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.820, de 29 de maio de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 52, de 17 de junho de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | . Estabelece medidas para redução dos impactos econômicos decorrentes da doença pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19) com relação aos beneficiários do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial de que tratam as Instruções Normativas RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012, e nº 1.612, de 26 de janeiro de 2016.                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.960, de 16 de junho de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece orientações quanto às medidas protetivas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 680, de 17 de junho de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Orienta os órgãos e entidades públicas nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária, em virtude da pandemia de Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 3, de 27 de maio de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a substituição das sessões presenciais de Reuniões Participativas ou Audiências Públicas por sessões públicas transmitidas por meio de videoconferência ou outro meio eletrônico, em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 5.892, de 26 de maio de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a postergação da cobrança de verbas de fiscalização das concessionárias federais de infraestrutura rodoviária referentes às competências de maio, junho e julho de 2020, em razão do estado de calamidade pública decorrente do Covid-19                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 5.892, de 26 de maio de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Autoriza, em caráter excepcional e temporário, o pouso ou decolagem de helicópteros em local não cadastrado pela ANAC no período de enfrentamento da pandemia do COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 559, de 18 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Autoriza, em caráter excepcional e temporário, alterações em aeronaves para o transporte de passageiros usando dispositivos de isolamento de pacientes (Patient Isolation Device - PID), dispositivos de separação entre a área do cockpit e a cabine (Partitioning Devices - PD) e outros                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 560, de 18 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Preserva os efeitos integrais da Portaria nº 80/2020-DG/ANTAQ, de 19/03/2020, com a manutenção do fechamento provisório do protocolo físico, assim como a prorrogação, a contar de 18/05/2020, da suspensão da fluência dos prazos processuais até o dia 29/05/2020, oportunidade em que deve ocorrer nova análise da situação pela Diretoria Colegiada da ANTAQ                                                         | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Portaria nº 109, de 18 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Flexibiliza em caráter excepcional e temporário da aplicação de dispositivos da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 556, de 13 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Fixa interpretação quanto ao art. 3º da Medida Provisória nº 925, de 18 de março de 2020, em relação ao art. 11 da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 557, de 13 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Autoriza, em caráter excepcional e temporário, alterações de aeronaves e transporte de passageiros usando dispositivos de isolamento de pacientes                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Decisão nº 83, de 20 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga em caráter emergencial a validade dos certificados de pré-qualificação dos operadores portuários em decorrência da pandemia da covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Portaria nº 50, de 19 de maio de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a realização de vistoria de identificação veicular, de que trata a Resolução CONTRAN nº 466, de 11 de dezembro de 2013, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Deliberação nº 190, de 20 de maio de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 5.893, de 2 de junho de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção e controle de riscos do Novo Coronavírus                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Portaria nº 22, de 26 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Revoga a Portaria Interministerial MJSP/MS nº 05, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Portaria Interministerial nº 9, de 27 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre Diretrizes Extraordinárias e Específicas para Arquitetura Penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Resolução nº 5, de 15 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre Diretrizes Básicas para o Sistema Prisional Nacional no período de enfrentamento Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Resolução nº 4, de 23 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre Diretrizes Extraordinárias e Específicas para Arquitetura Penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais.                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Resolução nº 5, de 15 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspende as visitas e atendimentos de advogados nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Portaria nº 12, de 22 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção e controle de riscos do Novo Coronavírus.                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Portaria nº 28, de 26 de junho de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R\$ 3.600.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Judiciário   Ato nº 183, de 18 de maio de 2020</a>                                              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Regulamenta o disposto no art. 2º, § 4º, 'b', da Portaria Conjunta n. 202-CJF, de 30 de abril de 2020, quanto ao envio de arquivos de sustentação oral por meio eletrônico                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Judiciário   Instrução Normativa nº 5, de 11 de maio de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre a prorrogação da inspeção no Tribunal Regional Federal da 2ª Região nas áreas da Coordenadoria de Distribuição, Registro e Autuação e de Sistemas Judiciais Eletrônicos                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Judiciário   Portaria nº 201, de 30 de abril de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria MME nº 202, de 28 de abril de 2020, suspendendo de 20 de março até o dia 30 de junho de 2020 os prazos processuais para a apresentação de pedidos de reconsideração e recursos interpostos nos processos minerários em que haja decisão de indeferimento, de caducidade ou nulidade de alvará ou concessão de lavra, cuja competência de outorga seja do Ministro de Estado de Minas e Energia         | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Portaria nº 214, de 11 de maio de 2020</a>                            |  |



|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                             |  |
|---------|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução nº 30, de 30 de abril de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Determina que as reuniões deliberativas da ANEEL serão exclusivamente virtuais até o dia 31 de maio de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Portaria nº 6.354, de 20 de abril de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a suspensão do atendimento presencial nas instalações da ANM em todo o território nacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Portaria nº 262, de 20 de abril de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Resolução ANP nº 812, de 23 de março de 2020, que define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP, enquanto durarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelos Estados e Municípios da Federação.                                                      | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução nº 818, de 21 de maio de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera os arts. 1º e 3º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução nº 36, de 1 de junho de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Concessionárias de transmissão de energia elétrica. Objeto: Autorizar a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, como medida de enfrentamento dos efeitos da pandemia de COVID-19. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em <a href="http://www.aneel.gov.br/biblioteca">www.aneel.gov.br/biblioteca</a> . | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução Autorizativa nº 8.926, de 2 de junho de 2020</a>                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Disciplina a antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente de auxílio-doença ao Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e os requisitos e forma de análise do atestado médico apresentado para instruir o requerimento. (Processo nº 10128.107045/2020-83)                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Conjunta nº 9.381, de 2 de abril de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o artigo 13 da Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social                                                                                                               | <a href="#">Conselho Nacional de Assistência Social   Resolução nº 4, de 2 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Redução do teto de juros do consignado, aumento da margem e do prazo de pagamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Conselho Nacional de Previdência Social   Resolução nº 1338, de 18 de março de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre as deliberações aprovadas na Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Conselho Nacional dos Direitos do Idoso   Resolução nº 52, de 31 de março de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Adiamento por 120 dias dos procedimentos de bloqueio e suspensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 330, de 18 de março de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Resolução CODEFAT nº 834, de 9 de julho de 2019, e estabelece o Calendário de Pagamento do Abono Salarial - exercício de 2020/2021                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 857, de 1 de abril de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Suspensão da exigibilidade do recolhimento do FGTS por três meses (março, abril e maio)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Caixa Econômica Federal   Circular nº 893, de 24 de março de 2020 - Circular nº 897, de 24 de março de 2020</a> |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Revoga a MP 905/2020, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 955, de 20 de abril de 2020</a>                                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nos 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002. (Regulamenta a negociação de dívidas tributária com a União).                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020</a>                                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre a prorrogação de prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 154, de 3 de Abril de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria ME nº 139, de 3 de abril de 2020, que prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 150, de 7 de abril de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Redução da taxa básica de juros, Selic, de 4,25% para 3,75%                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Decisão anunciada pelo COMPOM, 18 de março de 2020</a>                                                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Suspensão, prorrogação e adiamento de atos de cobrança da dívida ativa da União                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 103, de 17 de março de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">PGFN / Portarias nº 7.820 e 7.821, de 18 de março de 2020</a>                                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com a adoção de medidas relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS)                                                                       | <a href="#">Procuradoria-Geral Federal   Portaria nº 158, de 27 de março de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Apoio às empresas de aviação civil (suspensão temporária do pagamento das contribuições pagas nos aeroportos privatizados e 12 meses para realizar reembolso aos passageiros)                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 925, de 18 de março de 2020</a>                                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia dacovid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 979, de 9 de junho de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 925, de 18 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia dacovid-19"                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30, de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências"                                                                                                                                    | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 40, de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Redução das alíquotas dos compulsórios sobre depósitos a prazo (de 25% para 17%)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">BACEN   Circular nº 3.993, de 23 de março de 2020</a>                                                           |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Banco Central   Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020</a>                                                  |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 943, de 3 de Abril de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 900.000.000,00, para o fim que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria SOF/SEF/ME nº 5.509, de 21 de fevereiro de 2020, que estabelece procedimentos e prazos para alterações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2020, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências.      | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 9.431, de 7 de abril de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Suspende, por tempo indeterminado, o prazo previsto no artigo 13, § 1º, da Lei 8.112/1990, para posse dos candidatos nomeados pelos Atos TRF4 175 e 176/2020, publicados no D.O.U. de 26-5-2020, Seção 2, páginas 38 e 39.                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Judiciário   Ato nº 180, de 4 de junho de 2020</a>                                                        |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 13.983, de 3 de Abril de 2020</a>                                                    |  |



|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                             |  |
|---------|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Dívida Pública Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 164.404.111.708,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 140, de 3 de Abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Adota procedimentos "ad referendum" do Plenário no âmbito das Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Resolução nº 681, de 20 de março de 2020</a>                                                    |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorrogação, por 90 dias, da validade das certidões negativas de débitos federais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">RFB/PGFN – Portaria Conjunta nº 555, de 23 de março de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Permissão para redução de jornada e salário por ajuste direto, com compensação pelo seguro desemprego aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Medida Provisória nº 936, de 1 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Prorroga a MP 936/2020, que trata da Permissão para redução de jornada e salário por ajuste direto, com compensação pelo seguro desemprego aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 44, de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Medida Provisória nº 935, de 1 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Prorroga a MP 935/2020, que trata do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 43, de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Instrução Normativa nº 22, de 17 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.                       | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 29, de 1 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Disciplina o atendimento presencial ao contribuinte, excepcionalmente, em razão do estado de emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 35, de 30 de março de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Estabelece, por prazo determinado, vedações à distribuição de resultados e ao aumento da remuneração de administradores a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.797, de 6 de abril de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 39, de 31 de março de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 2ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, durante o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 179, de 27 de março de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece regras para execução remota de atividades, manutenção de atividades essenciais, estabelece horário e regras para o atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau (DRF-Blumenau) e Agências da Receita Federal do Brasil em Brusque, Rio do Sul e Timbó/SC (ARF) durante o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus-(COVID-19).                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 33, de 31 de março de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a suspensão do atendimento presencial ao público externo nas Unidades da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Santa Catarina                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Portaria nº 139, de 22 de maio de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, para prever e regulamentar a realização de Sessão de Julgamento por meio virtual.                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Resolução nº 26, de 1 de abril de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.311, de 3 de Abril de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia dacovid-19                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.312, de 4 de Abril de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Suspende a vigência da Portaria SUROC nº 19, de 20 de janeiro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Portaria nº 102, de 30 de março de 2020</a>                      |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) na Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ).                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Portaria nº 187, de 6 de julho de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Suspende, por 120 (cento e vinte) dias, "ad referendum" do Plenário, a cobrança administrativa e judicial dos débitos dos exercícios anteriores ao exercício de 2020 das pessoas físicas e jurídicas, inscritas nos Conselhos Regionais de Enfermagem, em razão da pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), e dá outras providências                                                                                                    | <a href="#">Conselho Federal de Enfermagem   Resolução Nº 635, de 2 de Abril de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre prorrogação de prazo para pagamento do 1º quadrimestre da anuidade de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Conselho Federal dos Representantes Comerciais   Resolução nº 1.157, de 16 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Proíbe exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate Covid-19 no Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Estabelece os procedimentos para a primeira emissão de um certificado digital por meio de videoconferência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Presidente da República   Resolução nº 170, de 23 de abril de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | EXONERA LUIZ HENRIQUE MANDETTA do cargo de Ministro de Estado da Saúde e NOMEIA NELSON LUIZ SPERLE TEICH, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Saúde                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto de 16 de abril de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), com veto parcial, "Mensagem 195, de 15 de abril de 2020"                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 953, de 15 de abril de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 953, de 15 de abril de 2020 – Republicação</a>           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 954, de 17 de abril de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a relação a que se refere a Seção I do Anexo III à Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.323, de 17 de abril de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece diretrizes para as reuniões do Plenário do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Presidência da República   Resolução nº 160, de 17 de abril de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera os prazos máximos previstos para a emissão de LCR e para a conclusão do processo de revogação de certificado                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Presidência da República   Resolução nº 167, de 17 de abril de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga a restrição de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Presidência da República   Portaria nº 195, de 20 de abril de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Veta integralmente o Projeto de Lei nº 675, de 2020, que "Suspende retroativamente e impede novas inscrições nos cadastros de empresas de análises e informações para decisões de crédito enquanto vigente a calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19".                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Presidência da República   Mensagem nº 371, de 30 de junho de 2020</a>                          |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                |  |
|---------|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Edição Extra do dia 30.06.2020                                                                                                                                         | <a href="#">Presidência da República   Portaria nº 340, de 30 de junho de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Estabelece procedimentos extraordinários referentes aos parcelamentos de débitos regulados pelo art. 64 da Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, face às diretrizes fixadas pela União, estados, municípios e Distrito Federal                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Cidadania   Instrução Normativa nº 6, de 29 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 368, de 29 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe acerca de excepcionalidades para a preservação das entidades de assistência social no âmbito da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS face ao estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus, COVID-19.                                                                              | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 419, de 22 de junho de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Suspende, por tempo indeterminado, o Edital disposto na Portaria GMMC nº 85, de 22 de janeiro de 2020, edição 2019-2020                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 343, de 16 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece metas de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea por meio de Emenda Parlamentar                                                                     | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 16, de 14 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece metas de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea por meio de Emenda Parlamentar                                                                     | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 17, de 14 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.              | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 398, de 5 de junho de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre procedimentos para o parcelamento administrativo de débitos ativos no âmbito do Ministério da Cidadania, em decorrência de infecção humana causada pelo novo coronavírus, Covid-19.                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 397, de 8 de junho de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui o Comitê Gestor do Auxílio Emergencial no âmbito do Ministério da Cidadania.                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 408, de 8 de junho de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre as programações financeiras originárias de emendas parlamentares de Bancadas Federais para às ações de enfrentamento ao COVID-19.                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 95, de 3 de julho de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas para Construção de Hospitais de Campanha Federais e Logística Internacional de Equipamentos Médicos e Insumos de Saúde, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 3, de 15 de abril de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Aprova a Nota Técnica nº 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 58, de 15 de abril de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Aprova orientações e recomendações gerais aos funcionários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes devido ao COVID-19                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 59, de 22 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui a Política de Gestão de Riscos da Secretaria de Governo da Presidência da República                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Presidência da República   Portaria nº 32, de 16 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Institui o Comitê Ministerial de Governança da Secretaria de Governo da Presidência da República                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Presidência da República   Portaria nº 33, de 16 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19                                                                                                                                                                             | <a href="#">Presidência da República   Resolução nº 1, de 13 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução nº 1, de 13 de abril de 2020, para dispor sobre a composição do Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19                                                                                                     | <a href="#">Presidência da República   Resolução nº 2, de 14 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece critérios para a comprovação do poder de representação legal, para fins de renovação de certificados digitais de condomínios, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)                                                                                                | <a href="#">Presidência da República   Instrução Normativa nº 4, de 7 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Orçamento extra para aquisição de equipamentos e insumos hospitalares                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">MP 924, de 13 de março de 2020, crédito extraordinário no valor de R\$ 5 bilhões</a>               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação para produtos de uso médico hospitalar (até setembro de 2020)                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Câmara de Comércio Exterior   Ministério da Economia   Resolução nº 17, de 17 de março de 2020</a> |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Esta medida reduz a zero as alíquotas do IOF previstas da forma que especifica, entre o período de 03/04/2020 a 03/07/2020                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Decreto nº 10.305, de 1 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação de insumos para o combate à pandemia do coronavírus                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Câmara de Comércio Exterior   Resolução nº 28, de 1 de abril de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Instrução nº 111, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da SUSEP                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução nº 113, de 16 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga para 30 de junho de 2020 a vigência da Portaria DRF/PPE nº 08, de 20 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, podendo ser novamente prorrogada enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19), ou revogada caso a situação de emergência de saúde pública mencionada cesse | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11, de 16 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideo de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 31, de 7 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999, que estabelece requisitos e condições para a aplicação do Regime de Tributação Simplificada instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 158, de 15 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 9.924, de 14 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Regulamenta a transação na cobrança da dívida ativa da União                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 9.917, de 14 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera, mediante antecipação, o cronograma de pagamento de que trata o Anexo III do Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 9.940, de 15 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Interrompe os pagamentos de cotas e rendimentos no Fundo PIS-PASEP a partir de 01 de maio de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 1, de 15 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)                            | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 377, de 13 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Delega competência aos AFRFBs lotados na EDAD enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 43, de 14 de março de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Cria novos serviços nos canais remotos de atendimento do INSS relativos aos Acordos Internacionais e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Conjunta nº 9, de 15 de abril de 2020</a>                        |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                            |  |
|---------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre o atendimento de beneficiários segurados especiais em razão da pandemia do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 295, de 15 de abril de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Autoriza o Comando do Exército a contratar, por tempo determinado, o quantitativo máximo de quinhentos e vinte e dois profissionais, com dotação orçamentária específica, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Interministerial nº 13.668, de 5 de junho de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera o § 1º e cria o § 4º do Artigo 4º da Portaria nº 10.486, de 22 de abril de 2019, para editar normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. (Processo nº 19965.106085/2020-11)                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 13.699, de 5 de junho de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 524, de 2 de julho de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga a MP 938/2020A União prestará apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação, de março a junho do exercício de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 46, de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | A União prestará apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação, de março a junho do exercício de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 938, de 2 de abril de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para Compensação da Variação Nominal Negativa dos Recursos Repassados pelo Fundo de Participação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 939, de 2 de abril de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Acresce dispositivos ao Decreto 4.960, de 2 de julho de 2020, que institui o "Comitê Volta às Aulas".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.985</a>                                                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspende prazos administrativos, em razão da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.040</a>                                                         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga a MP 939, que trata do Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para Compensação da Variação Nominal Negativa dos Recursos Repassados pelo Fundo de Participação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 47, de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania para o Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 941, de 2 de abril de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorroga a MP 941/2020, que Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania para o Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 49, de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Cidadania   Recomendação Conjunta nº 1, de 16 de abril de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para a infecção pelo Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução Normativa - RN nº 457, de 28 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.424, de 27 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado da Paraíba e Município de João Pessoa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.425, de 27 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Espírito Santo e Municípios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.426, de 27 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.427, de 27 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 357, de 24 de março de 2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2)                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 387, de 26 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre os requisitos temporários para caracterização e verificação do risco de redução da oferta de medicamentos durante a pandemia do novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 389, de 26 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 326, de 3 de dezembro de 2019, que estabelece a lista positiva de aditivos destinados à elaboração de materiais plásticos e revestimentos poliméricos em contato com alimentos e dá outras providências, para ampliar o prazo de adequação aos requisitos definidos, em virtude da emergência de saúde pública internacional provocada pelo SARS-CoV-2                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 391, de 26 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionais a requisitos específicos das Boas Práticas de Fabricação e de Importação de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 392, de 26 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre medidas administrativas excepcionais para a garantia de continuidade dos instrumentos de repasse, decorrente do estado de calamidade pública pelo Coronavírus (COVID-19), previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020 e de acordo com a Portaria nº 134, de 30 de março de 2020 e Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 2.531, de 26 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID 19. Edição Extra do dia 01/07/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.666, de 1 de julho de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspende a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVISA), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde para os Municípios irregulares quanto ao cadastro dos serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), relativos aos repasses do primeiro semestre do ano de 2020 e desbloqueia a transferência dos recursos financeiros do PFVISA para os municípios constantes da Portaria GM/MS, de 2014, de 02 de agosto de 2019 que regularizaram a situação junto ao SCNES | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.143, de 18 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrica Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.206, de 12 maio de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, excepcionalmente para o ano de 2020, o prazo para apresentação de contas referente ao exercício de 2019 no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - Proadi-SUS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.231, de 18 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas e Município de Arapiraca                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.235, de 18 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios de Cáceres e Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.236, de 18 de maio de 2020</a>                             |  |

[illegible]



|         |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                      |  |
|---------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de BA, GO, SC                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.182, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de PE                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.183, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de GO, PI                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.184, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de PB, PE, RN, SC, TO                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.185, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de AP, CE, GO, PE                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.186, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de PE, RO, SP                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.187, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de CE, RS                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.188, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de AL, GO, MG, SP, TO                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.189, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de CE, ES, RJ                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.190, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de MS, PB                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.191, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de BA, GO, MG, RN                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.192, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de CE, MA, PB, RS, SP                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.193, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de AC, AL, BA, CE, DF, GO, MA, MG, RS, SE, SP, TO                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.194, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de AL, BA, GO, MG, MS, RN                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.195, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de ES, MS, PE, PI, SP                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.196, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de ES, PE, PRRJ, RO, SE, SP                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.197, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de MG                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.198, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de MG, PB, PR, RS                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.199, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de SP                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.213, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de GO, MG, PB, PR, RN, RO, SP                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.216, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde nos estados de GO, PE, RJ, SP                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.217, de 8 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Altera o art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 364, de 1º de abril de 2020, que suspende os efeitos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, em caráter temporário e excepcional, para os seguintes laboratórios que irão realizar as análises para o diagnóstico da COVID-19 | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 380, de 12 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 381, de 12 de maio de 2020*</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento das petições de pós-registro de fórmulas para nutrição enteral e fórmulas infantis, em virtude da emergência de saúde pública internacional provocada pelo SARS-CoV-2                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 382, de 12 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre inclusão temporária de procedimento de emissão de certificado sanitário por análise documental, regulamentado na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009, às embarcações durante a vigência da pandemia de COVID-19                                                                | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 384, de 12 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Município de Niterói                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.116, de 6 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Município de Volta Redonda                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.117, de 6 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Amapá                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.118, de 6 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Tocantins                                                                    | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.120, de 6 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado do Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Paranaíba                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.121, de 6 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Estabelece regras de forma excepcional para as transferências de recursos do Bloco de Custeio - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC pelo período de 120 (cento e vinte) dias                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.124, de 7 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do teletrabalho das unidades organizacionais da DIPRO                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 6, de 5 de maio de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba                                                                                   | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.085, de 4 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí Município de Parnaíba                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.087, de 4 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba e Municípios                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.088, de 4 de maio de 2020</a>        |  |



|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                      |  |
|---------|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.089, de 4 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará Município de Fortaleza                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.111, de 5 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de infecção pelo COVID-19 e altera o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) para permitir o registro de ações relativas ao enfrentamento do COVID-19 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 245, de 24 de março de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre medidas administrativas excepcionais para a garantia de continuidade dos instrumentos de repasse, decorrente do estado de calamidade pública pelo Coronavírus (COVID-19), previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020 e de acordo com a Portaria nº 134, de 30 de março de 2020 e Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 2.172, de 29 de abril de 2020</a>      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do teletrabalho previsto no art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017, referente ao período de 01/2020 a 03/2020                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 3, de 27 de abril de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Autoriza, em caráter temporário e excepcional, a utilização de "testes rápidos" (ensaio imunocromatográfico) para a COVID-19 em farmácias, suspende os efeitos do § 2º do art. 69 e do art. 70 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução RDC nº 377, de 28 de abril de 2020</a>   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.011, de 24 de abril de 2020</a>      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.013, de 24 de abril de 2020</a>      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.014, de 24 de abril de 2020</a>      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, ao Distrito Federal                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 858, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a ser disponibilizado aos Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 859, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado de Rondônia e Município de Ariquemes e Vilhena                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 861, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado da Bahia                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 865, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Credencia municípios a receberem incentivos financeiros referentes às Equipes de Atenção Primária (eAP)                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 866, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 893, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão e Municípios                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 894, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Costa Rica                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 895, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Sidrolândia                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 896, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 898, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe e Municípios                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 899, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 900, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 901, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios do Estado de Minas Gerais                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 902, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Fortaleza                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 903, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Três Lagoas                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 924, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Chapadão do Sul                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 925, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Pará e Município de Ananindeua                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 926, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Nova Andradina                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 927, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Acre                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 928, de 17 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre o regime para a submissão de ensaios clínicos utilizados para a validação de dispositivos médicos de classes III e IV identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2                                           | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC Nº 375, de 17 de abril de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) COVID-19         | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 373, de 16 de abril de 2020</a> |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                              |  |
|---------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, para adequação à Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que altera o prazo de vigência para a Autorização de Funcionamento de Empresas para prestadores de serviço em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados e para adequação ao art. 50 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que estabelece a validade em todo o território nacional da Autorização de Funcionamento de Empresa    | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 374, de 16 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a suspensão do prazo processual afeto aos processos administrativos no âmbito da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) em virtude da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pelo Ministério da Saúde, em razão do SARS-CoV-2                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 813, de 14 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado do Espírito Santo                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 815, de 15 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Taubaté                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 816, de 15 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Inclui o procedimento de complementação de valor de sessão de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID-19 na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos municípios, estados e Distrito Federal, destinado à realização de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID-19 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 827, de 15 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 370, de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 371, de 15 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece procedimentos excepcionais para processos administrativos relativos à expedição de atos de consentimento do lphan enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 205, de 15 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.600.000.000,00, para os fins que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 947, de 8 de abril de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | O Ministério da Saúde convoca as empresas interessadas em fornecer, via contratação direta, o medicamento Oseltamivir 75 mg. Prazo para apresentação das propostas até o dia 20 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Aviso de Chamamento Público</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Convoca as empresas interessadas em fornecer, via contratação direta (emergencial), 4.000.000 de testes para diagnóstico da COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Aviso de Chamamento Público</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 658, de 1 de abril de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Município de Canoas                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 660, de 1 de abril de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 774, de 9 de abril de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 792, de 13 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Picos                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 793, de 13 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 794, de 13 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 795, de 13 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 796, de 14 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado ao Estado da Bahia                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 797, de 14 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 803, de 14 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 812, de 14 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Fica instituída a Equipe de Resposta Rápida, no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, para enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 55, de 13 de abril de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.335, de 19 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Desabilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Pará e Município de Ananindeua                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.358, de 19 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Recife                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.359, de 19 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Iguatu                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.360, de 19 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Pará                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.361, de 19 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID 19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios no Estado de Mato Grosso do Sul                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.364, de 19 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo dos estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde com equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, para iniciar o envio regular dos dados por meio de sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19). | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.247, de 18 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Orientações drive in.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Corpo de Bombeiros do Paraná - CCB   Portaria nº 057, de 05 de junho de 2020</a> |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                              |  |
|---------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Trata de procedimentos administrativos e técnicos para edificações da divisão H-3 (hospital e assemelhado) durante a pandemia do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Corpo de Bombeiros do Paraná - CCB   Portaria nº 040, de 15 de abril de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Inclui exames para o diagnóstico laboratorial de infecção pelo SARS-CoV-2 na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS).                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 464, de 20 de maio de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui os Centros Comunitários de Referência para enfrentamento à Covid-19, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), e estabelece incentivo para custeio dos Centros Comunitários de Referência para enfrentamento à covid-19 e incentivo financeiro federal adicional per capita, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional. | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.444, de 29 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui os Centros Comunitários de Referência para enfrentamento à Covid-19, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), e estabelece incentivo para custeio dos Centros Comunitários de Referência para enfrentamento à covid-19 e incentivo financeiro federal adicional per capita, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional. | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.444, de 29 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui os Centros de Atendimento para Enfrentamento à Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.445, de 29 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.448, de 29 de maio de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Torna Sem Efeito a Portaria nº 1.243/GM/MS, de 18 de maio de 2020, que habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios no Estado do Rio Grande do Norte.                           | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.457, de 3 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 do Hospital da Mulher Dra. Nise da Silveira e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Alagoas.                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.469, de 3 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Salvador.                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.470, de 3 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios.                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.471, de 3 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID 19 da Unidade de Urgência de Teresina Prof. Zenon Rocha - HUT e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina.                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.472, de 3 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte e Municípios.                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.473, de 3 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Piauí e Municípios.                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.474, de 3 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Desabilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto, Tipo II - COVID-19 do Hospital Geral de Fortaleza - HGF, localizado no Município de Fortaleza (CE) e determina devolução de recursos disponibilizados ao Estado do Ceará e Município de Fortaleza.                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.479, de 3 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Acre.                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.481, de 3 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI adulto Tipo II do Hospital Padre Tiago na Providência de Deus e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Goiás.                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.491, de 4 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN, Tipo II da Santa Casa de Misericórdia de Santa Cruz do Rio Pardo e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de São Paulo e Município de Santa Cruz do Rio Pardo.                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.492, de 4 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita e reclassifica leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto do Centro de Excelência em Atenção Geriátrica e Gerontologia - Cornélio Procopio (PR) e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado do Paraná.                           | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.493, de 4 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto Tipo II e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado do Espírito Santo e Município de Venda Nova do Imigrante.                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.494, de 4 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II do Hospital Regional Deolindo Couto - Oeiras (PI) e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Piauí.                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.495, de 4 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.502, de 8 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Pernambuco.                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.503, de 8 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 do Hospital Samar e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Rondônia.                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.504, de 8 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Serrinha (BA).                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.505, de 8 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro e Municípios.                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.508, de 8 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.516, de 9 de junho de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Torna sem efeito a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE, nº 7, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de Programas e Ações Educacionais executadas ao FNDE em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia da COVID - 19 e dá outras providências           | <a href="#">Ministério da Educação   Resolução nº 9, de 25 de maio de 2020</a>               |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                            |  |
|---------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Francisco Ayres (PI), pertencente a Central de Regulação das Urgências Regional de Teresina (Estadual), e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Piauí e Município de Francisco Ayres. | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.523, de 9 de junho de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece a suspensão da transferência dos recursos incluídos no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado de Minas Gerais e Município de Uberaba (MG), destinados ao custeio da Central de Regulação.                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.524, de 9 de junho de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece a suspensão da transferência dos recursos incluídos no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado do Tocantins, destinados ao custeio das Centrais de Regulação.                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.526, de 9 de junho de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Desabilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID 19 e determina devolução de recursos disponibilizados ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Nova Andradina.                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.529, de 9 de junho de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba e Município de Campina Grande.                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.530, de 9 de junho de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimento de diária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 510, de 16 de junho de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 395, de 9 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 364, de 1º de abril de 2020, que suspende os efeitos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, em caráter temporário e excepcional, para os seguintes laboratórios que irão realizar as análises para o diagnóstico da COVID-19.                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 396, de 9 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.579, de 19 de junho de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes sorológicos para a infecção pelo Coronavírus (COVID-19), em cumprimento a determinação judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0810140-15.2020.4.05.8300.                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução Normativa - RN nº 458, de 26 de junho de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de Programas e Ações Educacionais executadas ao FNDE em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia da COVID - 19 e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Educação   Resolução nº 7, de 8 de maio de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria nº 208, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2020, tendo em vista a situação de pandemia do coronavírus - COVID-19                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 135, de 5 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria nº 99, de 10 de fevereiro de 2020, em razão da pandemia de Covid-19, para permitir a realização do processo seletivo por meio de videoconferência, além de suspender sua obrigatoriedade enquanto vigorar o regime de preferência pelo trabalho remoto no FNDE                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 287, de 5 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera os prazos para a publicação dos atos normativos do Ministério da Educação devidamente revisados e consolidados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 457, de 4 de maio de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reunião Ordinária dos dias 27, 28, 29 e 30 do mês de abril/2020. Trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Educação   Súmula do Parecer CNE/CP nº 5/2020</a>                                |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e Distrito Federal, no âmbito do terceiro ciclo do Plano de Ações Articuladas - PAR                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Educação   Resolução nº 3, de 29 de abril de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera o Cronograma do Censo da Educação Superior 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 319, de 23 de abril de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 395, de 15 de abril de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, para o dia 30 de junho de 2020, o prazo estabelecido na Resolução nº 03, de 28 de junho de 2012, para a realização dos aditamentos de renovação semestral dos contratos de financiamento concedidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), simplificados e não simplificados, do 1º semestre de 2020                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 240, de 13 de abril de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera a Portaria nº 1.672, de 20 de setembro de 2019, que estabelece critérios e procedimentos para a formalização de descentralização de créditos orçamentários, efetuados para execução das políticas públicas, no âmbito do Ministério da Educação                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 647, de 6 de abril de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 383, de 9 de abril de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o art. 5º da Portaria nº 491, de 19 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus - Covid-19, no âmbito do Ministério da Educação.                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 661, de 9 de abril de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19.                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Educação   Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera os prazos para a publicação dos atos normativos do Ministério da Educação devidamente revisados e consolidados de que trata a Portaria nº 357, de 20 de março de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 795, de 19 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 357, de 22 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo para atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 494, de 22 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a suspensão das parcelas, referente aos contratos de Financiamento Estudantil - Fies, devido à pandemia do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Educação   Resolução nº 38, de 22 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a autorização, excepcionalmente, de antecipação da Colação de Grau de discentes que estejam no último período dos cursos de Medicina e Enfermagem, no âmbito da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), em virtude da situação decorrente do Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19).                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Educação   Resolução nº 4, de 6 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece critérios para Colação de Grau Especial em virtude da situação decorrente do Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Educação   Resolução nº 5, de 6 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a suspensão das atividades de ensino presenciais dos cursos de graduação e pós-graduação, aprovados pela Resolução CONSEPE nº 4, de 27 de janeiro de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Educação   Resolução nº 9, de 4 de maio de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Regulamenta o art. 8º da Portaria nº 90, de 24 de abril de 2019, estabelecendo as diretrizes para autorização de funcionamento e para a avaliação de permanência de Polos de Educação a Distância (polo EaD) para oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu.                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 70, de 5 de junho de 2020</a>                             |  |



|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                |  |
|---------|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspende os prazos de validade dos concursos públicos da Universidade Federal do Maranhão já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até o término da vigência do estado de calamidade pública.                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 330, de 5 de junho de 2020</a>                                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020</a>                                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido na alínea a do inciso I e inciso II do art. 47 da Portaria Normativa nº 209, de 7 de março de 2018, referente às inscrições do 1º semestre de 2020.                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 397, de 26 de junho de 2020</a>                                               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 942, de 2 de abril de 2020</a>                                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, para os municípios que integram a 2ª Regional da Saúde.                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.885</a>                                                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Os municípios do Estado do Paraná deverão considerar a restrição, pelo prazo de quatorze dias, a partir da publicação deste Decreto, das descritas neste decreto.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.886</a>                                                                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorroga a MP 942/2020, que Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus                                                            | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 50, de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 912, de 19 de dezembro de 2019, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 31.793.585,00, para o fim que especifica"                                                                                                                                                                  | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 51, de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a importação de produtos para diagnóstico in vitro de Coronavírus durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus.                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Agência Nacional de Vigilância Sanitária   Resolução - RDC nº 366, de 2 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Amplia o rol de pessoas jurídicas às associações sem fins lucrativos, organizações religiosas e fundações                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 5, de 20 de abril de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Disciplina a concessão de assistência financeira pelas entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras e a atuação dessas empresas como correspondentes, no País, de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 600, de 13 de abril de 2020</a>                                               |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Concede regime especial de substituição tributária do IPI                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Ato Declaratório Executivo nº 72, de 6 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Desoneração temporária de IPI sobre bens importados que sejam necessários ao combate do Covid 19                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Presidência da República   Decreto nº 10.285</a>                                                                   |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Decreto nº 10.302, de 1 de abril de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, e dá outras providências, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 984, de 18 de junho de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera dispositivos do Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.951</a>                                                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Priorizar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico hospitalar                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Receita Federal   Instrução Normativa nº 1.927, de 17 de março de 2020</a>                                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Controle de exportação para evitar o desabastecimento de produtos de combate COVID 19                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">SECEX   Portaria nº 16, de 18 de março de 2020</a>                                                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspensão do licenciamento não automático de importação para produtos de saúde sob direito antidumping.                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Câmara de Comércio Exterior - ME   Portaria nº 18 de março de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspensão da exigência de licenciamento de importação para tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo e de seringas descartáveis de uso geral dos países que especifica.                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Câmara de Comércio Exterior - ME   Portaria nº 18 de março de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Fechamento das fronteiras com a Venezuela e o Uruguai                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Casa Civil Presidência de República   Portaria nº 120, de 17 de março de 2020 e Portaria 132, de março de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Fechamento das fronteiras por 15 dias com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Suriname                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Casa Civil Presidência de República   Portaria nº 125, de 19 de março de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Restrição por 30 dias da entrada no Brasil, por via aérea, de estrangeiros provenientes da China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, Comunidade da Austrália, Japão, Malásia e Coreia.                                                                                                                                      | <a href="#">Casa Civil Presidência de República   Portaria nº 126, de 19 de março de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Restrição por 30 dias da entrada no Brasil, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Presidência da República   Portaria nº 132, de 22 de março de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa                                                                                                                                                                     | <a href="#">Presidência da República   Portaria nº 204, de 29 de abril de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por via aérea, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Presidência da República   Portaria Interministerial nº 203, de 28 de abril de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Presidência da República   Portaria Interministerial nº 201, de 24 de abril de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Casa Civil Presidência de República   Portaria nº 47, de 26 de março de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Portaria nº 149, de 27 de março de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Casa Civil   Portaria nº 152, de 27 de março de 2020</a>                                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa                                                                                                                                                                | <a href="#">Casa Civil   Portaria nº 158, de 31 de março de 2020</a>                                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Designa membros para a composição do Comitê "Volta às Aulas", de que trata o Decreto nº 4.960, de 2 de julho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Casa Civil   Resolução Conjunta nº 01/2020 - CC/SEED</a>                                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Justiça e Segurança Pública   Portaria nº 8, de 2 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Presidência da República   Mensagem ao Congresso nº 93, de 18 de março de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Aprova ajustes no Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) do exercício de 2020 em função dos efeitos da pandemia do COVID-19 sobre o funcionamento das empresas situadas na área de atuação da Sudene                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Resolução nº 134, de 20 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no município de Porto Alegre/RS                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 859, de 6 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.308, de 2 de abril de 2020</a>                                                     |  |



|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                     |  |
|---------|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Aprova diretrizes para permitir em caráter excepcional o transporte de carga nos compartimentos de passageiros durante a pandemia de COVID-19 e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério de infraestrutura   Decisão nº 71, de 14 de abril de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Interrompe o prazo para pagamento de multa decorrente de arbitramento sumário previsto na Resolução nº 472, de 6 de junho de 2018, em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério de infraestrutura   Resolução nº 565, de 10 de junho de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Preserva os efeitos integrais da Portaria nº 80/2020-DG/ANTAQ, de 19/03/2020, com a manutenção do fechamento provisório do protocolo físico, assim como a prorrogação da suspensão da fluência dos prazos processuais até o dia 05/07/2020, com o retorno da fluência normal dos prazos e do funcionamento do protocolo físico a partir do dia 06/07/2020, segunda-feira, salvo fato novo ou circunstância devidamente demonstrada no caso concreto que venha a ensejar a necessidade de outro encaminhamento. | <a href="#">Ministério de infraestrutura   Portaria nº 151, de 15 de junho de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Referenda a Deliberação CONTRAN nº 190, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a realização de vistoria de identificação veicular, de que trata a Resolução CONTRAN nº 466, de 11 de dezembro de 2013, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério de infraestrutura   Resolução nº 781, de 18 de junho de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Referenda a Deliberação CONTRAN nº 189, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre a realização das aulas técnico-teóricas do curso de formação de condutores na modalidade de ensino remoto enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério de infraestrutura   Resolução nº 783, de 18 de junho de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências.                                                                                         | <a href="#">Ministério de infraestrutura   Resolução nº 5.895, de 23 de junho de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte/RN                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.183, de 23 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio de Janeiro/RJ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.186, de 23 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Acre/AC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.187, de 23 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Santa Catarina/SC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.192, de 23 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Minas Gerais/MG                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.106, de 16 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Rondônia/RO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.107*, de 16 de abril de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Pernambuco/PE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.108, de 16 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.111, de 16 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.112, de 16 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Mato Grosso do Sul/MS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 870, de 7 de abril de 2020</a>     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Mato Grosso/MT                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 871, de 7 de abril de 2020</a>     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul/RS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 872, de 7 de abril de 2020</a>     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre – FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 873, de 7 de abril de 2020</a>     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Reconhece a Situação de Emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre – FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.076, de 13 de abril de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 948, de 8 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 242, de 28 de maio de 2020</a>                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 237, de 14 de maio de 2020</a>                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 241-E, de 11 de maio de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 218-E, de 27 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 210-E, de 17 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Corona vírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 226, de 27 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação do prazo de execução dos projetos contemplados pelo edital Prêmio Funarte Descentrante.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 145, de 15 de maio de 2020</a>                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 255-E, de 27 de maio de 2020</a>                    |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                          |  |
|---------|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 248, de 8 de junho de 2020</a>                                                                                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, de ofício, a vigência de instrumentos e o prazo para bloqueio dos restos a pagar de transferências voluntárias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020</a>                                                                                                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Presidência da República   Portaria nº 39, de 31 de março de 2020</a>                                                                                                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Regulamenta, em caráter excepcional e temporário, medidas de enfrentamento e prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Ministério da Cidadania                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 349, de 3 de abril de 2020</a>                                                                                                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera temporariamente as regras sobre tramitação, análise, captação, execução e aprovação dos projetos estabelecidos na Portaria MC nº 123, de 27 de janeiro de 2020, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 353, de 13 de abril de 2020</a>                                                                                                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo estabelecido no Art.2º e Art.3º da Portaria nº 373/DPC, de 18 de outubro de 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Defesa   Portaria nº 161/DPC, de 15 de maio de 2020</a>                                                                                                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Processo Seletivo Emergencial para convocação e incorporação de Médicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas e Farmacêuticos, com vistas à Prestação do Serviço Militar Voluntário, em caráter temporário, para o ano de 2020 (QOCon Saúde 2020)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Defesa   Portaria nº 47/3SM, de 8 de maio de 2020</a>                                                                                                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Processo Seletivo Emergencial para convocação e incorporação de Técnicos em Enfermagem, com vistas à Prestação do Serviço Militar Voluntário, em caráter temporário, para o ano de 2020 (QOCon TEF 2020)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Defesa   Portaria nº 48/3SM, de 8 de maio de 2020</a>                                                                                                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Regulamenta o artigo 10 da Medida Provisória nº 945, de 4 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente do SARS-CoV-2 (COVID-19) no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Defesa   Portaria nº 465/GC3, de 13 de abril de 2020</a>                                                                                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece procedimentos a serem adotados pelos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Defesa   Instrução Normativa nº 2/SG-MD, de 14 de abril de 2020</a>                                                                                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria Normativa nº 30/GM-MD, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Defesa   Portaria Normativa nº 53/GM-MD, de 23 de junho de 2020</a>                                                                                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera os prazos estabelecidos nas Portarias no 459/2019, 85/2020, 86/2020 e 155/2020 que prorrogam a validade dos Certificados de Aquaviários e não Aquaviários, Certificados Estatutários, de Vistorias e outros documentos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Defesa   Portaria nº 215/DPC, de 30 de junho de 2020</a>                                                                                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Garantir o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | MP nº 926, de 20 de março de 2020 – procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos da emergência de saúde pública                                                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus"                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nº 31, de 2020</a>                                                                                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Definição dos serviços públicos e as atividades essenciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 - Atualizado pelo Decreto nº 10.288, de 22 de março de 2020 e pelo Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020</a> |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Posterga o pagamento da parcela trimestral 1/2020 dos contratos de concessão florestal, devido ao COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Agricultura   Resolução nº 13, de 29 de abril de 2020</a>                                                                                                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece critérios e procedimentos de quarentena para a importação de artigos regulamentados no Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Agricultura   Instrução Normativa nº 28, de 20 de abril de 2020</a>                                                                                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Atividades essenciais para funcionamento da cadeia de produção de alimentos e bebidas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento   Portaria nº 116, de 26 de março de 2020</a>                                                                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende os efeitos de que trata a Instrução Normativa MAPA nº 54, de 29 de outubro de 2019, de 1º de maio de 2020 a 31 de maio de 2021, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Agricultura   Instrução Normativa nº 11, de 16 de abril de 2020</a>                                                                                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece alterações pontuais em Instruções Normativas SDA ou Anexos de Instruções Normativas SDA, que regulamentam o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE), Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos (PNSS), Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) e Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNASA), a fim de assegurar a manutenção da saúde pública, a atividade econômica pecuária e o abastecimento de produtos de origem animal à população, no contexto da situação de disseminação do COVID-19 e sua classificação mundial como pandemia e emergência de saúde pública de importância internacional. | <a href="#">Ministério da Agricultura   Instrução Normativa nº 11, de 6 de abril de 2020</a>                                                                                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece, em caráter excepcional, os procedimentos para os protocolos dos Pedidos de Renovação do Registro de Embarcação de Pesca e de entrega de Mapas de Bordo, em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento   Portaria nº 157, de 4 de junho de 2020</a>                                                                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP para reduzir o risco de propagação do Coronavírus (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução nº 814, de 20 de abril de 2020</a>                                                                                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Faculta a prorrogação de prazos relativos aos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução nº 815, de 20 de abril de 2020</a>                                                                                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Define as medidas temporárias de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) a serem adotadas pelos agentes regulados pela ANP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução nº 816, de 20 de abril de 2020</a>                                                                                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Considerada essencial a disponibilização dos insumos minerais necessários à cadeia produtiva das atividades essenciais arroladas nos incisos do § 1º, do art. 3º, do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, e realizada, dentre outros, pelos seguintes serviços e atividade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Portaria nº 135, de 28 de março de 2020</a>                                                                                                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Divulgar, para Consulta Pública, propostas referentes às metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, de que trata o art. 6º da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para o decênio de 2021 a 2030 e à revisão das metas estabelecidas para o ano de 2020, em função dos impactos da pandemia de Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Portaria nº 235, de 3 de junho de 2020</a>                                                                                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução Normativa nº 878/2020 - Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução Normativa nº 886, de 15 de junho de 2020</a>                                                                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução ANP nº 816, de 20 de abril de 2020, que define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP que atuam nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, enquanto perdurarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelo governo federal.                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução nº 820, de 16 de junho de 2020</a>                                                                                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre a CONTA-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para estes fins e os procedimentos correspondentes Edição Extra do dia 23/06/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020</a>                                                                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a realização de audiências públicas por videoconferência, em razão do estado de emergência de saúde pública internacional decorrente da pandemia da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução nº 822, de 23 de junho de 2020</a>                                                                                                 |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                        |  |
|---------|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Resolução nº 39, de 30 de junho de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Delega competência ao Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa para assinar Termo de Execução Descentralizada com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública, o qual tem por objeto o apoio a chamamento público para seleção de propostas inovadoras que contribuam para resolução de desafios públicos relacionados ao combate à pandemia de Covid-19                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Tribunal de Contas da União   Portaria nº 89, de 28 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspensão dos prazos processuais no âmbito do Tribunal de Contas da União                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Tribunal de Contas da União   Portaria nº 61, de 19 de março de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Tabelamento do Frete – Suspensão do CIOT e prorrogação da validade dos certificados do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">ANTT / Resolução nº 5.876, de 20 de março de 2020</a>                                                      |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, do Valor mínimo de R\$ 500,00 para início do parcelamento de dívidas com a Fazenda Nacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">RFB/PGFN / Portaria Conjunta nº541, de 20 de março de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo para a apresentação da Declaração de Imposto de Renda para a data de 30/06/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.930, de 1 de abril de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera a Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 – Edição Extra do dia 19/06/2020.                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 1.039, de 18 de junho de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19 – Republicado por constar incorreção na publicação do dia 17/06/2020.                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 51, de 12 de junho de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Ratifica Convênio ICMS 47/20 aprovado na 327ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 03.06.2020 e publicado no DOU em 04.06.2020, que autoriza as unidades federadas que mencionam a prorrogar o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pelo Convênio ICMS 139/18.                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Economia   Ato Declaratório nº 12, de 19 de junho de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social.                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Disciplina procedimentos relativos ao recurso de embargo e interdição em atividades essenciais, assim consideradas aquelas definidas no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, durante o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 14.782, de 19 de junho de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre a aplicação do art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social, e altera, em caráter excepcional, parâmetros técnico-atuariais aplicáveis aos RPPS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 14.816, de 19 de junho de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Condições extraordinárias para os serviços regulamentados de avaliação de conformidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">INMETRO / Portaria nº 101, de 20 de março de 2020</a>                                                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga a validade dos certificados de verificação que estão para vencer no período de estado de emergência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">INMETRO / Portaria nº 101, de 20 de março de 2020</a>                                                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspensão da compulsoriedade da certificação de suprimentos médico hospitalares                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">INMETRO / Portaria 102, de 20 de março de 2020</a>                                                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspensão de procedimentos administrativos no âmbito da Receita Federal até 29 de maio de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">RFB / Portaria nº 543, de 20 de março de 2020</a>                                                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Medidas de enfrentamento ao Covid-19 no âmbito da rede socioassistencial                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 337, de 24 de março de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a realização das aulas técnico-teóricas do curso de formação de condutores na modalidade de ensino remoto enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Deliberação nº 189, de 28 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Referenda a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, e altera para prorrogar prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas.                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Resolução nº 5.883, de 7 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Objetiva o estabelecimento de orientações acerca da manutenção do funcionamento das embarcações e das instalações portuárias durante o enfrentamento ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Resolução nº 7.644, de 23 de março de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende os prazos pontualmente previstos na Resolução Normativa-ANTAQ nº 32/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 29/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 28/2019 e na Resolução ANTAQ nº 3.274/2014, bem como aqueles relacionados à Contabilidade Regulatória das Administrações Portuárias                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Resolução nº 7.660, de 6 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende, em caráter excepcional e temporário, as tramitações de processos físicos entre a Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI - GEAUT e a Procuradoria Federal Junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - PF-ANTT, pelo período máximo de 15 (quinze) dias, a partir de 1º de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Portaria nº 128, de 6 de abril de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende os prazos pontualmente previstos na Resolução Normativa-ANTAQ nº 32/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 29/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 28/2019 e na Resolução ANTAQ nº 3.274/2014, bem como aqueles relacionados à Contabilidade Regulatória das Administrações Portuárias.                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Resolução nº 7.784, de 5 de junho de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o fim do exercício do ano de 2020 para o dia 30 de abril de 2021, para efeitos de cumprimento do disposto nos parágrafos 120.339(b)(1) e (b)(5) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 120.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Resolução nº 562, de 9 de junho de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução nº 556, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2020, Seção 1, página 48, que flexibiliza, em caráter excepcional e temporário, a aplicação de dispositivos da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Resolução nº 563, de 9 de junho de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Aprova diretrizes para permitir em caráter excepcional a utilização de pilotos que não atendam aos requisitos de experiência recente durante a pandemia de COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Resolução nº 564, de 9 de junho de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece medidas para atendimento aos prazos processuais em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19) e informando que as medidas previstas nesta Portaria poderão ser reavaliadas a qualquer tempo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Portaria nº 6.310, de 24 de março de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, até 12 de junho de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 2.381, de 25 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera, excepcionalmente, os prazos de que tratam o caput e o § 1º do art. 2º, e o art. 5º, da Portaria MCTIC nº 4.349, de 4 de agosto de 2017, que disciplina os procedimentos para prestação de informações, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), referentes às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica informadas por meio do Formulário Eletrônico - FORMP&D | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 2.256, de 18 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, até 29 de maio de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 2.149, de 12 de maio de 2020</a> |  |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                         |  |
|---------|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, até 30 de abril de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto, como medida de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa                                                   | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 58, de 15 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Define, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), as prioridades a serem adotadas para enfrentamento do Coronavírus - Covid-19* (Dentre outras, define como prioridade o desenvolvimento medicamentos e respectivos testes pré-clínicos e clínicos; as vacinas e respectivos testes pré-clínicos e clínicos; a produção de ventiladores pulmonares em escala; e de equipamentos de proteção individual - EPI). | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria 1.245, de 24 de março de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, até 15 de maio de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo coronavírus (2019-nCoV)                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 1.870, de 27 de abril de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 1.915, de 28 de abril de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, até 30 de junho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).                                                       | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 2.456, de 29 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre os procedimentos operacionais para testes de comprovação de capacidade operacional e técnica do Serviço Radiomador, via Internet.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 792, de 2 de junho de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 2.589, de 9 de junho de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, até 31.07.2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28.04.2020, alterada pela Portaria 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).                                              | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Portaria nº 2.800, de 30 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19). Edição Extra do dia 30.06.2020                                                                                            | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.962, de 30 de junho de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19). Edição Extra do dia 30.06.2020.                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.961, de 29 de junho de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que suspende prazos para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19). Edição Extra do dia 30.06.2020.                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 1.087, de 30 de junho de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 15.413, de 29 de junho de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga o prazo a que se refere a Portaria ALF/PPA Nº 26, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 25 de março de 2020, referente à suspensão temporária do atendimento presencial no CAC da ALF/PPA como medida de proteção ao Coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 38, de 29 de junho de 2020</a>                                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece medida extraordinária e temporária quanto à comercialização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI de proteção respiratória para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19). (Processo nº 19966.100318/2020-61).                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 9.471, de 7 de abril de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Revoga Instruções Normativas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.928, de 24 de março de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga o prazo previsto na Resolução nº 702, de 2012, para submissão ao Conselho Curador do FGTS da proposta de reformulação dos orçamentos do FGTS para o quadriênio 2020-2023.                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 964, de 29 de maio de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Autorizar o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) a realizar chamamento público para contratação por tempo determinado de pessoal, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 13.266, de 29 de maio de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.957, de 29 de maio de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Portaria DRF/BSB nº 34/2020, que disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Receita Federal do Brasil em Brasília.                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 92, de 27 de maio de 2020</a>                                          |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre o atendimento externo ao contribuinte na ARF Tangará da Serra-MT em decorrência do Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 53, de 29 de maio de 2020</a>                                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga os efeitos e a vigência da Portaria DRF/ITA nº 08, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Ipiaú (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 11, de 4 de junho de 2020</a>                                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Circular nº 3.929, de 13 de fevereiro de 2019, que altera e consolida as normas relativas à apuração da base de cálculo e ao recolhimento das contribuições das instituições associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 4.023, de 3 de junho de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, relativa ao procedimento para cálculo do requerimento de capital das exposições sujeitas a risco de crédito mediante abordagem padronizada (RWACPAD).                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 4.024, de 3 de junho de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a entrada em vigor da Carta Circular nº 3.989, de 6 de dezembro de 2019, em função dos impactos da Covid-19 na economia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Carta Circular nº 4.059, de 9 de junho de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano e laticínios. (Processo nº 19966.100565/2020-68).                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Conjunta nº 19, de 18 de junho de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). (Processo nº 19966.100581/2020-51).                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre a remuneração do administrador do Fundo Garantidor para Investimentos e dos agentes financeiros no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito - PEAC e define os limites e os critérios de alavancagem aplicáveis ao Programa.                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 14.567, de 18 de junho de 2020</a>                                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.206, de 8 de maio de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Município de Teixeira de Freitas no Estado da Bahia                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.208, de 8 de maio de 2020</a>                                           |  |



|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                             |  |
|---------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, da Santa Casa de Corumbá/MS, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Município de Corumbá no Estado de Mato Grosso do Sul                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.211, de 8 de maio de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 370, de 13 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxicloroquina, azitromicina e seus sais destinados ao combate da Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Flexibilização dos requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos estabelecidos para o combate do Covid-1.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 356, de 20 de março de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução RDV nº 355/2020, que trata da suspensão dos prazos processuais afetos aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da Anvisa.                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 376, de 20 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2) |                                                                                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.565, de 18 de junho de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 933, de 31 de março de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020"                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 41, de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Medida Provisória nº 933, de 31 de março de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre os requisitos sanitários para a importação realizada por pessoa física pela modalidade de remessa postal, remessa expressa e bagagem acompanhada durante a pandemia do Novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 358, de 20 de março de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Delega ao Órgão de Vigilância Sanitária ou equivalente nos Estados e no Distrito Federal a competência para elaborar a recomendação técnica e fundamentada relativamente ao estabelecimento de restrições excepcionais e temporárias por rodovias de locomoção interestadual e intermunicipal.                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Resolução - RDC nº 353, de 23 de março de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 568, de 26 de março de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte para cuidados prolongados em atendimento dos pacientes crônicos oriundos de Unidade de Terapia Intensiva e leitos de enfermaria de hospitais de referência ao COVID-19                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 561, de 26 de março de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 701, de 6 de Abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita o Estado de Colorado (PR) a receber, em parcela única, o incentivo de implantação de Serviço Hospitalar de Referência (Unidade de Referência Especializada em Hospitais Gerais)                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 641, de 31 de Março de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a Ação Estratégica 'O Brasil Conta Comigo - Residentes na área de Saúde', para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 580, de 27 de março de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 940, de 2 de abril de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre medidas restritivas regionalizadas para o enfrentamento da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera o Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.041</a>                                                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorroga a MP 940/2020, que Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 48, de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece regras de forma excepcional -para as transferências de recursos do Bloco de Custeio - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC pelo período de 90 (noventa) dias                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da saúde   Portaria nº 662, de 1 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte (HPP) para cuidados prolongados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 568, de 26 de março de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Defere petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos para ensaios clínicos com Sulfato de Hidroxicloroquina / Azitromicina di-hidratada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Decreto nº 10.318, de 9 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Define o procedimento para o registro obrigatório de internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados que prestam serviços no SUS.                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 758, de 9 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), nos Estados de GO, MA, MG                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 767, de 8 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), nos Estados de MG, MS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 768, de 8 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), nos Estados de PI, PR, RJ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 769, de 8 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), nos Estados de RN, RO, RS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 770, de 8 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), nos Estados de RS, SC, SE, SP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 771, de 8 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de MA, MG, MS, MT, PA, PR, RJ, RS, SP, TO                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 772, de 8 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Grupos do Piso de Atenção Básica-PAB e de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e à assistência ambulatorial e hospitalar decorrente do coronavírus - COVID 19                                                   | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 774, de 8 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrica para atendimento exclusivo dos pacientes com a COVID-19, nos Estados de RO, RR, RS, SC, SE e SP.                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 706, de 6 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), nos Estados de CE, ES, GO, MA, MG.                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 707, de 6 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), nos Estados de MG, MS, MT, PA, PB, PE                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 708, de 6 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), nos Estados de PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 709, de 6 de abril de 2020</a>                                |  |

|         |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                 |  |
|---------|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), nos Estados de GO, RO, RS, SP.                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 710, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de GO, RJ, TO.                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 711, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de AC, BA, GO, MG, PA, RJ, RN, RO, SC, SP, TO.                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 712, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de AP, GO, RJ, SE, SP.                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 713, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, no Estado da BA.                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 714, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de GO, PA, RJ.                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 715, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de AC, AL, GO, MG, MS, PE, RJ, SP.                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 716, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de AC, AL, BA, CE, MA, MG, MS, MT.                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 717, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de PA, PB, PE, PR, RJ.                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 718, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de AL, AM, BA, CE, DF.                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 719, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de ES, GO, MA.                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 720, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de MS, GO, AL.                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 721, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde. Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de MS, MT, PA, PB. | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 722, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de PE, PI.                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 723, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, no Estado do PR.                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 724, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, no Estado do RJ.                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 725, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados do RN, RR, RO, RS.                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 726, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de SC, TO, SE.                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 727, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, nos Estados de PR, RJ, RN, PA, MT, RO.                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 745, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 414, de 18 de março de 2020</a>   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), no Estado de SP                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 728, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Prorroga os prazos de qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192)                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 732, de 6 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Ceará e Município de Crato                                                                                           | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 737, de 7 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Restabelece a transferência de recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 739, de 7 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Autoriza o repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, no Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos à Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), no ano de 2020                                          | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 741, de 7 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Minas Gerais e Município de Divinópolis                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 743, de 7 de abril de 2020</a>    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 237, de 18 de março de 2020</a>   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Distrito Federal.                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.395, de 22 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado da Bahia e Municípios.                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.396, de 22 de maio de 2020</a>  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Roraima e Município de Boa Vista.                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.533, de 12 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio de Janeiro.                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.534, de 12 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Roraima.                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.535, de 12 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Autoriza, temporariamente, a utilização dos leitos de hospitais de pequeno porte (HPP) para cuidados prolongados e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Municípios.                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.536, de 12 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Jau.                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.541, de 12 de junho de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19.                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 237, de 18 de junho de 2020</a>   |  |

|         |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                  |  |
|---------|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19 e altera o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) para permitir o registro de ações relativas ao enfrentamento da COVID-19.                                                         | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 245, de 24 de março de 2020</a>                                                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19.                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.514, de 15 de junho de 2020</a>                                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 1.521, de 15 de junho de 2020</a>                                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19) e estabelece suspensão de prazos processuais em tramitação                                                                                               | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 206, de 16 de abril de 2020</a>                                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Prorroga as medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional previstas na portaria FBN nº 35, de 18 de março de 2020.                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 44, de 15 de abril de 2020</a>                                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.                                                                                      | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 191-E, de 7 de abril de 2020</a>                                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre a prorrogação do prazo de execução dos projetos contemplados pelo edital Prêmio Funarte Descentralizado.                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 145, de 15 de maio de 2020</a>                                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.                                                                                      | <a href="#">Ministério do Turismo   Portaria nº 266-E, de 8 de junho de 2020</a>                                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º semestre do exercício de 2020, e convoca a 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020                                                                                                  | <a href="#">Conselho Nacional do Ministério Público   Portaria nº 75, de 14 de maio de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Orienta membros e membros do Ministério Público do Trabalho no sentido de que, em procedimento que tenha como objeto o tema 10.01. COVID-19 (Coronavírus)                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério Público da União   Ata da 278ª Sessão Ordinária</a>                                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Altera a Portaria CNMP-PRESI nº 65, de 29 de abril de 2020, que convoca a 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Conselho Nacional do Ministério Público   Portaria nº 71, de 5 de maio de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º semestre do exercício de 2020, e convoca a 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.                                                                                                 | <a href="#">Conselho Nacional do Ministério Público   Portaria nº 88, de 1 de junho de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre o acompanhamento e fiscalização, por parte dos Ministérios Públicos, da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate ao Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério Público da União   Recomendação GIAC-Covid-119 nº 1, de 22 de abril de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Prorroga o prazo de suspensão dos prazos processuais e prescricionais no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, nos termos da Instrução Normativa CFP nº 1, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores                                                                                                                              | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Instrução Normativa nº 4, de 27 de maio de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Prorroga o prazo das medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores, para prevenir contágio pelo novo coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 24, de 27 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Aprova o Protocolo de Regulação para casos de COVID-19 para Unidades de Terapia Intensiva de Alta Complexidade                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 12, de 27 de maio de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Estabelece medidas complementares de prevenção e controle da COVID-19, bem como dispor medidas para garantir a função precípua do CRESS 7ª Região como órgão fiscalizador                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 14, de 28 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido no artigo 1º da Resolução nº 05/2020 do Core-RJ.                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 6, de 2 de junho de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Institui, no âmbito do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás, a realização de sessões Plenárias online, por videoconferência, para Deliberação remota, medida excepcional adotada durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19)                                                                               | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Deliberação nº 542, de 27 de maio de 2020</a>       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre a prorrogação da data de vencimento da anuidade de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas para o exercício de 2020 junto ao CREF7/DF e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 102, de 21 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre as medidas de prevenção e enfrentamento à COVID-19, além de outras providências acerca do expediente especial administrativo                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 113, de 25 de maio de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Dispõe sobre a realização de Sessão dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional em ambiente telepresencial e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 521, de 26 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Institui, no âmbito do Sistema CFB/CRB, as Sessões Virtuais de Plenário, e define os procedimentos a serem observados                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 222, de 20 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Prorroga o prazo para apresentação de justificativas por não comparecimento às eleições realizadas durante o período de enfrentamento da Pandemia do COVID-19                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1.327, de 25 de maio de 2020</a>       |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Altera e amplia o rol de benefícios flexíveis constantes dos artigos 20º e 21º do Ato Administrativo, enquanto perdurar a pandemia da COVID-19 (Sars-CoV2)                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 48, de 22 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Dispõe sobre a permissão da realização de reuniões de diretoria e sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, do Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região Pará e Amapá, em ambiente virtual, em decorrência da COVID-19                                                                                                                                                         | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 2, de 27 de abril de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Decide, "ad referendum" do Plenário do Cofen, prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a suspensão dos prazos referidos no art. 1º e no art. 3º da Decisão Cofen nº 029/2020, e dá outras providências                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Decisão nº 39, de 15 de maio de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre a prorrogação emergencial dos contratos no âmbito deste CREMEC, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, como forma de garantir a continuidade dos serviços essenciais durante o período de calamidade pública, conforme decretos publicados pelo Congresso Nacional e o Estado do Ceará, como medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19)                   | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 13, de 27 de abril de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Define, em caráter excepcional e temporário, as diretrizes éticas para os atendimentos médicos realizados por meios remotos (Telemedicina) por intermédio de Operadoras de Planos de Saúde enquanto perdurarem as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da epidemia do Coronavírus (COVID-19) no Estado do Rio Grande do Sul | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 10, de 18 de maio de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | "Ad referendum" do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a suspensão dos prazos referidos no art. 1º e art. 2º, da Decisão COREN/CE nº. 043/2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                           | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Decisão nº 49, de 20 de maio de 2020</a>            |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                  |  |
|---------|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Utilização de Dispositivos Extraglotticos (DEG) e outros procedimentos para acesso à via aérea, por Enfermeiros, nas situações de urgência e emergência, nos ambientes intra e pré-hospitalares.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 641, de 2 de junho de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, ad referendum do Plenário, por 60 (sessenta) dias, a suspensão dos prazos referidos no art. 4º da Decisão COREN-RS nº 035/2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Decisão nº 45, de 15 de maio de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Aprova o calendário para a realização do processo eleitoral por meio de sistema eletrônico no exercício de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 2.046, de 8 de junho de 2020</a>       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação das medidas administrativas temporárias para prevenir contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito de jurisdição do CRP/18ª Região, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 31, de 10 de junho de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Aprova, em decisão ad referendum do Conselho Diretor do FNDCT, o orçamento de R\$ 226,5 milhões (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais) integralizado em favor deste Fundo, para aplicação na Ação 2208 21C0 6500, destinada ao enfrentamento do novo coronavírus no âmbito federal                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Decisão AD REFERENDUM de 15 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a dispensa de registro secundário para profissionais no exercício de suas atividades na jurisdição de outro CRFa, em programas de combate à Covid-19, durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2)                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 573, de 15 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre providências a serem adotadas em razão da pandemia causado pelo COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 155, de 12 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe acerca da prorrogação da suspensão de prazos administrativos no âmbito deste CRF-SP em virtude das medidas de enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 17, de 24 de abril de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Recomenda às autoridades sanitárias do estado de Pernambuco e dos municípios, diretores técnicos das unidades de saúde públicas a adoção de condutas obstétricas restritas em situações de alto risco, incluindo a alta oportuna do binômio, enquanto perdurar a escassez de leitos em maternidades durante a pandemia da COVID-19                                                                                | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Recomendação nº 8, de 15 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o atendimento médico por telemedicina no Estado de Roraima em caráter excepcional e temporário durante a pandemia de SARS-CoV2/COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 41, de 22 de abril de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Regulamenta a prestação de informações pelo médico assistente à central de regulação de leitos, durante a pandemia da Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 5, de 14 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação do prazo no âmbito do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 5, de 13 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece a suspensão dos prazos processuais dispostos no Código Processual de Ética, bem como no Código Processual Disciplinar por prazo indeterminado a contar da data de publicação desta Portaria, considerando-se a declaração de pandemia da doença infecto contagiosa (COVID 19) do novo coronavírus pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como o estado de emergência do Estado do Rio de Janeiro | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 11, de 22 de abril de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Permite o uso de sistema virtual ou de videoconferência, excepcionalmente, nas sessões do Plenário para eleição e posse dos novos Conselheiros, da Diretoria e de Comissões, no âmbito do Sistema CFM/CRN                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 654, de 11 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Determina a prorrogação da suspensão dos prazos processuais de procedimentos administrativos em curso no âmbito deste CAU/MG                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria Normativa nº 4, de 28 de abril de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Alterar a artigo 1º da Resolução CFO 221/2020, que suspender os prazos de expedientes administrativos no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Odontologia, que estejam em regime de quarentena, tele trabalho ou equivalente, desde que dependam de acesso presencial dos servidores responsáveis pela resposta e andamento à estrutura física das sedes, até o retorno regular das atividades           | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 223, de 12 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a suspensão dos prazos dos processos administrativos no âmbito do Sistema Conferp                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 105, de 8 de maio de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o modelo de composição das equipes médicas em ambientes destinados ao atendimento da COVID19: UTI, UCI e setores destinados ao suporte ventilatório, a serem observados pelas autoridades sanitárias do estado de Pernambuco e dos municípios                                                                                                                                                        | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Recomendação nº 7, de 8 de maio de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Inclui dispositivo à Resolução nº 2.043, de 23 de abril de 2020, a qual institui medidas excepcionais para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 2.044, de 7 de maio de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre as competências do Enfermeiro no cuidado aos pacientes em ventilação mecânica no ambiente extra e intra-hospitalar                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 639, de 6 de maio de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a publicidade a abertura de crédito adicional extraordinário no orçamento corrente do Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região - CREF11/MS                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 233, de 27 de abril de 2020</a>        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece regras de biossegurança no enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito do Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região - CREF11/MS                                                                                                                                                                  | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 210, de 2 de maio de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Inserir na Resolução CREMERN nº 002/2018, publicada no D.O.U. em 27 de abril de 2018, Seção 1, p. 191-192, a previsão expressa de possibilidade de pagamento de jeton no caso de atividades realizadas por teleconferência, no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte                                                                                                                     | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 2, de 20 de abril de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação do vencimento da anuidade do exercício 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1, de 31 de março de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga medidas de combate e prevenção ao contágio do coronavírus no Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 27, de 1 de maio de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Recomenda a instituição da regulação unificada de leitos e a hierarquização de disponibilidade das unidades de urgência e emergência no Estado de Pernambuco                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Recomendação nº 6, de 30 de abril de 2020</a>       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui o Sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário de discussão e encaminhamentos da Comissão de Ética (COE), bem como para discussão e votação digital de pareceres da COE sujeitos à apreciação da Plenária Extraordinária do CRPSC, medida adotada enquanto perdurarem as medidas de emergência de saúde pública referente à COVID-19                                       | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 18, de 23 de abril de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação das medidas administrativas temporárias para prevenir contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito de jurisdição do CRP/18ª Região                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 24, de 29 de abril de 2020</a>          |  |



|         |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                               |  |
|---------|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | GERAIS             | Altera a redação da alínea "b" do Art. 1º, da Portaria CREMESP n. 48, de 22 de maio de 2020, publicado dia 26 de maio de 2020, Seção 1, p.72, que trata da ampliação do rol de benefícios flexíveis, enquanto perdurar a pandemia da COVID-19 (Sars-CoV2).                                                                                                                          | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 49, de 28 de maio de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Prorrogado até o dia 15 de maio de 2020, continuando as atividades e atendimentos aos representantes comerciais sendo desenvolvidas remotamente (online)                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 4, de 30 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Estabelece medidas complementares de prevenção e controle da COVID-19, bem como dispor medidas para garantir a função precípua do CRESS 7ª Região como órgão fiscalizador                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 9, de 4 de maio de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Dispõe, ad referendum do Plenário do CFMV, acerca do acompanhamento e sustentação oral remota e eletrônica em processos que tramitam no Sistema CFMV/CRMVs durante o enfrentamento da crise provocada pela Pandemia do COVID-19                                                                                                                                                     | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1.322, de 30 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Institui, em ad referendum, no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, o Sistema de Deliberação Remota - SDR, medida excepcional destinada a viabilizar o funcionamento do Plenário durante a emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus (Covid-19), e dá outras providências                                                                               | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Decisão nº 46, de 28 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Prorroga o prazo das medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15, de 17 de março de 2020 e suas alterações posteriores, para prevenir contágio pelo novo coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                           | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 21, de 29 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Revoga a Portaria CREFITO-8 Nº 0050, de 26 de março de 2020 que dispõe sobre a suspensão dos prazos dos Processos Ético-Disciplinares em trâmite no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região                                                                                                                                                            | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 77, de 28 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Institui medidas excepcionais para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 2.043, de 27 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre teleatendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 101, de 20 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre a permissão da realização de reuniões de diretoria, comissões e sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia em ambiente virtual em decorrência da COVID-19                                                                                                                                                                | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 572, de 23 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe acerca da prorrogação da suspensão de prazos administrativos no âmbito deste CRF-SP em virtude das medidas de enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 16, de 24 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Altera a Portaria nº 95/2020, que suspende as atividades administrativas, pelo período de 19.03.2020 a 24.04.2020, prorrogando o período de suspensão até 22 de maio de 2020                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 105, de 22 de abril de 2020</a>                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre a necessidade de restrição do atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) 24h e congêneres durante o período do COVID-19, priorizando os pacientes classificados como de maior grau de urgência                                                                                                                                                             | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 4, de 22 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre o acesso a documentos de identificação profissional ou empresarial expedidos digitalmente enquanto perdurarem restrições decorrentes do enfrentamento da pandemia do COVID-19                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1.435, de 20 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Determina às chefias de plantão a obrigação em disponibilizar o protocolo de fluxo de atendimento para os pacientes com suspeita de COVID-19                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1, de 19 de março de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais. Nota Técnica sobre a utilização de tratamento antiviral para infecções por Covid-19                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Define, ad referendum do Plenário do CFMV, prorrogar o prazo das medidas emergenciais para mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo COVID-19                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1.320, de 17 de abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Institui, "ad referendum" do Plenário do COREN-RS, o Sistema de Deliberação Remota - SDR para reuniões dos Empregados do COREN-RS, Comissões, Câmaras Técnicas, Grupos Técnicos/Trabalho, Diretoria e Plenário, medida excepcional destinada para dar continuidade as atividades durante o período de suspensão das atividades presenciais devido às medidas preventivas a Covid-19 | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Decisão nº 44, de 16 de abril de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Mantém as medidas emergenciais e temporárias de prevenção ao contágio do NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) e prorroga o prazo estabelecido no artigo 1º da Resolução nº 02/2020 do Core-RJ                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 3, de 17 de abril de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Dispõe, ad referendum do Plenário do CFMV, acerca da realização de Sessões Deliberativas e Reuniões de Diretoria Executiva, Comissões e Grupos de Trabalho em ambiente virtual durante o enfrentamento da crise provocada pela Pandemia do COVID-19.                                                                                                                                | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1.319, de 9 de abril de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre a prorrogação dos prazos referente à anuidade no Sistema CFBio/CRBios para o exercício 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 558, de 8 de abril de 2020</a>                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Institui, "ad referendum" do Plenário, no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem, o Sistema de Deliberação Remota - SDR, medida excepcional destinada a viabilizar o funcionamento do Plenário durante a emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.                                                                             | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 638, de 8 de abril de 2020</a>                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Estabelece ações e medidas a serem adotadas por profissionais de Psicologia da Saúde e Hospitalar no contexto da Pandemia da COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 4, de 18 de maio de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre a prorrogação da eficácia da Portaria 10/2020, de 21 de maio até 20 de junho de 2020, das atividades no âmbito deste CREMEC como forma de seguir as medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                 | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 15, de 21 de maio de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre providências a serem adotadas em razão da pandemia causada pelo COVID-19 no tocante à prorrogação, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, da validade da Cédula de Identidade Profissional - CIP e Certificados de Registro de Pessoa Jurídica vencidos após 16/03/2020.                                                                                              | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 25, de 19 de maio de 2020</a>                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Prorroga, excepcionalmente, o vencimento das inscrições provisórias nos Conselhos Regionais de Odontologia.                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 224, de 22 de maio de 2020</a>                      |  |
| FEDERAL | GERAIS             | Altera dispositivos do Anexo da Resolução nº 2.027/2019 que dispõe sobre o Concurso de Resenhas do Conselho Federal de Economia - Cofecon e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas – Ange.                                                                                                                                                           | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 2.045, de 19 de maio de 2020</a>                    |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Determina, ad referendum do Plenário do CAU/MG, a prorrogação da suspensão dos prazos processuais de procedimentos administrativos em curso no âmbito deste CAU/MG, conforme estipulado na Portaria Normativa nº 03/2020 alterada pela Portaria Normativa nº 04/2020.                                                                                                               | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 5, de 26 de maio de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA | Dispõe sobre a prorrogação da Resolução Nº 39/2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 40, de 29 de maio de 2020</a>                       |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                     |  |
|---------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre as diretrizes de estruturação e operacionalização do Fundo Nacional de Auxílio Financeiro Emergencial (FNAFE) e do Programa de Manutenção Provisória dos Serviços Essenciais (PROMPSE) no âmbito do Sistema CFQ/CRQ.                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução Normativa nº 290, de 23 de abril de 2020</a> |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga medidas de combate e prevenção ao contágio do coronavírus no Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 34, de 1 de junho de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre novas medidas adotadas em razão da pandemia do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 124, de 30 de maio de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Define e disciplina técnica à distância por comando remoto como estratégia de fiscalização nos locais de trabalho, quer sejam públicos ou privados, durante a pandemia da COVID19                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 6, de 1 de junho de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido no art. 1º da Resolução nº 1.154/2020 - Confere.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1.155, de 2 de junho de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe acerca da prorrogação da suspensão de prazos administrativos no âmbito deste CRF-SP em virtude das medidas de enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 18, de 3 de junho de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece o "Plano de Ação de Trabalho e Atendimento", objetivando o retorno às atividades do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, no âmbito de sua Sede e suas Seccionais, observados os critérios e medidas preventivas determinadas nos decretos estadual e municipais vigentes.                                                                                                                                          | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 36, de 1 de junho de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Estabelece, em caráter excepcional, que a contribuição dos Creas para o Prodesu em 2020, prevista no inciso I do art. 5º da Resolução nº 1.030, de 2010, e no inciso I do art. 4º da Decisão Normativa nº 087, de 30 de março de 2011, será repassada ao Confea pelos Creas, a partir de janeiro de 2021, em até 12 parcelas iguais e mensais, através da lavratura de termo de confissão de dívida a ser operacionalizado pelo Confea. | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1.124, de 3 de junho de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre o exercício da Odontologia a distância, mediado por tecnologias, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 226, de 4 de junho de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a redação da alínea "b" do Art. 1º, da Portaria CREMESP n. 48, publicado dia 26 de maio de 2020, Seção 1, p.72, que trata da ampliação do rol de benefícios flexíveis, enquanto perdurar a pandemia da COVID-19 (Sars-CoV2).                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Portaria nº 49, de 28 de maio de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Define e disciplina as Diretrizes de Atendimento Seguro (DAS) aos diretores técnicos e diretores clínicos de estabelecimentos de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, durante a pandemia da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 7, de 9 de junho de 2020</a>              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Adota procedimentos "ad referendum" do Plenário, alterando o regimento interno do Conselho Federal de Farmácia, para prever e regulamentar a realização de reuniões plenárias por meio virtual.                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 686, de 9 de junho de 2020</a>            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido no art. 1º da Resolução nº 1.155/2020 - Confere.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 1.156, de 10 de junho de 2020</a>         |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 179/2019/CREF3/SC, publicada no Diário Oficial da União - nº 235, Seção 1, na data de 05 de dezembro de 2019, quinta-feira, e a prorrogação do prazo de vencimento da Anuidade devida pelos registrados no Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região - CREF3/SC.                                                                                                                       | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 183, de 10 de junho de 2020</a>           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Aprova o Protocolo de Diretrizes para Atendimento e Alocação de Recursos em Unidades de Terapia Intensiva durante a Pandemia de COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais   Resolução nº 13, de 5 de junho de 2020</a>             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera a Portaria PGFN nº 7.280, de 18 de março de 2020, que estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos do coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU                                                                                                                                                           | <a href="#">Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional   Portaria nº 8.457, de 25 de março de 2020</a>                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Emite orientação aos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária, em virtude da pandemia de Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 2, de 25 de março de 2020</a>                                               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Emite recomendações e diretrizes sobre as medidas de segurança sanitária para combate ao novo coronavírus (Sars-CoV-2) nas operações de transporte aéreo.                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 1, de 5 de junho de 2020</a>                                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspensão de 20 de março a 30 de abril de prazos processuais e materiais no âmbito da ANM (cumprimento de exigências, CFEM).                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Agência Nacional de Mineração   Resolução nº 28, de 24 de março de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Resolução nº 210, de 11 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Regulamenta o peticionamento eletrônico no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.317, de 6 de maio de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece rito específico para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federados, decorrentes de desastre relacionado à contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 743, de 26 de março de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Institui o Comitê Gestor de Crise do Ministério do Desenvolvimento Regional                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 735, de 26 de março de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Fica instituído o Comitê Setorial de Acompanhamento do Covid-19, de caráter executivo, no âmbito da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, para articular as demandas do setor afetadas às atividades da cadeia produtiva mineral relacionadas aos efeitos do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Portaria nº 131, de 27 de março de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Fica instituído o Comitê, de caráter executivo, no âmbito da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para articular as demandas do setor afetadas ao abastecimento nacional de combustíveis e biocombustíveis relacionadas aos efeitos do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Portaria nº 131, de 27 de março de 2020</a>                                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 951, de 15 de abril de 2020</a>                                                  |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 952, de 15 de abril de 2020</a>                                                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Encaminha ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências"                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Presidência da República   Mensagem nº 179, de 15 de abril de 2020</a>                                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020</a>                                                   |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                 |  |
|---------|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera as Leis nos 11.371, de 28 de novembro de 2006, e 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor a respeito das alíquotas do imposto sobre a renda incidentes nas operações que especifica, e as Leis nos 9.825, de 23 de agosto de 1999, 11.356, de 19 de outubro de 2006, e 12.462, de 4 de agosto de 2011; autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); extingue o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); revoga a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, com veto parcial, Mensagem nº 293/2020. | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020</a>                                                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre crédito extraordinário ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 45.756.202,00 (quarenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e dois reais), Recursos Oriundos de Transferências Recebidas para uso Exclusivo no Tratamento da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.889</a>                                                                              |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Fica instituído o Comitê do Setor Elétrico para acompanhamento do Covid-19, de caráter executivo, no âmbito da Secretaria de Energia Elétrica, para articular as demandas do setor afetadas ao fornecimento de energia elétrica nacional, considerando os efeitos do novo coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério de Minas e Energia   Portaria nº 133, de 28 de março de 2020</a>                                         |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento dos débitos provenientes da concessão de crédito de instalação, títulos de domínio e parcelamentos administrativos e suspensão dos prazos administrativos no âmbito do Incra no período de duração da declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento   Portaria nº 586, de 26 de março de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo para entrega do Relatório Anual de Produção da Aquicultura em Águas da União, estabelecido na Instrução Normativa nº 01, de 03 de fevereiro de 2020, referente ao ano de 2019, até o dia 31 de maio de 2020, resultante do enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento   Instrução Normativa nº 2, de 26 de março de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os discentes dos cursos de Fisioterapia e Medicina da Universidade Federal do Delta do Parnaíba/UFDP, permitindo a atuação nas ações de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 41, de 14 de abril de 2020</a>                                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria nº 208, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2020, tendo em vista a situação de pandemia do coronavírus - COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 75, de 27 de março de 2020</a>                                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo previsto no art. 1º da Portaria MEC nº 376, de 3 de abril de 2020, que dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 510, de 3 de junho de 2020</a>                                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria nº 208, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2020, tendo em vista a situação de pandemia do coronavírus - COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 218, de 30 de junho de 2020</a>                                                |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o regime de tramitação, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de medidas provisórias durante a pandemia de Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Atos do Congresso Nacional   Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020</a>   |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria nº 358, de 27 de maio de 2019, tratando de vistorias em plataforma digital à distância, em tempo real: de 27 de fevereiro de 2020 a 30 de setembro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria IBAMA nº 826/2020</a>                                                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende os prazos processuais nos processos físicos e eletrônicos, por tempo indeterminado, a contar de 16/03/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria IBAMA nº 826/2020</a>                                                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende os prazos processuais nos processos físicos e eletrônicos, por tempo indeterminado, a contar de 23/03/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria nº 226, de 21 de março de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria nº 175/2020 IPHAN</a>                                                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga o prazo regular para a entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP de 2020 (ano-base 2019).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Instrução Normativa nº 12, de 25 de março de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece a reabertura da visitação pública nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria nº 696, de 8 de junho de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece a reabertura da visitação pública no Parque Nacional do Iguaçu.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria nº 697, de 8 de junho de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Estabelece a reabertura da visitação pública no Parque Nacional de Brasília.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria nº 698, de 9 de junho de 2020</a>                                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispensa, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020 que Dispensa, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 42, de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Suspende os prazos processuais nos processos físicos e eletrônicos, por tempo indeterminado, a contar de 23/03/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria nº 226, de 21 de março de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria nº 175, de 18 de março de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério do Meio Ambiente   Portaria nº 210, de 18 de março de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Regulamenta a apreciação, pelo Congresso Nacional, dos projetos de lei de matéria orçamentária de que trata o Regimento Comum do Congresso Nacional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Atos do Congresso Nacional   Ato Conjunto das Mesas das Câmaras dos Deputados e do Senado Federal nº 2, de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Aprova recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 54, de 1 de abril de 2020</a>                                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Profissionais da Saúde"                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 639, de 31 de março de 2020</a>                                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Revisa e consolida as medidas em resposta à emergência de saúde pública no âmbito do transporte aquaviário e das instalações portuárias em razão da epidemia do coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 7.653, de 31 de março de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre o fluxo procedimental de atendimento das requisições dos órgãos da Advocacia-Geral da União relativas a processos judiciais de interesse do Ministério da Infraestrutura                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Instrução Normativa nº 1, de 29 de abril de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Preservar os efeitos integrais da Portaria nº 80/2020-DG/ANTAQ, de 19/03/2020, com a manutenção do fechamento provisório do protocolo físico, assim como a prorrogação da suspensão da fluência dos prazos processuais até o dia 17/05/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Portaria nº 101, de 30 de abril de 2020</a>                                          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Orienta os portos organizados, as instalações portuárias e as empresas que atuem no transporte aquaviário, durante o período da Declaração de Emergência em Saúde Pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 7.781, de 29 de maio de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Preserva os efeitos integrais da Portaria nº 80/2020-DG/ANTAQ, de 19/03/2020, com a manutenção do fechamento provisório do protocolo físico, assim como a prorrogação, a contar de 30/05/2020, da suspensão da fluência dos prazos processuais até o dia 15/06/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Portaria nº 118, de 29 de maio de 2020</a>                                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução nº 5.893, de 02 de junho de 2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 5.894, de 9 de junho de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, de novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, decorrente do Novo coronavírus-COVID19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER   Portaria nº 108/2020</a>                              |  |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                  |  |
|---------|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui o Comitê de Crise Nacional para planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos impactos da COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 36, de 1 de abril de 2020</a>                                      |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Reconhece a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre – FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 802, de 1 de abril de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Reconhece o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre – FIDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.127, de 17 de abril de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Espírito Santo/ES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.128, de 17 de abril de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Portaria n. 664, de 20 de março de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para conceder novo prazo para que as famílias atingidas formalizem junto ao Gestor Operacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a manifestação de interesse na aquisição de unidades habitacionais alienadas pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 1.452, de 22 de maio de 2020</a>                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Aprova, em decisão ad referendum do Conselho Diretor do FNDCT, o orçamento de R\$ 100 milhões (cem milhões de reais) integralizado em favor deste Fundo, para aplicação na Ação 2208 21C0, destinada ao enfrentamento do novo coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações   Despacho</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Disciplina o atendimento ao contribuinte nas unidades de atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Divinópolis - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e Agências de Bom Despacho, Campo Belo, Formiga, Pará de Minas, Passos e também pelos Postos de Atendimento em Itaúna e Oliveira - em caráter excepcional, considerando o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 10, de 1 de abril de 2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 944 de 3 de Abril de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre as operações de crédito para financiamento da folha salarial realizadas, pelas instituições financeiras, no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.800, de 6 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Altera a Circular nº 3.916, de 22 de novembro de 2018, que define e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, para estabelecer dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório de parcela dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 3.997, de 6 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.791, de 26 de março de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 111, de 27 de março de 2020</a>                                 |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Instrução Normativa nº 1.932, de 3 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Institui linha de crédito especial com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), de que trata o art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e estabelece encargos financeiros, prazos, limites, finalidades e demais condições desse financiamento, destinado a atender aos setores produtivos, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.798, de 6 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera o Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), de que trata o Anexo II à Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, para ajustar o valor máximo garantido do Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Economia   Resolução nº 4.799, de 6 de abril de 2020</a>                               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria n. 1.955, de 15 de agosto de 2019, tratando de linha de crédito para o combate ao Covid-                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 926, de 7 de abril de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria n. 1.953, de 15 de agosto de 2019, tratando de linha de crédito decorrente do Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 931, de 7 de abril de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria n. 1.954, de 15 de agosto de 2019, tratando de linha de crédito decorrente do Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério do Desenvolvimento Regional   Portaria nº 939, de 7 de abril de 2020</a>                  |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o início de vigência da Portaria nº 106.818, de 3 de fevereiro de 2020, que fixa os prazos máximos para a decisão administrativa dos pedidos de atos públicos de liberação da atividade econômica requeridos ao Banco Central do Brasil, nos termos do disposto no Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Portaria nº 107.361, de 6 de abril de 2020</a>                              |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Extrato de Ata da 1.142ª Sessão CMN realizada em 29 de janeiro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ministério da Economia   Extrato de Ata da 1.142ª Sessão CMN, realizada em 29 de janeiro de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre as operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG), de que trata a Resolução nº 4.795, de 2 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Circular nº 3.996, de 6 de abril de 2020</a>                                |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Divulga procedimentos a serem observados para o acesso a operações de empréstimo por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez, de que trata a Resolução nº 4.786, de 23 de março de 2020 e a Circular nº 3.994, de 24 de março de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Ministério da Economia   Carta Circular nº 4.019, de 6 de abril de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Ampliação do crédito de R\$ 5 bilhões do PROGER/FAT para Micro e Pequenas Empresas com a criação da linha Proger Urbano Capital de Giro                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Conselho Deliberativo do FAT – ME / Resolução nº 850, de 18 março de 2020</a>                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Aperfeiçoamentos nas regras do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCP)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Banco Central   Circular nº 3.986, de 20 de fevereiro de 2020</a>                                    |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Realização de operações compromissadas em dólar                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Banco Central   Circular nº 3.990, DE 18 de março de 2020</a>                                        |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Banco Central   Resolução nº 4.785, de 23 de março de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Concessão de empréstimos para bancos garantidos em debêntures                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Banco Central   Resolução nº 4.786, de 23 de março de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Ampliação do limite de recompra de Letras Financeiras                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Banco Central   Resolução nº 4.788, de 23 de março de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | GERAIS                               | Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal ACP(Conservação ) de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Banco Central   Resolução nº 4.783, de 16 de março de 2020</a>                                       |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 930, de 30 de março de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro" | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 38, de 2020</a>              |  |



|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                     |  |
|---------|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.    | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Medida Provisória nº 930, de 30 de março de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências"                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Congresso Nacional   Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 39, de 2020</a> |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020</a>          |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Atos do Poder Executivo   Decreto nº 10.295, de 30 de março de 2020</a>                 |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, exclusivamente para atuação nas ações de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 374, de 3 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Educação   Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020</a>                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 343.623.574.293,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.008, de 2 de junho de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 892.000.000,00 (oitocentos e noventa e dois milhões de reais), para os fins que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.014, de 10 de junho de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com veto parcial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPis), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.018, de 29 de junho de 2020</a>                           |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19, com veto, Mensagem 374/2020. | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.019, de 2 de julho de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | GERAIS                       | OBS.: Republicação do Art. 3º-B e do Art. 3º F da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por ter constado incorreção, quanto ao original.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                     |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública, "com veto parcial, mensagem nº 378/2020".                    | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº 14.022, de 7 de julho de 2020</a>                            |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a substituição excepcional de aulas presenciais por aulas em meios digitais em razão da pandemia COVID-19, para empresas de transporte aéreo certificadas para operação segundo o RBAC nº 135.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Ministério de Infraestrutura   Portaria nº 964, de 6 de abril de 2020</a>               |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Medida Provisória nº 945, de 4 de Abril de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito das Comunidades Terapêuticas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 340, de 30 de março de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece rito específico para a pré-qualificação de propostas de parceria de que trata o Decreto 1.953, de 5 de julho de 2019, durante o período de emergência de saúde pública de que trata a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.633</a>                                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a isenção do ICMS relativo à parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica, estabelecida pelas Leis Federais nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, e nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, no respectivo fornecimento a consumidores enquadrados na "subclasse Residencial de Baixa Renda", como medida de enfrentamento aos efeitos da emergência de saúde pública decorrente de pandemia de Coronavírus                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.657</a>                                                  |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Suspensão das aulas: A suspensão vale a partir desta sexta-feira (20) para as redes de ensino Privadas e Públicas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.258, de 17 de março de 2020</a>                          |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Fica aberto um crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 50.425.700,00 (cinquenta milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil e setecentos reais). Os recursos do presente crédito adicional extraordinário são necessários para cobrir despesas relativas ao enfrentamento da COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4551</a>                                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre diretrizes e medidas de saúde para o enfrentamento e intervenção imediata em caso de endemias, epidemias e pandemias, inclusive do Coronavírus - Covid-19, no Estado do Paraná, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 20.187, de 22 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 20.188, de 23 de abril de 2020</a>                             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Institui força-tarefa para análise de pedidos de habilitação de créditos, existentes no Sistema de Controle da Transferência e Utilização dos Créditos Acumulados - SISCREDE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Receita Estadual do Paraná   Portaria nº 116/2020</a>                                   |  |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Comitê de Enfrentamento do Coronavírus do DSEI Alto Rio Negro                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ministério da Saúde   Portaria nº 3, de 17 de abril de 2020</a>                         |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Reforço ao programa Bolsa Família: destinação de recursos para possibilitar a ampliação do número de beneficiários inclusão de mais de 1 milhão de pessoas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Ministério da Cidadania   Portaria nº 335, de 20 de março de 2020</a>                   |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Crédito Extraordinário para o programa Bolsa Família (3 bilhões)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   MP 929, de 25 de março de 2020 crédito extraordinário</a>             |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Até R\$ 6 bilhões ao abrir a possibilidade da suspensão da cobrança de dívidas de tomadores de crédito (públicos e privados) junto aos agentes econômicos vinculados ao Estado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Vigente – Decisão interna da Diretoria da Instituição</a>                               |  |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Fomento Paraná – Emprego de R\$ 480 milhões em linhas de crédito                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 20.164, de 2 de abril de 2020</a>                              |  |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                            |            |
|---------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Autoriza concessão de subvenção econômica com recursos do FDE para a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná e para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – PR, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito realizadas no âmbito do Programa Paraná Mais Empregos, conforme específica.       | <a href="#">Lei nº 20.165, de 2 de abril de 2020</a>                                       |            |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Institui o Programa de Recuperação de Créditos – Isenção de Multas e Juros Moratórios a ser desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Lei nº 20.167, de 2 de abril de 2020</a>                                       |            |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | BRDE - O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) formatou um programa emergencial de R\$ 670 milhões. Ele inclui R\$ 50 milhões da linha de microcrédito repassada para a Fomento Paraná, R\$ 100 milhões de recursos próprios e R\$ 520 milhões de outros fornecedores de crédito.                                                 | Vigente - Decisão interna da diretoria do Banco                                            |            |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre os critérios de distribuição especial durante situações de emergência e calamidade nacional                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ministério Público da União   Resolução nº 174, de 26 de março de 2020</a>     |            |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Poder Executivo                                                                            |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.324 - R\$ 15.000.000,00</a>                                       |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.325 - R\$ 2.000.000,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.326 - R\$ 1.000.000,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.327 - R\$ 274.709.352,00</a>                                      |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.328 - R\$ 1.700.000,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.329 - R\$ 15.000.000,00</a>                                       |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.330 - R\$ 800.000,00</a>                                          |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.331 - R\$ 5.102.003,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.332 - R\$ 100.000,00</a>                                          |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.333 - R\$ 6.625.000,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.334 - R\$ 3.768.906,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.335 - R\$ 10.000.000,00</a>                                       |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.336 - R\$ 10.000.000,00</a>                                       |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.337 - R\$ 5.723.400,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.338 - R\$ 1.510.000,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.339 - R\$ 55.751.133,00</a>                                       |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.340 - R\$ 2.500.000,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.341 - R\$ 5.000.000,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.342 - R\$ 200.000,00</a>                                          |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.343 - R\$ 4.097.500,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.344 - R\$ 260.761.861,00</a>                                      |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.345 - R\$ 5.495.002,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.346 - R\$ 16.417.710,00</a>                                       |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.347 - R\$ 5.107.847,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.348 - R\$ 1.000.000,00</a>                                        |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.349 - R\$ 219.711.048,00</a>                                      |            |
|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 4.350 - R\$ 12.440.397,00</a>                                       |            |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre medidas orçamentárias e financeiras para prevenção e combate à COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.385</a>                                         |            |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorroga, por 90 (noventa) dias, as validades das certidões negativas de débitos tributários e de dívida ativa estadual e das certidões positivas com efeitos de negativa de regularidade de débitos tributários e de dívida estadual validadas na data de publicação deste decreto (27/03/2020)                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.385</a>                                         |            |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Fica prorrogado o prazo para o pagamento do ICMS-ST e do Diferencial de Alíquotas de ICMS das empresas optantes do SIMPLES NACIONAL                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.386</a>                                         |            |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Autoriza o Executivo, Judiciário, Legislativo, MP, Defensoria Pública, TC e empresas que mantêm contrato com o Governo do Estado a manter os pagamentos aos funcionários                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Mensagem nº 18 - PL 203 de 2020</a>                          |            |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Projeto de Lei para ampliar a faixa de isenção do Imposto Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), dos atuais R\$ 25 mil para R\$ 50 mil. A alteração beneficia sobretudo a parcela mais carente da população.                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   PL 208/2020</a>                                              |            |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | A prorrogação foi incluída ao lado daquelas já publicadas anteriormente para o ICMS ST e ICMS DIFAL na aquisição de produtos para uso e consumo e ao ativo permanente. A modificação entrou em vigor na data de publicação, mas teve efeitos retroativos estabelecidos desde 27 de março de 2020.                                                   |                                                                                            |            |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Para o mês de referência março/2020, o pagamento foi prorrogado para até 30 de junho de 2020; para o mês de abril/2020, pagamento até 31 de julho de 2020; e para o mês de referência de maio/2020, para até 31 de agosto de 2020.                                                                                                                  |                                                                                            |            |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre as medidas de contingenciamento temporário de despesas de custeio, de investimento e de pessoal, em razão das projeções de execução orçamentária do Estado do Paraná derivadas da pandemia do novo coronavírus.                                                                                                                        | <a href="#">Ministério Público do Estado do Paraná   Resolução nº 1909</a>                 |            |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.           | <a href="#">Lei nº 14.023, de 8 de julho de 2020*, do Poder Legislativo</a>                | 09/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 348.347.886,00, para o enfrentamento ao Covid-19.                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Medida Provisória nº 989, de 8 de julho de 2020*, do Poder Executivo</a>       | 09/07/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Define procedimentos para a utilização da plataforma de contestação extrajudicial relativa aos indeferimentos de requerimentos de auxílio emergencial, previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, no âmbito da Defensoria Pública da União.                                                                                                  | <a href="#">Portaria Conjunta nº 5, de 7 de julho de 2020*, do Ministério da Cidadania</a> | 09/07/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Resolução ANP nº 812, de 23 de março de 2020, que define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP, enquanto durarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelos Estados e Municípios da Federação. | <a href="#">Resolução nº 823, de 8 julho de 2020*, do Ministério de Minas e Energia</a>    | 09/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Suspende temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública, com veto parcial, mensagem nº 388/2020.                                                                                                                  | <a href="#">Lei nº 14.024, de 9 de julho de 2020</a>                                       | 10/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.000.000.000,00, para o auxílio ao setor cultural devido a pandemia do Covid-19.                                                                                                                                                 | <a href="#">Medida Provisória nº 990, de 9 de julho de 2020</a>                            | 10/07/2020 |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                           |            |
|---------|--------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Referida Lei trata dos parâmetros adicionais para a caracterização de situação de vulnerabilidade, adotando medidas excepcionais durante o enfrentamento ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Portaria nº 438, de 9 de julho de 2020</a>                                                                    | 10/07/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 355/2020, que dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetados aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da Anvisa, em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 398, de 7 de julho de 2020</a>                                      | 10/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, por sessenta dias, a Medida Provisória nº 966, de 13 de maio de 2020, que "Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 79, de 2020*, do Congresso Nacional.</a>                   | 13/07/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Pactua a prorrogação do prazo de envio do Relatório de Monitoramento e Avaliação do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social ao Ministério da Cidadania, em decorrência da Emergência de Saúde Pública causada pelo novo coronavírus, Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Resolução nº 1, de 9 de julho de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                        | 13/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66/2020 que tem por objetivo facilitar o combate à pandemia do Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Resolução nº 67, de 10 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                       | 13/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei de Manutenção do Emprego e da Renda - Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Decreto nº 10.422, de 13 de julho de 2020*, do Poder Executivo</a>                                            | 14/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Regulamenta o procedimento para a transação por proposta individual do devedor dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020, abrangendo créditos consolidados de pessoas físicas ou jurídicas classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação.                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Portaria nº 14, de 13 de julho de 2020*, da Procuradoria-Geral da União</a>                                   | 14/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia da doença provocada pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Portaria Conjunta nº 1.178, de 13 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                            | 14/07/2020 |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Disciplina hipótese de recontração nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19. Edição Extra do Diário Oficial da União de 14/07/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Portaria nº 16.655, de 14 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                    | 15/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que específica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, com veto parcial, Mensagem nº 395/2020. Referida Lei trata da redução de 50% nas contribuições do Sistema S (MP 932/2020/PLV 17/2020).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Lei nº 14.025, de 14 de julho de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                              | 15/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2019 e referente aos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação ocorridos no período entre janeiro e abril do ano-calendário de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Instrução Normativa nº 1.965, de 13 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                          | 15/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Portaria nº 100, de 14 de julho de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                      | 16/07/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre procedimento extraordinário, em decorrência do avanço da Covid-19, para as atividades em empresas certificadas, realizadas por Organismos de Certificação de Sistemas de Gestão, que atuam no Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H.                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Resolução nº 3, de 18 de junho de 2020*, do Ministério do Desenvolvimento Regional</a>                        | 16/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação das substâncias medicamentosas e Equipamentos utilizados no combate à pandemia da Covid-19. OBS.: Republicação do dia 10/07/2020 por ter constado incorreção no anexo da Resolução.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Resolução nº 67, de 10 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                       | 16/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106/2020, que trata sobre as autorizações de compra e venda pelo Banco do Brasil no período de calamidade pública, alterando legislações que especifica. Edição Extra do Diário Oficial da União de 16/07/2020. | <a href="#">Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020*, do Poder Executivo</a>                                     | 17/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria RSR nº 978, de 8 de junho de 2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. Edição Extra do Diário Oficial da União de 16/07/2020.                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Portaria nº 1.191, de 16 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                     | 17/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e sobre o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Decreto nº 10.425, de 16 de julho de 2020*, do Poder Executivo</a>                                            | 17/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria nº 428/2020 que dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Portaria nº 442, de 16 de julho de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                      | 17/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Estabelece procedimentos extraordinários referentes aos parcelamentos de débitos regulados pela Portaria nº 946, de 13 de novembro de 2015, que dispõe sobre parcelamento administrativo de débitos oriundos de recursos repassados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação por meio de instrumentos de transferência voluntária, em razão da pandemia.                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Portaria nº 2.842, de 6 de julho de 2020*, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</a> | 17/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria CRSFN nº 7.891, de 20 de março de 2020, que estabelece, no âmbito do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, medidas temporárias a serem observadas enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Portaria nº 17.304, de 21 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                    | 23/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Estabelece, no âmbito do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização- CRSNSP, medidas temporárias a serem observadas enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Portaria nº 17.303, de 21 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                    | 23/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza a habilitação de novos leitos de unidade de terapia intensiva - UTI adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Portaria nº 1.802, de 20 de julho de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                                        | 23/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos específicos de rotulagem e bulas de medicamentos, em virtude da emergência de saúde decorrente do novo Coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 400, de 21 de julho de 2020*, do Ministério da Saúde</a>            | 23/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece as medidas de controle para os medicamentos que contenham substâncias constantes do Anexo I desta Resolução, isoladas ou em associação, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 405, de 22 de julho de 2020*, do Ministério da Saúde</a>            | 23/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Disciplina a realização de pesquisas auxiliares nas execuções e cumprimentos de sentença em face da União, bem como os procedimentos aplicáveis na análise de conformidade das requisições de pagamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Portaria nº 16, de 21 de julho de 2020*, da Presidência da República</a>                                      | 22/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas pelas instituições que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Resolução nº 4.838, de 21 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                    | 22/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, para incluir dispositivos e prorrogar prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Resolução nº 5.900, de 21 de julho de 2020*, do Ministério da Infraestrutura</a>                              | 22/07/2020 |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                     |            |
|---------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Credencia temporariamente Municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Portaria nº 1.797, de 21 de julho de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                                  | 22/07/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera o Calendário de Reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social, para o exercício de 2020, aprovado pela Resolução CNAS nº 39, de 15 de outubro de 2019, em decorrência da pandemia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Resolução nº 10, de 20 de julho de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                | 21/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial, por videoconferência ou tecnologia similar, prevista no Regimento Interno do CARF.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Portaria nº 17.296, de 17 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                              | 21/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a suspensão excepcional dos prazos de parcelamento de créditos não tributários da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes não inscritos em dívida ativa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Portaria nº 400, de 16 de julho de 2020*, do Ministério da Educação</a>                                 | 21/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnósticos para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional.                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Portaria nº 1.792, de 17 de julho de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                                  | 21/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em decorrência da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Portaria nº 443, de 17 de julho de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                | 20/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece rol mínimo de fontes de recursos a ser observado na Federação para identificação dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados no bojo das Ações de Combate ao Covid-19 (Ação Orçamentária 21C0).                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Portaria nº 394, de 17 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                 | 20/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Aprova o diferimento pelo prazo de 90 (noventa) dias da aplicação do reajuste tarifário de 5,07% incidente sobre as modalidades tarifárias do Porto Organizado de Suape/PE, devido a pandemia do Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Resolução nº 7.880, de 17 de julho de 2020*, do Ministério da Infraestrutura</a>                        | 20/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Amplia o prazo para saque dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, considerando os efeitos da pandemia decorrente da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Portaria nº 444, de 22 de julho de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                | 24/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quanto às medidas relacionadas aos afastamentos, em andamento, para ação de desenvolvimento de pessoas, durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Instrução Normativa nº 60, de 23 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                       | 24/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, do Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que tratam a Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e a Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia na economia.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Carta Circular nº 4.072, de 22 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                         | 24/07/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Resolução Normativa nº 878/2020, que trata de medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública devido ao Covid-19 e a Resolução Normativa nº 414/2010, que trata das condições gerais de fornecimento.                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Resolução Normativa nº 891, de 21 de julho de 2020*, do Ministério de Minas e Energia</a>               | 27/07/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Fixa os valores dos recursos da Conta Covid a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 31 de julho de 2020, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referentes aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, das competências de abril a junho de 2020.                                                                                            | <a href="#">Despacho nº 2.177, de 24 de julho de 2020*, do Ministério de Minas e Energia</a>                        | 27/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou odontológico de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica, com veto parcial, mensagem nº 419/2020.                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Lei nº 14.028, de 27 de julho de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                        | 28/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a suspensão das parcelas referentes aos contratos do Fundo de Financiamento estudantil - Fies, devido à pandemia da Covid-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Resolução nº 39, de 27 de julho de 2020 do Ministério da Educação</a>                                   | 28/07/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis n os 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências, com veto parcial, mensagem nº 421/2020.                                                                                                                                                        | <a href="#">Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                        | 29/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social.                                                                                                                  | <a href="#">Portaria Conjunta nº 36, de 28 de julho de 2020 do Ministério da Economia</a>                           | 29/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece a abertura temporária de pontos de entrada e saída de substâncias sujeitas a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 402, de 21 de julho de 2020*, do Ministério da Saúde</a>      | 29/07/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Edição Extra de 29/07/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Portaria CC-PR/MJSP/MINFRA/MS nº 1, de 29 de julho de 2020*, da Presidência da República</a>            | 30/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA em decorrência da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Resolução nº 34, de 20 de julho de 2020*, do Ministério do Desenvolvimento Regional</a>                 | 30/07/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera a Portaria PGFN nº 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU. A Portaria nº 7.821/2020 estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus, considerando a classificação de pandemia pela OMS. | <a href="#">*Portaria nº 18.176, de 30 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                             | 31/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre a prorrogação do prazo para suspensão dos procedimentos dos parcelamentos de débito ativos no âmbito do Ministério da Cidadania, em razão do Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Portaria nº 98, de 30 de julho de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                 | 31/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos da COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional de Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Portaria Ancine nº 386-E, de 27 de julho de 2020*, do Ministério do Turismo</a>                         | 31/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Encerra, em 19 de julho de 2020, o prazo de vigência da MP 927/2020, que "Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências".                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 92, de 2020*, do Congresso Nacional</a> | 31/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Encerra, em 19 de julho de 2020, o prazo de vigência da MP 928/2020, que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 16 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020".                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 93, de 2020*, do Congresso Nacional</a> | 31/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que estabelece em caráter temporário, regras para o atendimento presencial nas unidades de atendimento, e suspende prazos para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).                                                                                                                 | <a href="#">Portaria nº 4.105, de 30 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>                               | 31/08/2020 |



|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                     |            |
|---------|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).                                                                                                                    | <a href="#">Portaria nº 1.001, de 29 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>               | 31/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Referida Lei trata sobre o benefício de prestação continuada do INSS e medidas excepcionais para o enfrentamento ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Portaria nº 453, de 31 de julho de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                | 03/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga as medidas de caráter emergencial introduzidas pela Resolução nº 4.810, de 30 de abril de 2020, aplicáveis aos procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural, em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19.                                                                                                         | <a href="#">Resolução CMN nº 4.843, de 30 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>          | 03/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera o prazo de vencimento das parcelas de operações de crédito rural de mutuários cujas atividades foram prejudicadas pelas medidas de distanciamento social ligadas à pandemia de Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Resolução CMN nº 4.840, de 30 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>          | 03/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, do Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que tratam a Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e a Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia de Coronavírus na economia.                                                                                       | <a href="#">Instrução normativa BCB nº 1, de 31 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>    | 03/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Resolução nº 41, de 31 de julho de 2020*, do Ministério de Minas e Energia</a>          | 03/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931/2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860/2017, que dispõe sobre a apresentação de documento sem reconhecimento de firma e de cópia simples para solicitação de serviços no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da emergência de saúde pública. | <a href="#">Instrução Normativa nº 1.970, de 31 de julho de 2020*, do Ministério da Economia</a>    | 04/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação da pandemia da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Portaria nº 617, de 3 de agosto de 2020*, do Ministério da Educação</a>                 | 04/08/2020 |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Altera a Portaria SEPRT nº 10.486, de 22 de abril de 2020, para dispor sobre os procedimentos operacionais relativos ao cumprimento de exigências e à interposição de recursos administrativos em face de decisões relativas ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - BEm, de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.                                                                                                        | <a href="#">Portaria nº 18.560, de 4 de agosto de 2020*, do Ministério da Economia</a>              | 05/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutive de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.  | <a href="#">Lei Complementar nº 174, de 5 de agosto de 2020*, Poder Legislativo</a>                 | 06/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19, com veto parcial, mensagem 433/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020*, do Poder Legislativo</a>                        | 06/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutive de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.  | <a href="#">Lei Complementar nº 174, de 5 de agosto de 2020*, Poder Legislativo</a>                 | 07/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19, com veto parcial, mensagem 433/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020*, do Poder Legislativo</a>                        | 07/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que trata dos requisitos para a reestruturação de contrato de dívida de ente subnacional, garantido pela União e contraído até 1º de março de 2020, para fins de previsão da possibilidade da securitização do contrato da nova dívida, no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).                                                     | <a href="#">Portaria nº 429, de 7 de agosto de 2020*, do Ministério da Economia</a>                 | 10/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional na modalidade à distância, durante o estado de calamidade pública em decorrência da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Portaria nº 18.775, de 7 de agosto de 2020*, do Ministério da Economia</a>              | 10/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Pactua como medida de prevenção, cautela e redução do risco de transmissão do novo coronavírus e proteção da pessoa idosa a prorrogação do prazo de validade das Carteiras do Idoso, que expirarem no exercício de 2020, até janeiro de 2021.                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Resolução nº 3, de 6 de agosto de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                 | 10/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria nº 1.857/GMMS, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros federais aos Municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, considerando ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino no enfrentamento da emergência em decorrência da Covid-19.                                                                                                                          | <a href="#">Portaria nº 2.027, de 7 de agosto de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                  | 10/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Concede anuência excepcional para fabricação, comercialização e doação de Equipamento de Suporte Respiratório Emergencial e Transitório do tipo "Ambu Automatizado", nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 386, de 15 de maio de 2020.                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Despacho nº 114, de 10 de agosto de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                   | 11/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento ao Covid-19, com veto parcial, mensagem nº 441/2020.                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020*, do Poder Legislativo</a>                       | 12/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Eleva, temporariamente, o limite de valor para julgamentos de recursos em sessões não presenciais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, enquanto vigente o estado de emergência pública.                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Portaria nº 296, de 11 de agosto de 2020*, do Ministério da Economia</a>                | 12/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga o prazo de apresentação das informações relativas a operações financeiras mediante transmissão da e-Financeira referente ao primeiro semestre do ano de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Instrução Normativa nº 1.971, de 12 de agosto de 2020*, do Ministério da Economia</a>   | 14/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Suspende os prazos pontualmente previstos na Resolução Normativa-ANTAQ nº 32/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 29/2019, na Resolução Normativa-ANTAQ nº 28/2019 e na Resolução ANTAQ nº 3.274/2014, bem como aqueles relacionados à Contabilidade Regulatória das Administrações Portuárias.                                                                                                                                                             | <a href="#">Resolução nº 7.943-ANTAQ, de 13 de agosto de 2020*, do Ministério da Infraestrutura</a> | 14/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública.                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Lei nº 14.036, de 13 de agosto de 2020*, do Poder Legislativo</a>                       | 14/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Portaria nº 253, de 3 de dezembro de 2009, para autorizar condições excepcionais sobre suspensão dos prazos de validade das prioridades e para reapresentação de projetos ao Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, por força do estado de calamidade pública.                                                                                                                                                                              | <a href="#">Portaria nº 119, de 14 de agosto de 2020*, do Ministério da Infraestrutura</a>          | 17/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre as adaptações necessárias aos procedimentos das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público conduzidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, em decorrência da pandemia.                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Instrução Normativa nº 1, de 17 de agosto de 2020*, do Ministério da Economia</a>       | 18/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020*, do Poder Executivo</a>                     | 18/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga por três meses o prazo para formalização de operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Portaria nº 19.492, de 18 de agosto de 2020*, do Ministério da Economia</a>             | 19/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública, com veto parcial, mensagem nº 461/2020.                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020*, do Poder Legislativo</a>                       | 19/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, durante o estado de calamidade pública, com veto parcial, mensagem nº 460/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020*, do Poder Legislativo</a>                       | 19/08/2020 |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                       |            |
|---------|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Designa representantes dos Departamentos da Procuradoria-Geral da União para atuação perante as Procuradorias-Regionais da União, nos processos judiciais e extrajudiciais relacionados ao auxílio emergencial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Portaria nº 21, de 18 de agosto de 2020*</a> , da Presidência da República                                | 19/08/2020 |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis n.os 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências, com veto parcial, mensagem nº 466/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020*</a> , do Poder Legislativo                                        | 20/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências, com veto parcial, mensagem nº 465/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020*</a> , do Poder Legislativo                                        | 20/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020*</a> , do Poder Legislativo                                         | 20/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Encerra, em 12 de agosto, o prazo de vigência da MP nº 952, de 15 de abril de 2020, que "Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 109, de 2020*</a> , do Congresso Nacional | 20/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Encerra, em 14 de agosto, o prazo de vigência da MP nº 954, de 17 de abril de 2020, que "Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020".                                                                                          | <a href="#">Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 112, de 2020*</a> , do Congresso Nacional | 20/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública, para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo, com veto parcial, mensagem nº 471/2020.                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Lei nº 14.045, de 20 de agosto de 2020*</a> , do Poder Legislativo                                        | 21/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Promove alterações temporárias, em caráter experimental, em requisitos regulatórios estabelecidos pela Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017, que "Dispõe sobre a oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão de sociedades empresárias de pequeno porte realizada com dispensa de registro por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo".                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Resolução nº 4, de 20 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                                  | 21/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social.                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Portaria Conjunta nº 46, de 21 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                         | 24/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. Edição Extra de 24/08/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Decreto nº 10.470, de 24 de agosto de 2020*</a> , do Poder Executivo                                      | 25/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública, com veto parcial, mensagem nº 474/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020*</a> , do Poder Executivo                                          | 25/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), com veto parcial, mensagem nº 475/2020.                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020*</a> , do Poder Legislativo                                        | 25/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19, com veto parcial, mensagem nº 476/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Lei nº 14.048, de 24 de agosto de 2020*</a> , do Poder Legislativo                                        | 25/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Suspende a eficácia do art. 14 da Resolução CODEFAT nº 467, de 21 de dezembro de 2005, que estabelece procedimentos relativos à concessão do seguro-desemprego, enquanto durar o estado de calamidade pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Resolução nº 873, de 24 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                                | 25/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre as operações de crédito para financiamento da folha salarial ou do pagamento de verbas trabalhistas no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), instituído pela Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Resolução CMN nº 4.846, de 24 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                          | 25/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas), instituído pela Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Resolução CMN nº 4.847, de 24 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                          | 25/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Estabelece procedimento de consulta ao Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas), nos termos do disposto no art. 12 da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Resolução BCB nº 11, de 24 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                             | 25/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Portaria nº 474, de 25 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Cidadania                                | 26/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Cria novos serviços relativos aos Acordos Internacionais nos canais remotos de atendimento do INSS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Portaria Conjunta nº 9, de 25 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                          | 26/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação para Ex 001 - Fios de borracha vulcanizada, exceto recobertos com silicone e Ex 001 - Câmera termográfica própria para medição de temperatura entre 30°C e 45°C, composta por sensor óptico com resolução de 4MP com 2688 x 1520 elementos de imagem (pixels) ativos e por módulo termográfico de varredura não refrigerado, para captar imagens no espectro infravermelho de comprimento de onda igual ou superior a 8 micrômetros (microns) e inferior ou igual a 14 micrômetros (microns), combinando a imagem termográfica com a imagem óptica. | <a href="#">Resolução GECEX nº 75, de 25 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                           | 27/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Define novos critérios e procedimentos extraordinários para tratamento de petições de registro e mudanças pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da emergência de saúde pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 415, de 26 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Saúde      | 27/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países.                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Lei nº 14.006, de 28 de maio de 2020*</a> , do Poder Legislativo                                          | 28/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera o Anexo da Portaria SEPR nº 604, de 18 de junho de 2019, que "Dispõe sobre a autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o artigo 68, parágrafo único, da CLT".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Portaria nº 19.809, de 24 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                              | 28/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a redação do artigo 1º, da Portaria nº 402/GC3, de 24 de março de 2020, que estabelece a dilatação do prazo de vencimento das Tarifas de Navegação Aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Portaria nº 884/GC3, de 27 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Defesa                               | 28/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui, para o ano de 2020, o repasse financeiro referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-Visa) para o fortalecimento e execução das ações de Vigilância Sanitária voltadas ao enfrentamento do coronavírus - Sars-CoV-2.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Portaria nº 2.298, de 27 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Saúde                                  | 28/08/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860/2017 (dispõe sobre a apresentação de documento sem reconhecimento de firma e de cópia simples para solicitação de serviços no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil), e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015 (Dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF).                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Instrução Normativa nº 1.973, de 28 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                    | 31/08/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Recomenda que a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia encaminhe proposta legislativa para ampliar, em cinco pontos percentuais, a margem do crédito consignado para os titulares de benefícios de aposentadorias e pensão do Regime Geral de Previdência Social, durante o estado de calamidade pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Resolução nº 1.341, de 27 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                              | 31/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga o prazo previsto na Portaria PGF nº 158, de 27 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo do Novo Coronavírus (COVID-19) relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Portaria nº 451, de 28 de agosto de 2020*</a> , da Presidência da República                               | 31/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui, para o ano de 2020, o repasse financeiro referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-Visa) para o fortalecimento e execução das ações de Vigilância Sanitária voltadas ao enfrentamento do coronavírus - Sars-CoV-2.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Portaria nº 2.298, de 27 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Saúde                                  | 31/08/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Portaria nº 20.162, de 28 de agosto de 2020*</a> , do Ministério da Economia                              | 01/09/2020 |

|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                          |            |
|---------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| FEDERAL | GERAIS                       | Dispõe sobre atos públicos de liberação da atividade econômica de competência da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) nos termos do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Portaria nº 49, de 31 de agosto de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                      | 01/09/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e atualiza a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Portaria nº 2.309, de 28 de agosto de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                                      | 01/09/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Torna sem efeito a Portaria nº 2.309/GM/MS, de 28 de agosto de 2020, que atualizava a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Portaria nº 2.345, de 2 de setembro de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                                     | 02/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020*, do Poder Executivo</a>                                | 03/09/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Sobresta por 180 (cento e oitenta) dias o julgamento dos processos administrativos sancionadores em curso na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Resolução nº 583, de 1 de setembro de 2020*, do Ministério da Infraestrutura</a>                             | 03/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Portaria nº 2.358, de 2 de setembro de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                                     | 04/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre os procedimentos para a prestação do auxílio financeiro emergencial pela União às instituições de longa permanência e define os critérios de rateio, nos termos da Lei nº 14.018, de 20 de junho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Portaria nº 2.221, de 3 de setembro de 2020*, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</a> | 04/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                             | 09/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.                                  | <a href="#">Lei nº 14.019, de 2 de julho de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                              | 09/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Solicita ao Congresso Nacional que seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência de tramitação solicitada para o Projeto de Lei nº 3.887/2020, que "institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços -CBS, e altera a legislação tributária federal".                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Mensagem nº 506, de 4 de setembro de 2020*, da Presidência da República</a>                                  | 09/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera a Resolução nº 702, de 2012, que estabelece diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Resolução nº 977, de 8 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                   | 09/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Regulamenta a suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos vinculados à área orçamentária de habitação popular.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Resolução nº 978, de 8 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                   | 09/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Convênio ICMS 81/20 - Isenta do ICMS as operações de doação aos órgãos da Justiça Eleitoral de produtos e materiais de combate e prevenção à covid-19 durante a realização das eleições municipais de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ato Declaratório nº 17, de 8 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                             | 09/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e materiais serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Resolução nº 46, de 8 de setembro de 2020*, do Ministério de Minas e Energia</a>                             | 10/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui Grupo de Trabalho para a coordenação de esforços da União na aquisição e na distribuição de vacinas contra a Covid-19, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Resolução nº 8, de 9 de setembro de 2020*, da Presidência da República</a>                                   | 10/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o retorno gradual das atividades presenciais e adoção das medidas de prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão do novo Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Portaria nº 924, de 9 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                    | 11/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública, com veto parcial, mensagem nº 517/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Lei nº 14.057, de 11 de setembro de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                          | 14/09/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Concede novo prazo relacionado ao art. 33 do Anexo da Resolução Normativa nº 32-ANTAQ, de 2019, tratando da padronização das estruturas tarifárias das Administrações Portuárias.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Resolução nº 8.007-ANTAQ, de 11 de setembro de 2020*, do Ministério da Infraestrutura</a>                    | 14/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Lista os setores da economia mais impactados pela pandemia após a decretação da calamidade pública decorrente do Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Portaria nº 20.809, de 14 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                | 15/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece orientações para o Ministério Público Eleitoral, no curso das Eleições Municipais de 2020, relativas às medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Portaria nº 1, de 14 de setembro de 2020*, do Ministério Público da União</a>                                | 15/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência dos projetos de pesquisa executados no âmbito das ações e programas sob responsabilidade da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Capes, em decorrência da Pandemia da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Portaria nº 127, de 28 de agosto de 2020*, do Ministério da Educação</a>                                     | 15/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria nº 443, de 17 de julho de 2020, que prorroga a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão para Programas Sociais do Governo Federal e do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, em decorrência da Emergência em Saúde Pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Portaria nº 483, de 15 de setembro de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                  | 16/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 10.488, de 16 de setembro de 2020*, do Poder Executivo</a>                                        | 17/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.488/2020, a respeito do auxílio emergencial residual instituído pela Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Portaria nº 491, de 16 de setembro de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                  | 17/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Prorroga a vigência da redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19, aquisição de remédios e insumos.                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Resolução nº 89, de 16 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                   | 17/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19, aquisição de remédios e insumos.                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Resolução nº 90, de 16 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                   | 17/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Dispõe sobre as orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do benefício de prestação continuada e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, excepcionalidades adotadas durante o período de enfrentamento a Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Portaria nº 932, de 14 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                   | 17/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 350, de 19 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas ou desinfetantes sem prévia autorização da Anvisa e dá outras providências, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 422*, de 16 de setembro de 2020, do Ministério da Saúde</a>        | 17/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Lei nº 14.058, de 17 de setembro de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                          | 18/09/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 10.489, de 17 de setembro de 2020*, do Poder Executivo</a>                                        | 18/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Credencia temporariamente municípios a receber incentivo financeiro referente aos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Portaria nº 2.485, de 18 de setembro de 2020</a>                                                             | 21/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece orientações quanto às medidas protetivas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Portaria nº 933, de 14 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                   | 22/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.933, de 3 de abril de 2020, que suspende o prazo para retorno ao País das pedras preciosas ou semipreciosas e de jóias exportadas em consignação não vendidas no exterior, ou para a exportação definitiva das que forem vendidas, e a Instrução Normativa RFB nº 1.947, de 7 de maio de 2020 que estabelece, em caráter temporário, procedimentos e prazos para formalização dos pedidos de aplicação e de extinção da aplicação dos regimes aduaneiros especiais e aplicados em áreas especiais durante o estado de emergência pública decorrente da Covid-19. | <a href="#">Instrução Normativa nº 1.977, de 18 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                      | 22/09/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Prorroga o prazo de vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Resolução CNRH nº 216, de 11 de setembro de 2020*, do Ministério do Desenvolvimento Regional</a>             | 23/09/2020 |

|         |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                             |            |
|---------|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial dedutback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020; e altera a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, com veto parcial, mensagem nº 542/2020                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Lei nº 14.060, de 23 de setembro de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                             | 24/09/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Lei nº 14.061, de 23 de setembro de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                             | 24/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos, com veto parcial, mensagem nº 546/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                             | 24/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Institui o Pag Teseuro como plataforma digital para pagamento e recolhimento de valores à Conta Única do Tesouro Nacional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Decreto nº 10.494, de 23 de setembro de 2020*, do Poder Executivo</a>                                           | 24/09/2020 |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Prorroga a vigência da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (DAP), devido ao estado de calamidade pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Portaria nº 129, de 23 de setembro de 2020*, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</a>            | 24/09/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Promove alteração na Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, em função da Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 97, de 21 de setembro de 2020, estabelecendo que a validade para início do despacho aduaneiro de importação, constante da LI emitida ao amparo da cota, será limitada ao dia 31 de dezembro de 2020, vedada a prorrogação além dessa data.                                                                                                                                | <a href="#">Portaria nº 54, de 23 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                       | 24/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria nº 2.221, de 3 de setembro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos para a prestação do auxílio financeiro emergencial pela União às instituições de longa permanência e define os critérios de rateio, nos termos da Lei nº 14.018, de 20 de junho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Portaria nº 2.377, de 24 de setembro de 2020*, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</a>   | 25/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 357, de 24 de março de 2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus | <a href="#">Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 425, de 24 de setembro de 2020*, do Ministério da Saúde</a>           | 25/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Resolução CMN nº 4.855, de 24 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                               | 28/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Resolução CMN nº 4.856, de 24 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                               | 28/09/2020 |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Institui Grupo de Trabalho Especial para tratar da proposta da Bancada dos Trabalhadores no CODEFAT de ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos segurados durante o estado de calamidade pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Resolução nº 876, de 24 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                     | 28/09/2020 |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Encerra, em 18 de agosto de 2020, a MP 905/2020, que "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 127, de 2020*, do Ato do Congresso Nacional</a> | 29/09/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, do Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que tratam a Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e a Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia.                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Instrução Normativa BCB nº 21, de 29 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                        | 30/09/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública.                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Lei nº 14.065, de 30 de setembro de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                             | 01/10/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Institui o Programa de Retomada Fiscal no âmbito da cobrança da dívida ativa da União.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Portaria nº 21.562, de 30 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                   | 01/10/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Estabelece as condições para transação excepcional de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraiadas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União.                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Portaria nº 21.561, de 30 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                   | 01/10/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                               | Prorroga o prazo para realização dos testes e exercícios de controle de qualidade AVSEC com vencimento em 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Resolução nº 588, de 29 de setembro de 2020*, do Ministério da Infraestrutura</a>                               | 01/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 364, de 1º de abril de 2020, que suspende os efeitos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, em caráter temporário e excepcional, para os laboratórios oficiais que irão realizar as análises para o diagnóstico da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 426, de 30 de setembro de 2020*, do Ministério da Saúde</a>           | 01/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Aprova orientações técnicas para a operacionalização das ações de incremento à segurança alimentar e nutricional aos usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, devido à situação de Emergência em Saúde Pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Portaria Conjunta nº 3, de 30 de setembro de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                              | 01/10/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Abre crédito extraordinário em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), para integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Nacional.                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Lei nº 14.068, de 1 de outubro de 2020*, do Poder Legislativo</a>                                               | 02/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Portaria nº 470, de 2 de outubro de 2020*, da Presidência da República</a>                                      | 05/10/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Resolução nº 156, de 29 de setembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                     | 05/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia.                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Instrução Normativa BCB nº 22, de 5 de outubro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                          | 06/10/2020 |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Decreto nº 10.517/2020*, do poder Executivo</a>                                                                 | 14/10/2020 |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Altera a Resolução CODEFAT nº 876, de 24 de setembro de 2020, que institui Grupo de Trabalho Especial para tratar da proposta da Bancada dos Trabalhadores no CODEFAT de ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos segurados durante o estado de calamidade pública em razão da pandemia do novo Coronavírus.                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Resolução nº 882, de 13 de outubro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                      | 14/10/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera a Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Portaria nº 4.524, de 9 de outubro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                      | 15/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui, no âmbito do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos de Saúde - Siops, quadro de informações gerenciais relacionadas à aplicação de recursos, pelos entes federativos, no enfrentamento da pandemia de Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Portaria nº 2.824, de 15 de outubro de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                                        | 16/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Aprova a consolidação das Diretrizes do Comitê de Crise para a Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Resolução nº 13, de 19 de outubro de 2020*, da Presidência da República</a>                                     | 20/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideo de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia.                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Resolução GECEX nº 103, de 20 de outubro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                | 21/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga a vigência da redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideo de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia.                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Resolução GECEX nº 104, de 20 de outubro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                | 21/10/2020 |
| FEDERAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do programa de Reabilitação Profissional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Portaria nº 1.070, de 19 de outubro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                                     | 22/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe acerca da destinação dos produtos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da modalidade Formação de Estoques, ao amparo de medidas emergenciais aos Agricultores Familiares em razão da pandemia de Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Resolução nº 86, de 28 de setembro de 2020*, do Ministério da Cidadania</a>                                     | 22/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Suspende, até 31 de dezembro de 2020, a necessidade de o interessado apresentar documento original para autenticação das cópias simples apresentadas à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da pandemia.                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Instrução Normativa nº 1.983, de 21 de outubro de 2020*, Ministério da Economia</a>                             | 23/10/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Portaria nº 472-E, de 30 de outubro de 2020*, do Ministério do Turismo</a>                                      | 04/11/2020 |



|         |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                 |            |
|---------|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. <b>Republicação do texto devido a derrubada do veto nº 26, ocorrida na sessão plenária de 04/11/2020.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Republicação da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020*, do Ato do Poder Legislativo.</a>             | 09/11/2020 |
| FEDERAL | GERAIS                       | Restringe, pelo prazo de trinta dias, a entrada no País de estrangeiros de qualquer nacionalidade, por rodovias, por outros meios terrestres ou por transporte aquaviário.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Portaria nº 518, de 12 de novembro de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                             | 13/11/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera os prazos para uso do Selo de Identificação da Conformidade compulsório referente aos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos para Festas, em decorrência da pandemia do Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Portaria nº 343, de 3 de novembro de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                              | 13/11/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o procedimento de submissão contínua de dados técnicos para o registro de vacinas Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Instrução Normativa - IN nº 77, de 17 de novembro de 2020*, do Ministério da Saúde</a>              | 18/11/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Altera a Portaria Inmetro nº 270, de 05 de agosto de 2008, que aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Embalagens Destinadas ao Envasilhamento de Alcool, de forma a suspender sua compulsoriedade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Portaria nº 353, de 12 de novembro de 2020*, do Ministério da Economia</a>                          | 24/11/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui Grupo de Trabalho para a coordenação das medidas de proteção e a prestação de contas de benefícios, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Resolução nº 11, de 25 de novembro de 2020*, da Presidência da República</a>                        | 26/11/2020 |
| FEDERAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO | Altera o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. OBS: O Decreto nº 6.308/2007 regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. Em Abril o Poder Executivo havia reduzido a zero o Imposto devido para as hipóteses de crédito, empréstimos, operações de desconto, excessos de limite, financiamento de imóveis não-residenciais e adiantamento a depositante, além de todas essas hipóteses quando com o fato gerador sendo de Micro e Pequenas Empresas. *A medida, que teria validade até 31 de dezembro, agora será aplicada apenas até amanhã (26). * O retorno da cobrança do imposto antes do fim do estado de calamidade pública pode ter como origem a preocupação do Governo com a situação fiscal da União após o gasto com medidas de assistência à população e empresas durante a pandemia. | <a href="#">Decreto nº 10.551, de 25 de novembro de 2020*, do Poder Executivo</a>                               | 26/11/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Portaria nº 1.030, de 1 de dezembro de 2020*, do Ministério da Educação</a>                         | 02/12/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos municípios, estados e pelo Distrito Federal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020*, do Ministério do Desenvolvimento Regional</a> | 07/12/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro destinado aos Estados e Distrito Federal, para estruturação de unidades de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações e para Vigilância Epidemiológica, para o enfrentamento à Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Portaria nº 3.248, de 2 de dezembro de 2020*, do Ministério da Saúde</a>                            | 07/12/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Cidadania) e o New Development Bank - NDB, destinada a financiar o "Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Mensagem nº 718*, da Presidência da República</a>                                                   | 08/12/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Cidadania) e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, destinada a financiar o "Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Mensagem nº 719*, da Presidência da República</a>                                                   | 08/12/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Economia e Ministério da Cidadania) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar o "Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Mensagem nº 720*, da Presidência da República</a>                                                   | 08/12/2020 |
| FEDERAL | COMBATE À PANDEMIA           | Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Economia) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), destinada a financiar o "Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Mensagem nº 721*, da Presidência da República</a>                                                   | 08/12/2020 |

# Coordenação de Relações Governamentais

| JURISDIÇÃO | EDITORIA                             | MEDIDA EMERGENCIAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | INSTRUMENTO NORMATIVO                                                                                                                  | DATA DE INCLUSÃO |
|------------|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Esta resolução estatui disposições do Decreto Estadual de nº 4.230/2020 e demais decretos estaduais que disciplinam medidas e ações para o enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19 (coronavírus), a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, relativas à gestão de suas áreas formais, no período de vigência dos decretos de emergência e calamidade pública que tratam do assunto.    | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 175/2020-GS/SEJUF</a>                                   |                  |
| ESTADUAL   | GERAIS                               | Pela aprovação dos critérios de habilitação e concessão de transferência de renda emergencial às famílias paranaenses que cumprirem todos os requisitos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação 037/2020 – CEAS/PR</a>                                   |                  |
| ESTADUAL   | GERAIS                               | Dispensa os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) da obrigatoriedade do envio das atas de reuniões ordinárias no prazo assinalado no art. 46 do Anexo ao Decreto Estadual nº 5.381, de 24 de outubro de 2016, enquanto perdurar a restrição para eventos abertos ao público, determinada pelo Decreto Estadual nº 4.230, de 16 de março de 2020, em virtude da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID- 19.           | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Portaria nº 002/2020 – CECONSEG</a>                                  |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Pela aprovação do Plano de Aplicação no valor de R\$917.000,00 (novecentos e dezessete mil reais) provenientes do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR, fonte 258 (recurso excedente da Deliberação 007/2020 – CEDI), para a compra de equipamentos de proteção individual para o enfrentamento a pandemia – COVID-19.                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação nº 017/2020 - CEDI/PR</a>                                |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Pela aprovação da adesão ao Repasse Financeiro Emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19, pelo Governo do Estado do Paraná, para o Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial para Ações de Combate à COVID-19. | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação 045/2020 – CEAS/PR</a>                                   |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui Grupo de Trabalho para elaborar e desenvolver protocolo de segurança, sanitário e orientativo, na prevenção da COVID-19, com destaque para o setor de turismo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento, Sustentável e do Turismo   Resolução Conjunta SEDEST/PRANATURISMO nº 012/2020</a>           |                  |
| ESTADUAL   | GERAIS                               | Dispõe acerca da utilização de recursos do cofinanciamento Federal no atendimento às demandas emergenciais de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Secretaria Nacional de Assistência Social   Portaria Conjunta nº 1, de 2 de abril de 2020</a>                              |                  |
| ESTADUAL   | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Suspensão, por 3 meses, da parcela da União no pagamento do Simples Nacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Secretaria Especial da Fazenda – ME / Resolução nº 152, de 18 de março de 2020</a>                                         |                  |
| ESTADUAL   | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Ajusta o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões, seiscentos mil reais), na Gestão de ações de enfrentamento ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Secretaria da Fazenda   Portaria nº 192/2020/DOE/SEFA</a>                                                                  |                  |
| ESTADUAL   | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Ajusta o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 39.001.791,00 (trinta e nove milhões, um mil, setecentos e noventa e um reais), para, dentre outras modalidades, GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID 19).                                                                                                                                                                         | <a href="#">Secretaria da Fazenda   Portaria nº 194/2020/DOE/SEFA</a>                                                                  |                  |
| ESTADUAL   | GERAIS                               | Acredita § 7º ao artigo 37 da Resolução nº 64, de 20 de março de 2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, determinando s prorrogação por mais 30 (trinta) dias o prazo previsto no caput, ressalvada a possibilidade, por força de decisão judicial, dos advogados terem acesso aos seus clientes presos através do parlamento virtual.                                                                                                                                            | <a href="#">Secretaria da Segurança Pública   Resolução nº 142, de 15 de junho de 2020</a>                                             |                  |
| ESTADUAL   | GERAIS                               | Aprova a elaboração de uma minuta padronizada, bem como a respectiva lista de verificação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Procuradoria Geral do Estado   Resolução nº 116/2020-PGE</a>                                                               |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Ficam suspensos os prazos administrativos para os usuários dos serviços públicos na SEDEST e IAT.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento, Sustentável e do Turismo   Resolução Conjunta SEDEST/Instituto Água e Terra nº 013/2020</a> |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Determina às indústrias de abate e processamento de carnes em todas as suas plantas frigoríficas a adoção de medidas de prevenção e controle da transmissão do SARS-CoV-2 no âmbito do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 855/2020</a>                                                                       |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Recomenda ao gestor Estadual e aos gestores Municipais que promovam e adotem medidas restritivas da circulação e aglomeração de pessoas em locais públicos e de atividades profissionais em regime de quarentena ou "lockdown" objetivando a diminuição da circulação viral para a redução do contágio e as condições mais adequadas para o tratamento das pessoas acometidas pela COVID-19.                                                                                                 | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução CES/PR nº 006/2020</a>                                                                     |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorrogação, para 30 de junho, do prazo para apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) de 2019 –Simples Nacional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Secretaria Especial da Fazenda   Resolução nº 153, de 25 de março de 2020</a>                                              |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Regulamenta a Lei Estadual nº 20.189, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da COVID-19 enquanto perdurar o estado de calamidade pública, e medidas correlatas                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.692</a>                                                                                     |                  |
| ESTADUAL   | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS devido a título de sujeição passiva por substituição tributária, declarado em Guia Nacional de Informação e Apuração - Substituição Tributária - GIA-ST, nas condições que especifica                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.705</a>                                                                                     |                  |
| ESTADUAL   | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, e do Decreto nº 4.312, de 20 de março de 2020, excepcionando-se da limitação dos horários de expedientes de servidores do Estado                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.627</a>                                                                                     |                  |
| ESTADUAL   | GERAIS                               | Altera dispositivo do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, suspendendo no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, os prazos recursais, de defesa dos interessados nos processos administrativos e o acesso aos autos dos processos físicos, até o dia 31 de maio de 2020                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.658</a>                                                                                     |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, no exercício de 2020                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 689/2020</a>                                                                       |                  |
| ESTADUAL   | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | A Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, no interesse público que representa, delibera que os restaurantes, lanchonetes, pizzarias, e similares, com trabalhadores em atividade de atendimento e demais serviços nessas empresas, no Estado do Paraná, conforme previsão no Art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.317, de 21 de março de 2020, devem seguir as recomendações desta Resolução.                                                                                      | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 131/2020</a>                                            |                  |
| ESTADUAL   | COMBATE À PANDEMIA                   | Acredita § 6º ao artigo 37 da Resolução nº 64, de 20 de março de 2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, prorrogando por mais 30 (trinta) dias o prazo previsto no caput, ressalvada a possibilidade, por força de decisão judicial, dos advogados terem acesso aos seus clientes presos através do parlamento virtual                                                                                                                                                            | <a href="#">Secretaria da Segurança Pública   Resolução nº 105/2020</a>                                                                |                  |

|          |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                          |  |
|----------|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| ESTADUAL | GERAIS                               | Aprova a autodeclaração dos investimentos realizados no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2019 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas 2º Ciclo - PROGESTÃO II                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo   Resolução CERH nº 5/2020</a>                                                                                                                        |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Aprova a avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2019 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas 2º Ciclo - PROGESTÃO II                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo   Resolução CERH nº 6/2020</a>                                                                                                                        |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Aprova a Plano de Capacitação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2019 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas 2º Ciclo - PROGESTÃO II                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo   Resolução CERH nº 7/2020</a>                                                                                                                        |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Aprova a Planilha de Aplicação dos Recursos das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2019 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas 2º Ciclo - PROGESTÃO II                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo   Resolução CERH nº 8/2020</a>                                                                                                                        |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Edita a Orientação Administrativa n.º 041/PGE, tratando sobre a Medida Provisória nº 961/2020 tem abrangência a todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos, aplica-se, portanto, à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a todos os Poderes destes entes (executivo, legislativo e judiciário) e aos órgãos constitucionalmente autônomos (ministério público, tribunais de contas e defensorias públicas)                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Procuradoria Geral do Estado   Resolução nº 089/2020-PGE</a>                                                                                                                                                 |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Altera, ad referendum, dispositivos da Resolução CEMA 105/2019, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo   Resolução CEMA nº 106/2020</a>                                                                                                                      |  |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Estabelece, no âmbito interno da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, que os Departamentos, Grupos e Núcleos deverão adotar teletrabalho, mantido o quantitativo mínimo de servidores para atuação presencial e sem qualquer prejuízo de suas atribuições                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Secretaria de Administração e da Previdência   Resolução SEAP nº 7.567/2020</a>                                                                                                                              |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Decreta situação de emergência hídrica no Estado do Paraná pelo período de 180 dias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.626</a>                                                                                                                                                                       |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Estabelece norma geral sobre execução indireta de serviços, extingue, ao vagar, cargos conforme específica, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 20.199, de 5 de maio de 2020</a>                                                                                                                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza, aos Centros de Formação de Condutores, a elaboração da grade de agendamento de aulas práticas de direção veicular no Sistema de Habilitação, bem como ministrá-las, a partir do dia 11/05/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR   Portaria nº 25/2020-DG</a>                                                                                                                                  |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece os requisitos de segurança da informação a serem cumpridos pelas plataformas de ensino remoto, para efeito de homologação pelo DETRAN/PR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR   Instrução Normativa nº 002/2020 – DTD</a>                                                                                                                   |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza a realização das aulas técnico-teóricas do Curso de Formação de Condutores na modalidade de ensino remoto, consoante a Deliberação nº 189/2020 do CONTRAN, enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR   Portaria nº 024/2020 – DG</a>                                                                                                                               |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Aprova o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) provenientes do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR, fonte 258, para ações exclusivas de garantia de proteção e atendimento às pessoas idosas, a serem executadas pela Secretaria de Estado da Justiça Família e Trabalho - SEJUF, e, prioritariamente, para a aquisição de insumos e materiais de EPI's (máscaras, luvas, óculos de proteção, gorros, aventais e demais itens necessários para o atendimento emergencial da COVID-19), para Instituições de Longa Permanência sem fins lucrativos do Estado do Paraná, que possuam registro nos respectivos conselhos municipais de direitos | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação nº 07/2020 - CEDJ/PR</a>                                                                                                                   |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Aprova a Comissão Temporária do CEDJ/PR, denominada, "Situações urgentes Covid-19", que terá como objetivo, apreciar os encaminhamentos urgentes referentes às Instituições de Longa Permanência – ILPI's em virtude da pandemia – COVID 19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação nº 08/2020 - CEDJ/PR</a>                                                                                                                   |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Aprova da alteração da data da VII Conferência Estadual dos Direitos do Idoso, para os dias 08, 09 e 10 de dezembro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação nº 09/2020 - CEDJ/PR</a>                                                                                                                   |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Formula a política de promoção, de proteção e de defesa dos direitos do idoso, observada a legislação em vigor, atuando no sentido da plena inserção na vida socioeconômica e político-cultural do Estado do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução Ad Referendum nº006/2020 - CEDJ/PR</a>                                                                                                       |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Pela aprovação do Projeto de Segurança Alimentar a Crianças e Adolescentes com Deficiência, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), no valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), oriundos da fonte 284, para a aquisição de até 10.000 (dez mil) cestas básicas, para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, devido à situação de emergência pela pandemia do COVID-19                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação nº 018/2020 – CEDCA/PR</a>                                                                                                                 |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Deliberação sobre as empresas que exercem serviços e atividades essenciais conforme estabelecidas no Decreto 4.317 de 21 de Março de 2020, cumpram com as demais normativas estabelecidas neste ato                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 95/2020</a>                                                                                                                               |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Regulamenta a Lei nº 20.172, de 7 de abril de 2020, que autorizou a concessão de auxílio emergencial, com recursos do FECOP, à pessoa economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção humana pelo coronavírus (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.570</a>                                                                                                                                                                       |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e a Assembleia Legislativa do Paraná, para fins de utilização do Sistema GMS pela ALEP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">ALEP   Termo de Cooperação Técnica nº 1/2020 - SEAP/ALEP</a>                                                                                                                                                 |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Informa a adesão dos municípios com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao financiamento Estadual, ao Incentivo Benefício Eventual Covid 19, que tem como objeto a oferta dos benefícios eventuais considerando a situação da pandemia do Covid-19, conforme critérios deliberados no Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná, por meio da Resolução Ad Referendum nº 004/2020, a ser repassado pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social                                                                                                            | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 127/2020</a>                                                                                                                              |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Durante a vigência da condição de exceção à normalidade gerada pela adoção de medidas necessárias à contenção da pandemia de COVID-19, fica fixada a validade de reuniões das Comissões Especiais e do Plenário do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR, através de web conferências e aplicativos de comunicação em tempo real, no intuito de encaminhar discussões e deliberações deste Conselho em caráter de urgência                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 001/2020 – CONSEPIR/PR</a>                                                                                                                |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Academias e shoppings: Academias e shopping centers devem ficar fechados por tempo indeterminado                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.301, de 19 de março de 2020</a>                                                                                                                                               |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, em partes, o regime de trabalho instituído em razão da pandemia de COVID-19 e modifica regras de atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Defensoria Pública do Estado   Resolução nº 109, de 28 de abril de 2020</a>                                                                                                                                  |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Bares e restaurantes: Há uma recomendação para fechamento destes estabelecimentos até a meia-noite                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Ofício encaminhado para entidades de representação de restaurantes, bares e centros/polos gastronômicos em 19 de março de 2020</a>                                                                           |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Circulação rodoviária: Restrição para a entrada e circulação de ônibus interestaduais no Paraná, vindos de qualquer estado ou do Distrito Federal por 14 dias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.263, de 18 de março de 2020</a>                                                                                                                                               |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Circulação dos ônibus metropolitanos: retira de circulação, a partir desta sexta-feira (20), as linhas de ônibus que saem de Curitiba em direção à Região Metropolitana após as 22h                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Ação COMEC – Em 20 de março houve a suspensão desta decisão.</a>                                                                                                                                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Aglomeracões: Suspensos os eventos promovidos pelo Estado que reúnam público acima de 50 pessoas; Recomendação para o setor privado                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 – Atualizado pelo Decreto nº 4.310, de 21 de março de 2020 e pelo Decreto nº 4.323, de 24 de março de 2020 – Atualizado pelo Decreto nº 4.482</a> |  |

|          |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                  |  |
|----------|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Exceções de Serviços Essenciais: consultórios médicos, unidades hospitalares, laboratoriais e farmacêuticas, supermercados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.302, de 19 de março de 2020</a>                                                       |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Fiscalização no comércio: fiscalização mais intensa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.262, de 18 de março de 2020</a>                                                       |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Veto integral ao Projeto de Lei nº 171/2020, dispõe sobre a compra e venda de passagens aéreas e de passagens de ônibus intermunicipais durante os períodos de epidemia a nível estadual ou pandemia de doenças contagiosas no Estado do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   OF/DLCC nº 11/2020</a>                                                                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Obriga, no Estado do Paraná, o uso de máscaras enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, e adota outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   REPUBLICADA - Lei nº 20.189, de 28 de abril de 2020</a>                                            |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Introduz alterações no Decreto n. 6.434, de 16 de março de 2017, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.569</a>                                                                               |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Obriga, no Estado do Paraná, o uso de máscaras enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, e adota outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 20.189, de 28 de abril de 2020</a>                                                          |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o Decreto nº 4.317/2020, considerando atividades essenciais as de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto; treinamentos e qualificações exigidos dos eletricitistas que trabalham nos contratos de distribuição de energia, estabelecendo, ainda, que a retomada dos serviços poderá ser reavaliada a qualquer tempo pela Secretaria de Estado da Saúde, observada a evolução recente da pandemia decorrente da COVID-19                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.545</a>                                                                               |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Homologa o Parecer CEE/CES nº 98/20, de 23/04/20, favorável à realização de atividades presenciais de estágio dos alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, das Instituições de Educação Superior no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, em apoio às ações de combate à pandemia do coronavírus – COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Superintendência Geral de Tecnologia e Ensino Superior   Portaria nº 091/2020 – SETI</a>                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga o prazo estabelecido na Resolução nº 36 da CGE, publicada em 11 de maio de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Controladoria Geral do Estado do Paraná   Resolução CGE nº 43, de 25 de maio de 2020</a>                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui, em caráter temporário, o CONSELHO ESTADUAL DE CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO SURTO DO CORONAVÍRUS - CECESPC, no âmbito do ESTADO DO PARANÁ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Controladoria Geral do Estado   Resolução Conjunta Interinstitucional nº 001/2020</a>                                |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Determina a prorrogação da suspensão dos procedimentos de sindicâncias; dos processos administrativos disciplinares (PAD); dos procedimentos de investigação preliminar (PIP); dos processos administrativos de responsabilização (PAR); e dos processos administrativos de apuração de responsabilidade (PAAR) – instaurados e em trâmites nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná, pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação da presente Resolução.                                                                            | <a href="#">Controladoria Geral do Estado   Resolução CGE nº 36, de 07 de maio de 2020</a>                                       |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais em decorrência da pandemia causada pela COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Secretaria da Educação e do Esporte   Resolução nº 1.522/2020 – GS/SEED</a>                                          |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece recomendação vinculante quanto à forma de publicação de dados referentes à ocupação hospitalar da rede pública e privada e de dados de pacientes acometidos pelo COVID-19 no Portal Coronavírus (www.coronavirus.pr.gov.br)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Controladoria Geral do Estado   Resolução CGE nº 32, de 24 de abril de 2020</a>                                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Revoga o item 4º da Portaria nº 039 de 19 de março de 2020, que trata da concessão de teletrabalho aos servidores responsáveis por menores de idade, incapazes e idosos sob sua guarda, que não tenham a possibilidade de deixá-los em outro ambiente de segurança ou aos cuidados de terceiros, enquanto durar a suspensão das atividades educacionais nas redes de ensino público e privadas                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Secretaria da Agricultura e do Abastecimento   Portaria nº 61/2020</a>                                               |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a adequação do Calendário Escolar 2020 para a Rede Pública Estadual de Educação Básica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Secretaria da Educação e do Esporte   Resolução nº 1.249/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Informa a adesão dos municípios com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao cofinanciamento Estadual, ao Incentivo Benefício Eventual IV, no qual permite a oferta de benefícios eventuais regulamentados pela Política de Assistência Social, conforme critérios pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) por meio da Res. nº 10/2019 e deliberados no Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná por meio da Del. nº 68/2019, a ser repassado pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 130/2020-GA/SEJUF</a>                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui e adota medidas e providências como Plano de Contingência de Prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná, em decorrência das medidas instituídas e adotadas pela Portaria 01/2020 – DEASE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Portaria nº 02/2020 – DEASE/SEJUF/PR, de 6 de maio de 2020</a> |  |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Delibera que as Agências do Trabalhador sob gestão Estadual, realizem atendimento às demandas do seguro-desemprego, a partir de 27 de abril de 2020, com agendamento prévio e controle de acesso nos Postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 108/2020-GS/SEJUF</a>                             |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Deliberação pela validação dos votos realizados pelos conselheiros, por meio das reuniões via web conferência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação nº 013/2020 – CEDCA/PR</a>                         |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Deliberação pela aprovação do repasse no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para o atendimento de crianças e adolescentes, usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com suspeita e/ou confirmação do COVID-19, à Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Paraná- SESA/PR                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação nº 016/2020 – CEDCA/PR</a>                         |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Delibera que as empresas que exerçam serviços e atividade essenciais, na modalidade de entrega delivery, motofretes e similares devem seguir as recomendações desta Resolução                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 107/2020-GS/SEJUF</a>                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria IAT nº 006/2020, concedendo mais 60 (sessenta) dias de prazo para o término dos trabalhos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Instituto Água e Terra   Portaria nº 118, de 23 de abril de 2020</a>                                                 |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece que as sessões de julgamento nas Câmaras e no Pleno do CCRF poderão ser realizadas de forma virtual, ou seja, não presencial                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais   Provimento nº 2/2020</a>                                              |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Determina a prorrogação da suspensão dos procedimentos de sindicâncias; dos processos administrativos disciplinares (PAD); dos procedimentos de investigação preliminar (PIP); dos processos administrativos de responsabilização (PAR); e dos processos administrativos de apuração de responsabilidade (PAAR) – instaurados e em trâmites nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná, pelo prazo de 15 (quinze) dias                                                                                                                                   | <a href="#">Controladoria Geral do Estado   Resolução CGE nº 31, de 22 de abril de 2020</a>                                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus – COVID-19, na COMEC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas   Resolução nº 02/2020 – COMEC</a>                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga os prazos estabelecidos na Resolução SESA nº 338/2020 enquanto subsistirem as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da COVID-19, estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 4.230, 16 de março de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 743/2020</a>                                                                 |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, no exercício de 2020, na forma que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 644/2020</a>                                                                 |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para aquisição de equipamentos para a Rede Materno Infantil, para o exercício de 2020, na forma que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 645/2020</a>                                                                 |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para Obras de Reforma, Ampliação e/ou Construção de Unidades Básicas de Saúde – UBS, no exercício de 2020, na forma que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 646/2020</a>                                                                 |  |



|          |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                     |  |
|----------|--------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para aquisição de equipamentos para Unidades de Atenção Primária, no exercício de 2020, na forma que especifica                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 647/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para Obras construção, instalação, ampliação, reforma e recuperação de Hospitais Municipais, no exercício de 2020, na forma que especifica                                                                                                                                        | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 648/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para aquisição de equipamentos para os Hospitais Municipais, no exercício de 2020, na forma que especifica                                                                                                                                                                        | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 649/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre medidas complementares de controle sanitário a serem adotadas para o enfrentamento da COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 632/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece de forma excepcionalíssima o regime e a rotina de trabalho de todos os servidores que atuam nas Unidades da Secretaria de Estado da Saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus e COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 653/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, para o exercício de 2020                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 596/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para Obras de Reforma, Ampliação e/ou Construção de Unidades Básicas de Saúde – UBS, no exercício de 2020                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 598/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza contratualizar, formalizando a relação entre Gestor Estadual e a União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer/UOPECCAN, na cidade de Umuarama, inscrito no CNPJ sob o nº 81.270.548/0002-34, CNES nº 7845138, através de Instrumento para a contratação de Leitos de UTI não habilitados junto ao SUS e Leitos de Retaguarda Clínica que serão utilizados para internamento exclusivo de usuários do SUS com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID19 | <a href="#">Secretaria da Saúde   Processo 16.548.819-9</a>                                                         |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Errata à Resolução nº 470/2020, que Institui as diretrizes do Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – QualICIS, destinado aos Consórcios que gerenciam Ambulatórios Multiprofissionais Especializados – AMMES no Paraná                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Secretaria da Saúde   ERRATA - Resolução SESA nº 470/2020</a>                                           |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a suspensão da concessão de reajustes das tarifas dos serviços públicos delegados pelos concessionários e/ou permissionários, em decorrência da Pandemia do Coronavírus – COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">AGEPAR   Resolução nº 15, de 17 de abril de 2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Designa Extraordinariamente Defensora Pública para atuação perante a Comarca de Cruzeiro do Oeste, em processos específicos, durante a Pandemia do COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Defensoria Pública do Estado   Resolução 2ª SUB nº 033, de 22 de abril de 2020</a>                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Orienta quanto às entregas de auxílios emergenciais (cestas básicas) às famílias que pertencem aos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social – SUDIS   Boletim SUDIS nº 004/2020 - COVID-19</a> |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Informa o recebimento de cestas básicas distribuídas pelo Estado do Paraná os catadores de material reciclável, os moradores em situação de rua e o grupos de diversidade – LGBTQ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social – SUDIS   Boletim SUDIS nº 003/2020 - COVID-19</a> |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece que no dia 20 de abril de 2020 não haverá expediente na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Secretaria da Administração e da Previdência   Portaria SEAP nº 45/2020</a>                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece que não haverá expediente na Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes no dia 20 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes   Resolução nº 23/2020/SEPL</a>                     |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza a suspensão, por 90 (noventa) dias, dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores públicos do Estado do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.530</a>                                                                  |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Estabelece ações quanto ao controle, avaliação, auditoria, monitoramento, regulação e pagamento dos estabelecimentos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS tendo em vista a situação de emergência para enfrentamento do Novo Coronavírus - COVID-19 no Estado do Paraná                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 517/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre providências a serem adotadas quanto ao equilíbrio financeiro e manutenção do serviço de Transporte Coletivo Metropolitano, em decorrência da Pandemia do Coronavírus - COVID 19                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">AGEPAR   Resolução nº 013 de 15 de abril de 2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre providências a serem adotadas para a prorrogação do pagamento da taxa de regulação dos concessionários e/ou permissionários de serviços públicos delegados, em decorrência da Pandemia do Coronavírus– COVID 19                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">AGEPAR   Resolução nº 014 de 15 de abril de 2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Revoga Resolução DPG 002/2020 e estabelece novo Calendário de Feriados de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Defensoria Pública do Estado   Resolução DPG nº 103, de 14 de abril de 2020</a>                         |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Libera o acesso aos serviços e sistemas remotos, para fins de tramitação de procedimentos de primeiro registro e transferência de propriedade de veículos e outros serviços a serem definidos pela Diretoria de Operações, aos Despachantes de Trânsito do Estado do Paraná, regularmente credenciados                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN   Portaria nº 022/2020 – DG</a>                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, de ofício, a vigência dos convênios e termos de fomento celebrados pela SEAB.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Secretaria da Agricultura e do Abastecimento   Resolução nº 33, de 14 de abril de 2020</a>              |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a operacionalização de prescrição médica por meio eletrônico, no contexto da pandemia de COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Secretaria da Agricultura e do Abastecimento   Resolução SESA nº 482/2020</a>                           |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelecido que haverá expediente no dia 20 de abril de 2020 (segunda- feira), nos órgãos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria da Saúde   Resolução SESA nº 502/2020</a>                                                    |  |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | As empresas do segmento frigorífico, da indústria de produtos avícolas e de proteína animal, no Estado do Paraná, estão autorizadas a funcionar com distanciamento inferior ao disposto na Resolução nº 095/2020 - SEJUF, desde que forneçam os EPIs necessários aos trabalhadores, devendo manter respeitadas as normas sanitárias específicas do setor                                                                                                                                          | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 104/2020-GS/SEJUF</a>                |  |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Pelo reconhecimento das ações para organização e distribuição de itens de alimentação e higiene realizadas pela Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), no atendimento as entidades socioassistenciais para beneficiar as famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pandemia do coronavírus – COVID -19, ações que estão sendo desenvolvidas por meio de rede família solidária                                                                          | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução ad referendum nº 05/2020 – CEAS/PR</a>  |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Informa a adesão dos municípios com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao cofinanciamento Estadual, ao Incentivo Benefício Eventual Covid 19                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 127/2020 – GS/SEJUF</a>              |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Informa que a pandemia do coronavírus ameaça principalmente os negros                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Casa Civil   Boletim da Superintendência geral de Diálogo e Interação Social - SUDIS nº 002/2020</a>    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Casa Civil   Portaria nº 255, de 22 de maio de 2020</a>                                                 |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Aprova a elaboração de minutas padronizadas, bem como as respectivas listas de verificação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Procuradoria Geral do Estado   Resolução nº 076/2020-PGE</a>                                            |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece orientações e recomendações para órgãos e entidades da Administração Pública Estadual quanto aos procedimentos referentes à dispensa de licitação para as compras emergenciais no período de enfrentamento a pandemia da COVID-19, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Controladoria Geral do Estado   Resolução CGE nº 30, de 14 de abril de 2020</a>                         |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para aquisição de equipamentos para os Hospitais Municipais, no exercício de 2020                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 693/2020</a>                                                    |  |

|          |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                       |  |
|----------|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe acerca da destinação, excepcional, de recursos angariados a título de prestação pecuniária, provenientes do Poder Judiciário alocado no Fundo Estadual de Saúde, a ser repassado aos municípios, para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus – Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 705/2020</a>                                                                                                                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui a Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – QualiCIS, destinado aos Consórcios que gerenciam Ambulatórios Multiprofissionais Especializados – AMMES no Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 471/2020</a>                                                                                                                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a operacionalização de prescrição médica por meio eletrônico, no contexto da pandemia de COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 482/2020</a>                                                                                                                      |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Aprova do repasse no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), oriundos da Del. 009/2020, que aprovou o repasse do recurso oriundos da fonte do Saldo FIA Doação, fonte 284, para o atendimento de crianças e adolescentes em situações de emergência em decorrência do Coronavírus-COVID- 19, à Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Paraná-SESA/PR, por meio de Movimentação de Crédito Orçamentário -MCO, para compra de materiais nas Unidades de Terapia Intensiva-UTI Pediátricas, as alas pediátricas (incluindo enfermarias), e outros equipamentos ou insumos de saúde necessários ao combate a pandemia, conforme Plano de Aplicação apresentado pela SESA | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação nº 011/2020 – CEDCA/PR</a>                                                                              |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Aprova a contratação direta, por dispensa de licitação de empresa que menciona para a aquisição de vacinas quadrivalentes contra Gripe Influenza 2020, ao custo unitário de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), a serem aplicadas nos empregados, servidores cedidos, estagiários e diretores da PARANAPREVIDÊNCIA, conforme prevê o Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2020, e como forma de enfrentamento a pandemia de COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Serviço Social Autônomo   Resolução nº 71/2020 do Conselho Diretor da ParanaPrevidência</a>                                                                               |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Ajusta o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), para, dentre outras, ações de combate ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Secretaria da Fazenda   Portaria nº 129/2020/DOE/SEFA</a>                                                                                                                 |  |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Dispensa a compensação das horas relativas aos dias 9 e 20 de abril de 2020, em razão da necessidade de distanciamento social para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia Coronavírus – COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Secretaria da Fazenda   Portaria nº 006/2020</a>                                                                                                                          |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui o comitê para análise dos protocolos dos funcionários portadores de patologias ou condições clínicas consideradas graves e demais casos pertinentes a FUNEAS, tendo em vista a pandemia de covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Secretaria de Saúde   Portaria nº 37/2020</a>                                                                                                                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelecer, com fundamento no parágrafo único do art. 4º, do Decreto nº 3.790, de 20 de dezembro de 2019, que não haverá expediente na Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes no dia 9 de abril de 2020 e a dispensa de horas devido ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes   Resolução nº 022/2020/SEPL</a>                                                                                      |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Dispõe sobre o levantamento pormenorizado das despesas discricionárias dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Secretaria da Fazenda   Resolução SEFA nº 311/2020 de 7 de abril de 2020</a>                                                                                              |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Mais profissionais: Contratação de Novos Servidores na área da Saúde                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Profissionais que já passaram em concurso                                                                                                                                             |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Situação de emergência: Decreto que facilita a obtenção de recursos e permite ao Estado; Dispensados as licitações                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.298, de 19 de março de 2020</a>                                                                                                            |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Distribuição de merendas: Serão distribuídos para famílias de estudantes beneficiários do Bolsa Família                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.316, de 21 de março de 2020</a>                                                                                                            |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | R\$ 100 milhões adicionais: Aquisição de equipamentos, insumos, novas enfermarias e leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI); A SEFA ainda contingenciou o Orçamento de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Ação da Secretaria da Fazenda                                                                                                                                                         |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Aeronaves à disposição: Disponibilização de Aeronaves                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Ação da Casa Militar e Secretaria da saúde                                                                                                                                            |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Comitê de Gestão de Crise: Vai definir planos de ação, prevenção e contingência contra a pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.259, de 18 de março de 2020</a>                                                                                                            |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Produção de álcool em gel: Aumentar a produção de álcool em gel                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Ação das Universidades Federais                                                                                                                                                       |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Atuação portuária: Estabelece que a tripulação pode ser submetido a exames médicos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Normativa específica dos Portos                                                                                                                                                       |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Funcionalismo: Estão suspensas as viagens e deslocamento de todos os servidores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.260, de 18 de março de 2020</a>                                                                                                            |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispensa de licitação e procedimento para modalidade pregão para enfrentando à pandemia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.315, de 21 de março de 2020</a>                                                                                                            |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Adoção de medidas que devem ser tomadas pela iniciativa privada                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.317, de 21 de março de 2020 – Atualizado pelo Decreto nº 4.318, de 22 de março de 2020 e pelo Decreto nº 4.323, de 24 de março de 2020</a> |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Declara o estado de calamidade pública, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto 4.319, de 23 de março de 2020 – Aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná - Decreto Legislativo nº 1, de 24 de março de 2020</a>           |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Declara o estado de calamidade pública, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.319 – republicado</a>                                                                                                                      |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | (*) Reproduzido por ter sido publicado com incorreção.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                       |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza a distribuição dos alimentos perecíveis da Merenda Escolar disponíveis nas instituições de ensino da Rede Estadual durante o período de suspensão das aulas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria da Educação e do Esporte   Resolução nº 898/2020 – GS/SEED</a>                                                                                                 |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre as medidas emergenciais de enfrentamento do COVID-19, adotadas pela Casa Militar da Governadoria                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Casa Militar   Portaria nº E00019/2020</a>                                                                                                                                |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Aprova a elaboração de minutas padronizadas, bem como as respectivas listas de verificação para o enfrentamento do Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Procuradoria Geral do Estado   Resolução nº 66/2020 - PGE</a>                                                                                                             |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre os processos de hospitais e estabelecimentos temporários perante os órgãos estaduais licenciadores em face da epidemia COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.472</a>                                                                                                                                    |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Suspende a disposição funcional e designações de servidores da Secretária de Segurança Pública, devido ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.473</a>                                                                                                                                    |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, automaticamente, o prazo de vigência, por 180 dias, de todos os convênios de transferência voluntária, cujo vencimento ocorra entre 19/03/2020 e 31/12/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas   Resolução-2020/003</a>                                                                                            |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Regulamenta o disposto nos arts. 1º, 2º, 3º, 10, 13 e 15 do Decreto Estadual nº 4.230, 16 de março de 2020, para implementar medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do Coronavírus – COVID-2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 338/2020</a>                                                                                                                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece de forma excepcionalíssima o regime e a rotina de trabalho de todos os servidores que atuam nas Unidades da Secretaria de Estado da Saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus e COVID- 19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 339/2020</a>                                                                                                                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece ações para contratação emergencial e institui recursos de custeio para oferta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Retaguarda Clínica para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 340/2020</a>                                                                                                                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece ações para contratação emergencial e institui recursos de custeio para oferta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Retaguarda Clínica para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID-19, no Estado do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 340/2020 – Republicada</a>                                                                                                        |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera os membros do Comitê para análise dos protocolos dos servidores portadores de patologias ou condições clínicas consideradas graves e demais casos pertinentes da Secretaria de Estado da Saúde, tendo em vista a pandemia de COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 437/2020</a>                                                                                                                      |  |

|          |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                 |  |
|----------|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Deliberação para que as empresas que exerçam serviços e atividade essenciais, em especial as integrantes da Cadeia Produtiva do Leite no Estado do Paraná, conforme previsão no Art. 2º, Inciso V, do Decreto Estadual nº 4.317, de 21 de março de 2020, que prevê a atividade de Produção, distribuição e comercialização de alimentos para uso humano e veterinário, inclusive na modalidade de entrega delivery e similares, ainda que localizados em rodovias, devem seguir as recomendações dessa Resolução                    | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 098/2020</a>                                     |  |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Deliberação para que as empresas que exerçam serviços e atividade essenciais, em especial as integrantes do ramo de limpeza pública no Estado do Paraná, conforme previsão no Art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.317, de 21 de março de 2020, que prevê, são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva relativa ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais e devem seguir as recomendações dessa Resolução | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 099/2020</a>                                     |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Suspende por 30 (trinta) dias, a partir desta data, os Processos Administrativos Disciplinares e as Sindicâncias em andamento na Polícia Científica que necessitem de diligências, oitivas de testemunhas e demais procedimentos relacionados a produção de provas pertinentes a esses procedimentos disciplinares, exceto as encaminhadas por meio eletrônico                                                                                                                                                                      | <a href="#">Secretaria da Segurança Pública   Provimento nº 01/2020-PCP/CORR</a>                                                |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Suspende prazos para execução de TCAC em razão da pandemia de COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária   Portaria nº 35, de 6 de abril de 2020</a> |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui o Sistema de Deliberação Remota no âmbito do processo legislativo da Assembleia Legislativa do Paraná, a ser utilizado durante a emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Legislativo   Resolução nº 2, de 23 de março de 2020</a>                                                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui o Regime de Teletrabalho na Assembleia Legislativa do Paraná, a ser implantado nas situações emergências que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Legislativo   Resolução nº 3, de 23 de março de 2020</a>                                                      |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre o funcionamento da SEAB em face da implementação das medidas de enfrentamento da emergência do COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Secretaria da Agricultura e do Abastecimento   Resolução nº 31, de 23 de março de 2020</a>                          |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Reativa o Hospital Penitenciário para o recebimento de presos da Regional de Curitiba que apresentem resultado positivo para COVID-19, bem como aqueles cujo sintoma caracterizado como suspeito indique a necessidade de observação ambulatorial                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Secretaria de Estado da Segurança Pública   Portaria nº 34/2020</a>                                                 |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Criação do Programa Recupera Sul do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) – R\$ 670 milhões                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Anunciado pelo Governo em 31/03/2020</a>                                                                            |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza o Poder Executivo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas a manter os pagamentos, durante estado de emergência nacional pelo coronavírus responsável pelo surto de 2019, a empresas que mantêm contratos para prestação de serviços continuados com a Administração Pública do Estado do Paraná.                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 20.170, de 7 de abril de 2020</a>                                                          |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Ampliação do limite do valor da receita consolidada estimada para o exercício financeiro de 2020 e destinação de recursos do Fundo de Combate à Pobreza para o enfrentamento ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 20.171, de 7 de abril de 2020</a>                                                          |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza a concessão de auxílio emergencial com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná à pessoa economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção humana pelo Coronavírus (Covid-19) nas condições que especifica, com veto parcial, OF/DL/CC nº 10/2020.                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 20.172, de 7 de abril de 2020</a>                                                          |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Transfere os recursos do Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Paraná, instituído pela Lei Complementar nº 154, de 10 de janeiro de 2013, para o Fundo Estadual de Saúde do Paraná, a fim de viabilizar, prioritariamente, as medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Lei Complementar nº 221, de 6 de abril de 2020</a>                                                |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, e do Decreto nº 4.312, de 20 de março de 2020, tratando de normas quanto à servidores públicos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.435</a>                                                                              |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Dispensa a compensação das horas relativas ao dia 9 de abril de 2020, em razão da necessidade de distanciamento social para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Secretaria de Estado da Administração e da Previdência   Portaria SEAP nº 44/2020</a>                               |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece ações para contratação emergencial e institui recursos de custeio para oferta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Retaguarda Clínica para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID-19, no Estado do Paraná                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 340/2020</a>                                                                |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre os saldos financeiros provenientes dos recursos que estão depositados nas contas correntes dos Fundos Municipais de Saúde, na modalidade de Custeio, transferidos pelo Fundo Estadual de Saúde do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 353/2020</a>                                                                |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a implantação do Centro Avançado de Informações da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – CAI e demais ações para enfrentamento da atual Emergência de Saúde Pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 357/2020</a>                                                                |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a realocação de recursos financeiros para o Enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus – Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Secretaria de Saúde   Resolução SESA nº 363/2020</a>                                                                |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Retira a água mineral do regime de Substituição Tributária (ST). Com o fim da ST, cada empresa desse produto ficará encarregada do recolhimento de sua parte do imposto quando realizar a venda                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.390</a>                                                                              |  |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Suspende as autorizações de provimentos de cargos e funções da Lei Orçamentária Anual de 2020, as concessões de progressões e promoções de servidores da administração direta e indireta do Poder Executivo, e, ainda, o empenho de despesas relativas a exercícios anteriores.                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.385</a>                                                                              |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) a suspender por 90 dias o início de novas cobranças a empresas e cidadãos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.385</a>                                                                              |  |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Pendente de aprovação pela ALEP</a>                                                                                 |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Transfere recursos da Defensoria Pública para o Fundo Estadual de Saúde do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Lei Complementar nº 220, de 2 de abril de 2020</a>                                                |  |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Novas regras de funcionamento para empresas de serviços essenciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.388</a>                                                                              |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Autoriza a concessão de auxílio emergencial com recursos do fundo estadual de combate à pobreza do paraná à pessoa economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção humana pelo coronavírus (covid-19) nas condições que especifica                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   PL 219/2020</a>                                                                                   |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Suspende, por trinta dias, os prazos administrativos para licenciamentos, renovação de licenças, outorgas, defesas e recursos administrativos decorrentes de Autos de Infração Ambiental, acesso aos autos dos processos físicos e demais procedimentos administrativos ambientais em andamento perante o órgão.                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Instituto Ambiental do Paraná   Nota de esclarecimento - prazos suspensos para entrega de documentos</a>            |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Esta resolução disciplina as disposições do Decreto Estadual de nº 4.230/2020, acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução nº 075/2020</a>                                     |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, automaticamente, o prazo de vigência, por 180 dias, de todos os convênios de transferência voluntária, cujo vencimento ocorra entre 19/03/2020 e 31/12/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas   Resolução nº 003/2020</a>                                   |  |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Prorroga, automaticamente, o prazo de vigência, por 180 dias, de todos os convênios de transferência voluntária, cujo vencimento ocorra entre 19/03/2020 e 31/12/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas   Resolução - 2020/002-SEDU</a>                            |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Aprova, AD Referendum, a inclusão do Incentivo Benefício Eventual – COVID-19, no art. 1º da Deliberação nº 100/2019 do CEAS/PR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução AD REFERENDUM 003/2020 – CEAS/PR</a>                |  |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Divulga orientações em relação ao atendimento dos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS nos municípios, inclusive para a rede socioassistencial privada (rede parceira e contratada)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução Conjunta nº 001/2020- SEJUF - CEAS/PR</a>           |  |

|          |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                      |            |
|----------|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Repasse do valor de R\$ 6.236.000,00 (seis milhões e duzentos e trinta e seis mil, reais), oriundos da fonte do Saldo FIA Doação, fonte 284, para o atendimento de crianças e adolescentes em situações de emergência em decorrência do Coronavírus –COVID -19, enquanto durar a situação da pandemia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Deliberação nº 009/2020 – CEDCA/PR</a>                                             |            |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Aprovar AD REFERENDUM, o repasse Fundo a Fundo do Incentivo Benefício Eventual COVID-19 no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para os municípios elencados no Anexo I da presente Deliberação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho   Resolução AD REFERENDUM nº 004/2020 - CEAS/PR</a>                                  |            |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Introduz alterações no Regulamento do ICMS, tratando de Fármacos e Medicamentos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.409</a>                                                                                                   |            |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre a base de cálculo para retenção do imposto nas operações com produtos farmacêuticos, de que trata a Seção XXIV do Anexo IX do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para o período que especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.410</a>                                                                                                   |            |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera o Decreto n. 4.386, de 27 de março de 2020, para incluir nas prorrogações estabelecidas o valor devido pelas empresas do SIMPLES NACIONAL a título de diferencial de alíquota do ICMS nas aquisições de mercadorias em operações interestaduais sujeitas à alíquota interestadual de 4%, conforme exige o art. 16, § 4º, do RICMS/PR. Trata-se do diferencial introduzido pelo Decreto n. 442/2015, mantido no atual Regulamento do ICMS (Decreto n. 7.871/2017).                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.411</a>                                                                                                   |            |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera o Anexo IX do RICMS/PR, para aumentar a redução de base de cálculo do ICMS ST, dos medicamentos similares, genéricos e demais produtos previstos no seu art. 126. Antes estabelecidas em 30%, 25% e 10%, as reduções foram para 35%, 30% e 16% respectivamente, com efeitos a partir de 1º de abril de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.412</a>                                                                                                   |            |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Além disso, o decreto estabeleceu que a base de cálculo do ICMS ST para as operações com os medicamentos comercializados no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil, instituído pelo Governo Federal, será o "valor de referência" divulgado em ato editado pelo Ministério da Saúde (MS), quando o produto for destinado para consumidores cadastrados no referido programa.                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                      |            |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o Decreto n. 4.263, de 18 de março de 2020, com vigência enquanto perdurar o estado de emergência nacional pelo COVID-19, para estabelecer a suspensão da circulação de transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros com origem de todas as unidades federativas do país e do Distrito Federal por prazo indeterminado, ou até que seja revogada a qualquer momento por ato do Chefe do Poder Executivo                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.421</a>                                                                                                   |            |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Dispõe sobre o chamamento em caráter emergencial de professores do Quadro Próprio de Magistério – QPM e professores contratados em Regime Especial – CRES (PSS) para comporem o grupo de trabalho com vistas à produção de material audiovisual destinado a estudantes da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Secretaria da Educação e do Esporte   Resolução nº 1.014/2020 – GS/SEED</a>                                                              |            |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Secretaria da Educação e do Esporte   Resolução nº 1.016/2020 – GS/SEED</a>                                                              |            |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Ajusta as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado para a execução da despesa do mês de março de 2020, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, de acordo com o Anexo I desta Portaria.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Secretaria da Fazenda   Portaria nº 73 DTE/SEFA, de 31 de março de 2020</a>                                                              |            |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), especificamente quanto ao trabalho presencial                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">AGEPAR   Resolução nº 12 de 2 de abril de 2020</a>                                                                                       |            |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Secretaria da Educação e do Esporte   Resolução nº 1.016/2020 – GS/SEED</a>                                                              |            |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Prorrogação do auxílio emergencial destinado às pessoas em situação de vulnerabilidade social decorrente do Covid-19. Este recurso é oriundo do do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Decreto nº 5.069*, do Poder Executivo</a>                                                                                                | 09/07/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, tratando da limitação de horário de expediente aos servidores da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, à Casa Militar da Governadoria, às Unidades socioeducativas da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, à Receita Estadual, à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e vinculadas, e os servidores exercendo suas funções por meio de teletrabalho. | <a href="#">Decreto nº 5.077*, do Poder Executivo</a>                                                                                                | 09/07/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Estabelece ações para contratação emergencial e insufla recursos de custeio para oferta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Retaguarda Clínica para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Resolução SESA nº 864/2020</a>                                                                                                           | 10/07/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Define as medidas complementares de controle sanitário para o enfrentamento ao Covid-19, no âmbito dos serviços de restaurantes e lanchonetes localizados em shoppings centers, centros comerciais e galerias comerciais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Resolução SESA nº 875/2020</a>                                                                                                           | 10/07/2020 |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Altera o Decreto nº 3.169/2019, que fixa normas referentes a execução orçamentária e financeira, para conceder prazo para a apresentação de justificativas, com amparo na legislação que rege as Finanças Públicas, para manutenção dos restos a pagar não liquidados, no período de emergência pública decorrente do Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 5.109*, do Poder Executivo</a>                                                                                                | 14/07/2020 |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Permite o fluxo e os procedimentos por meio da utilização do sistema eProtocolo Digital para resoluções de questões relativas aos Processos da utilização de créditos fiscais em recolhimentos antecipados do ICMS desvinculados da conta gráfica por meio da Ficha de Autorização e Controle de Crédito (FACC) e, também, aos Processos relativos ao Sistema de Controle da Transferência e Utilização dos Créditos Acumulados (SISCREDE).                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Resolução SEFA nº 624/2020 de 7 de julho de 2020*, da Receita Estadual do Paraná</a>                                                     | 14/07/2020 |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga, por mais 60 (sessenta), a contar de 17 de junho de 2020, o prazo de suspensão da concessão de reajustes das tarifas de todos os serviços públicos delegados, pelos concessionários e/ou permissionários. Essa suspensão foi determinada pela Resolução nº 015/2020-AGEPAR, de 17 de abril de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Portaria nº 017/2020, da AGEPAR</a>                                                                                                      | 14/07/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Veto integral ao PL 321/2020, que dispõe acerca da obrigatoriedade da aferição de temperatura corporal de todas as pessoas que acessarem repartições públicas e estabelecimentos de uso coletivo no Estado do Paraná, enquanto perdurar a pandemia causada pela Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Veto nº 16/2020*, do Poder Executivo</a>                                                                                                 | 16/07/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Altera o Decreto 4.960/2020, que institui o "Comitê Volta às Aulas".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Decreto nº 5.123*, do Poder Executivo</a>                                                                                                | 16/07/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a realização da Prova dos Cursos de Reciclagem para Condutores Infratores da modalidade EAD na plataforma da própria instituição que ministrou o Curso e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Resolução nº 068/2020*, do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná</a>                                                                   | 22/07/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a realização de Cursos de Especialização na modalidade EAD e Exame Teórico na plataforma da própria instituição que ministrou o Curso e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Resolução nº 069/2020*, do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná</a>                                                                   | 22/07/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Revoga a Resolução SESA nº 855/2020, que determina às indústrias de abate e processamento de carnes em todas as suas plantas frigoríficas a adoção de medidas de prevenção e controle da transmissão do SARS-CoV-2 no âmbito do Paraná*.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Resolução SESA nº 913/2020*, da Secretaria da Saúde</a>                                                                                  | 21/07/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Designa, AD REFERENDUM, a aprovação da proposição da criação de um Gabinete de Crise do Estado para o enfrentamento à COVID-19 entre as Secretarias de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, e a Secretaria de Estado da Saúde – SESA, para intervenção e acompanhamento das situações emergenciais nas Instituições de Longa Permanência – ILPIs no Estado Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Resolução Ad Referendum nº009/2020*- Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho</a> | 21/07/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Determina a suspensão dos atos e prazos referentes aos procedimentos desta AGEPAR, nos termos – e períodos – contemplados nos dispositivos dos atos normativos estaduais acima mencionados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Portaria nº 018/2020*, da AGEPAR</a>                                                                                                     | 20/07/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, de novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, decorrente da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Portaria nº 129/2020*, de 13 de julho de 2020, do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR</a>                                               | 20/07/2020 |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | "Dispõe sobre o parcelamento do IPVA do exercício de 2020, em relação a veículos adquiridos em anos anteriores, nas condições que especifica".                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Lei nº 20.263, de 23 de julho de 2020*, do Poder Executivo</a>                                                                           | 27/07/2020 |



|          |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                             |            |
|----------|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Dispõe sobre a concessão de isenção do Pagamento das Taxas de Estado nos Pátios do Detran/PR e nos Pátios da PMPR em atenção às diretrizes e medidas de saúde para o enfrentamento do novo Coronavírus – Covid-19, no Estado do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Lei nº 20.265, de 28 de julho de 2020*, do Poder Executivo</a>                                                  | 30/07/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a suspensão temporária da realização dos procedimentos cirúrgicos eletivos ambulatoriais e hospitalares, em face da escassez de medicamentos anestésicos e relaxantes musculares no Estado do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Resolução SESA nº 926/2020*, da Secretaria da Saúde</a>                                                         | 30/07/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Estabelece a VEDAÇÃO da celebração de novos contratos de locação de imóveis, bem como aditivos que resultem em acréscimo de valor contratual, a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, salvo manifestação expressa de consentimento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Resolução Conjunta CGE/SEAP nº 001, de 30 de julho de 2020*, da Controladoria Geral do Estado</a>               | 04/08/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Acrescenta dispositivos legais à Resolução nº 64/2020, prorrogando por 30 dias os prazos estabelecidos acerca da prevenção à disseminação do COVID-19 na Secretaria de Estado da Segurança Pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Resolução nº 223/2020*, da Secretaria da Segurança Pública</a>                                                  | 04/08/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Determina às indústrias de abate e processamento de carnes em todas as suas plantas frigoríficas a adoção de medidas de prevenção e controle da transmissão do SARS-CoV-2 no âmbito do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Resolução SESA nº 944/2020*, da Secretaria de Saúde</a>                                                         | 06/08/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Determina às indústrias de abate e processamento de carnes em todas as suas plantas frigoríficas a adoção de medidas de prevenção e controle da transmissão do SARS-CoV-2 no âmbito do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Resolução SESA nº 944/2020*, da Secretaria de Saúde</a>                                                         | 07/08/2020 |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza a liquidação de créditos tributários de ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, inscritos em dívida ativa, com crédito acumulado de ICMS, habilitado perante o Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - Siscred, nas condições que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 5.369*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 10/08/2020 |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza a Secretaria de Estado da Fazenda a estabelecer modalidade adicional ao limite global de valores de crédito acumulado do ICMS passíveis de transferência no exercício de 2020, na forma que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Decreto nº 5.370*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 10/08/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Introduz alterações no Decreto nº 6.434, de 16 de março de 2017, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo e disciplina os procedimentos para o enquadramento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Decreto nº 5.371*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 10/08/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Dispõe sobre a suspensão por prazo indeterminado da Resolução nº 069/2020 CETRAN/PR, que Dispõe sobre a realização de Cursos de Especialização na modalidade EAD e Exame Teórico na plataforma da própria da instituição que ministrou o Curso e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Resolução nº 071/2020*, do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná</a>                                          | 13/08/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Retifica a Resolução nº 705/2020 que dispõe acerca da destinação, excepcional, de recursos angariados a título de prestação pecuniária, provenientes do Poder Judiciário alocado no Fundo Estadual de Saúde, a ser repassado aos municípios, para o enfrentamento ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Resolução SESA nº 966/2020*, da Secretaria da Saúde</a>                                                         | 14/08/2020 |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Suspende, no período de 1º de agosto de 2020 até 31 de outubro de 2020, o pré-cancelamento e o cancelamento de ofício da inscrição estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS, em decorrência das situações que especificam.                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Norma de Procedimento Administrativo nº 6/2020*, da Receita Estadual do Paraná</a>                              | 17/08/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui o Comitê Técnico Interinstitucional de Cooperação para Pesquisa, Desenvolvimento, Testagem, Fabricação e Distribuição de Vacina contra Sars-CoV-2 (COVID-19), no âmbito do Estado do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Decreto nº 5.441*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 19/08/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Inclui dispositivo na Lei de Licitações do Paraná (Lei nº 15.608/2007), determinando que será declarada a idoneidade aos que praticarem, em casos de calamidade pública, preços abusivos no fornecimento de insumos e equipamentos de proteção individual.                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Lei nº 20.291, de 17 de agosto de 2020*, do Poder Executivo</a>                                                 | 20/08/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Regula, em âmbito estadual, o inciso II do § 1º do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, autorizando a execução de recursos legalmente vinculados a finalidade específica para o enfrentamento da pandemia Esta norma estabelece as regras de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. O artigo 65 trata das situações de emergência reconhecidas pelo Congresso Nacional.                                                                                                                                   | <a href="#">Decreto nº 5.543*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 02/09/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Recomenda a manutenção das medidas de isolamento das medidas restritivas de isolamento nas unidades de ensino da rede estadual, nas escolas e creches da rede privada, dentre outras medidas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Recomendação COPED nº 002, de 14 de agosto de 2020*, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho</a> | 02/09/2020 |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Prorroga o prazo de chamamento para cessão de dados dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, para fins de cumprimento do previsto no disposto do art. 7º, inciso VIII da Lei Federal nº 14.017 de 29 de junho de 2020, que trata do auxílio emergencial para o setor.                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Resolução nº 049/2020-SECC*, da Secretaria de Comunicação e da Cultura</a>                                      | 11/09/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui o Plano de Apoio ao Empreendedorismo Digital, voltado para startups, microempreendedores individuais (MEIs), micro e pequenos empresários, bem como para a população em geral, visando colaborar no enfrentamento das dificuldades surgidas no cenário econômico adverso criado pela pandemia decorrente da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Decreto nº 5.672*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 16/09/2020 |
| ESTADUAL | MANUTENÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGOS | Altera o Decreto nº 4.230/2020, determinando que os Titulares dos Órgãos e Entidades compreendidos no art. 1º poderão, após análise justificada da necessidade administrativa e, dentro da viabilidade técnica e operacional, amparados por ato normativo a ser editado pela Secretaria de Estado da Saúde, suspender ou retomar, total ou parcialmente, expediente de trabalho e atendimento presencial ao público, bem como instituir regime de teletrabalho para servidores, resguardando, para manutenção dos serviços considerados essenciais. | <a href="#">Decreto nº 5.686*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 16/09/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Estabelece medidas a serem adotadas no âmbito do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros da Região Metropolitana de Curitiba para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Lei nº 20.321, de 9 de setembro de 2020*, do Poder Executivo</a>                                                | 16/09/2020 |
| ESTADUAL | FOLHA DE PAGAMENTO / CRÉDITO         | Autoriza o pagamento da subvenção econômica nos contratos de aprendizagem em caráter emergencial para minimizar os efeitos da situação de calamidade pública no Estado do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Lei nº 20.328, de 18 de setembro de 2020*, do Poder Executivo</a>                                               | 21/09/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Prorroga a suspensão dos prazos administrativos para os usuários dos serviços públicos na SEDEST e IAT.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Resolução Conjunta nº 023/2020*, da SEDEST e o Instituto Água e Terra</a>                                       | 21/09/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Altera o Decreto nº 4.230/2020, estabelecendo que Caberá a Secretaria de Estado da Saúde - SESA, mediante edição de ato normativo próprio, estabelecer normas e procedimentos para a regulamentação da retomada das atividades no âmbito acadêmico. Ainda revoga o artigo 10A, que suspendeu as visitas e os embarques na Ilha do Mel. Bem como revoga o Decreto 4.260/2020, que suspendeu os deslocamentos e viagens a trabalho de servidores estaduais.                                                                                           | <a href="#">Decreto nº 5.692*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 21/09/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Institui o Programa "Felho no Paraná" e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Decreto nº 5.798*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 29/09/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Instituiu grupo de trabalho para a realização de estudos, estratégias e propostas afetas à Economia Solidária, com vista à retomada econômica do Estado pós pandemia provocada pela COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Decreto nº 5.879*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 09/10/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Revoga o Decreto nº 4.942/2020, que versa sobre medidas restritivas regionalizadas para o enfrentamento da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Decreto nº 5.882*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 09/10/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a realização de testes rápidos (ensaios imunocromatográficos) para a Covid-19 em farmácias privadas no Estado do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Lei nº 20.347, de 14 de outubro de 2020*, do Poder Executivo</a>                                                | 16/10/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Regulamenta o disposto nos arts. 1º, 2º, 3º, 10, 13 e 15 do Decreto Estadual nº 4.230, de 16 de março de 2020, para implementação e manutenção das medidas de enfrentamento à COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Resolução SESA nº 1268/2020*, da Secretaria da Fazenda</a>                                                      | 22/10/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Institui Comitê de Monitoramento das Medidas para o Enfrentamento da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Decreto nº 6.010*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 28/10/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Revoga o Decreto nº 4.263/2020. Este Decreto regulamenta o art. 12 do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, instituindo um plano de monitoramento de fronteiras e divisas, como medida para enfrentamento a Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Decreto nº 5.997*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 28/10/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Promove alterações no Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, condicionando a realização de eventos abertos ao público aos critérios que menciona.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Decreto nº 6.080*, do Poder Executivo</a>                                                                       | 06/11/2020 |
| ESTADUAL | GERAIS                               | Prorroga até 31/12/2020 a suspensão do pré-cancelamento e do cancelamento de ofício das inscrições no CAD/ICMS, e revoga a NPA nº 6/2020, que suspende, no âmbito da Receita Estadual do Paraná, o pré-cancelamento e o cancelamento de ofício da inscrição estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, no período e condições que especifica.                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Norma de Procedimento Administrativo nº 7/2020*, da Receita Estadual do Paraná</a>                              | 23/11/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre proibição provisória de circulação em vias públicas, como medida de enfrentamento à pandemia da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Decreto nº 6.284*, do poder Executivo</a>                                                                       | 02/12/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre a suspensão temporária da realização dos procedimentos cirúrgicos eletivos hospitalares, em face do surto expressivo de casos de COVID-19 no estado do Paraná, colocando em risco o número de vagas para leitos de UTI e enfermária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Resolução SESA nº 1412/2020*, da Secretaria da Saúde</a>                                                        | 02/12/2020 |
| ESTADUAL | COMBATE À PANDEMIA                   | Dispõe sobre vigência, flexibilização dos planos de trabalho das parcerias celebradas com repasses de recursos dos Fundos Públicos sob gestão da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, em decorrência da decretação do estado de calamidade pública provocado pela Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Lei nº 20.387, de 1 de dezembro de 2020*, do Poder Executivo</a>                                                | 07/12/2020 |

# Coordenação de Relações Governamentais

| MEDIDAS EM ÂMBITO MUNICIPAL |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                             |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| MUNICÍPIO                   | MEDIDA EMERGENCIAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | INSTRUMENTO NORMATIVO                                       |
| Curitiba                    | Medidas complementares para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 450</a>            |
|                             | Declara Situação de Emergência em Saúde Pública. Vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 421</a>            |
|                             | Determina os prazos de vigência das licenças, autorizações ambientais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 14</a>             |
|                             | Estabelece normas direcionadas aos agentes públicos municipais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 430</a>            |
|                             | Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus(COVID19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 100</a>           |
|                             | Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 248</a>           |
|                             | Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 22</a>            |
|                             | Dispõe sobre as condições e regras para a requisição de bens e serviços de assistência à saúde                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 407</a>            |
|                             | Requisição temporária de servidores municipais, pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito, para suprir necessidade excepcional de atendimento à população, enquanto perdurar a situação de emergência em saúde pública                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 476</a>            |
|                             | Decreta situação de emergência no Município de Curitiba, nos termos da Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais – para fins de prevenção e enfrentamento da COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 478</a>            |
|                             | Dispõe sobre a doação em dinheiro ao Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 506</a>            |
|                             | Altera o Decreto Municipal n.º 421, de 16 de março de 2020. Prorroga o prazo de suspensão no período de 13 de abril a 02 de maio de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 516</a>            |
|                             | Acresce o §6º ao artigo 3º do Decreto Municipal nº 430, de 18 de março de 2020. Fica autorizada a Secretaria Municipal da Saúde a expedir normas complementares para fins de adequação do disposto neste artigo às especificidades do trabalho a ser desempenhado no âmbito da Secretaria                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 517</a>            |
|                             | Dispõe sobre a doação de bens, direitos e serviços, a cessão de uso gratuita e o comodato pela iniciativa privada em favor do Município de Curitiba, a serem utilizados na prevenção e combate ao Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 477</a>            |
|                             | Dispõe sobre o Contingenciamento de Recursos para o exercício de 2020, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 02</a>           |
|                             | Medidas temporárias em decorrência da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 526</a>            |
|                             | Prorroga o prazo para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS Fixo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 524</a>            |
|                             | Autoriza a concessão de crédito alimentar ou cesta básica às famílias dos alunos da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 527</a>            |
|                             | Altera a rescisão dos parcelamentos em dívida ativa firmados de acordo com a Portaria nº 46/2018, em razão dos impactos da pandemia COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 022</a>           |
|                             | Estabelece medidas complementares e obrigatórias para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública. Orientações para os comércios e obrigatoriedade do uso de máscaras para a população.                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 01</a>           |
|                             | Instaura Grupo de Trabalho paritário, do COMTIBA durante o período de Situação de Emergência em Saúde Pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 070</a>          |
|                             | Revisa as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 109</a>           |
|                             | Dispõe sobre o funcionamento de unidades, equipamentos, programas e serviços públicos e de parceiras da Fundação de Ação Social – FAS, sobre as medidas de prevenção do novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa nº 04</a> |
|                             | Dispõe sobre o fornecimento de “kit alimentação” para os pais ou responsáveis das crianças e estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino, durante o período de Pandemia                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 604</a>            |
|                             | Altera a Portaria Conjunta nº 01 de 20/03/2020 que dispõe sobre o horário de funcionamento das unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de seus servidores, como medida de enfrentamento, prevenção e controle do novo coronavírus                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Atos dos Municípios</a>       |
|                             | Revoga o §3º do artigo 7º do Decreto Municipal n.º 421, de 16 de março de 2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 618</a>            |
|                             | Aprova ad referendum a Resolução SESA n.º 644/2020, habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, no exercício de 2020                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 15</a>           |
|                             | Aprova ad referendum a Resolução SESA n.º 647/2020, habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para aquisição de equipamentos para Unidade de Atenção Primária, no exercício de 2020.                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 16</a>           |
|                             | Aprova ad referendum a Resolução SESA n.º 631/2020, habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para aquisição de equipamentos para Unidade de Atenção Primária, no exercício de 2020.                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 17</a>           |
|                             | Aprova ad referendum a Resolução SESA n.º 648/2020, habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para Obras construção, instalação, ampliação, reforma e recuperação de Hospitais Municipais, no exercício de 2020.                                 | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 18</a>           |
|                             | Aprova ad referendum a Resolução SESA n.º 646/2020, habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para Obras de Reforma, Ampliação e/ou Construção de Unidades Básicas de Saúde – UBS, no exercício de 2020.                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 19</a>           |
|                             | Revoga o §3º do artigo 7º do Decreto Municipal n.º 421, de 16 de março de 2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 618</a>            |
|                             | Institui regras excepcionais para pagamento aos estabelecimentos de saúde contratados junto ao SUS Curitiba, em razão da declaração da situação de emergência em saúde pública pela municipalidade como forma de enfrentamento ao Novo Coronavírus - COVID19                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 02</a>           |
|                             | Aprova ad referendum a Resolução n.º 430, de 18 de março de 2020, e n.º 476, de 27 de março de 2020 à Fundação de Ação Social - FAS. Determina a aferição de temperatura corporal, obrigatória, de todas as pessoas que adentrem aos prédios da Câmara Municipal de Curitiba, inclusive servidores, terceirizados e fornecedores                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 23</a>           |
|                             | Define a aplicabilidade dos Decretos Municipais n.º 430, de 18 de março de 2020, e n.º 476, de 27 de março de 2020 à Fundação de Ação Social - FAS.                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 25</a>           |
|                             | Determinar a aferição de temperatura corporal, obrigatória, de todas as pessoas que adentrem aos prédios da Câmara Municipal de Curitiba, inclusive servidores, terceirizados e fornecedores                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 659</a>            |
|                             | Fixa a tarifa técnica de remuneração das Concessionárias dos serviços de transporte coletivo de passageiros de Curitiba.                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 115</a>           |
|                             | Dispõe sobre o exame das normas e procedimentos aplicados às medidas de natureza econômico-financeira instituídas pelo Regime Emergencial de Operação e Custeio do Transporte Coletivo para o enfrentamento econômico e social da emergência em saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, disciplinadas na Lei Municipal nº 15.627, de 05 de maio de 2020 e no Decreto Municipal nº 607, de 07 de maio de 2020 | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 13</a>           |
|                             | Aprova alterações no Regulamento dos Serviços de Transporte Individual de Passageiros - Táxi.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 03</a>           |
|                             | Prorroga até 30 de junho de 2020 a vigência da Portaria nº 109, de 30 de abril de 2020, que Revisa Revisa as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde(OMS).                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 688</a>            |
|                             | Estabelece que os autorizatários do serviço de transporte individual de passageiros - táxi podem atuar como colaboradores de outros autorizatários                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 127</a>           |
|                             | Excepcionaliza, em razão da pandemia de COVID-19 (Covid-19), dispositivos do Decreto Municipal n.º 1.652, de 10 de dezembro de 2019, que regulamenta o Programa Municipal de Incentivo ao Esporte de Curitiba.                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Atos</a>                      |
|                             | Estabelece medidas complementares para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), para permitir a realização de eventos na modalidade drive-in                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 665</a>            |
|                             | Autoriza a suspensão, por 90 (noventa) dias, dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento dos agentes públicos municipais, ativos, aposentados e pensionistas, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 739</a>            |
|                             | Regulamenta a Lei Municipal n.º 15.634, de 14 de maio de 2020, que autoriza medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos, em face da situação de emergência decorrente do novo Coronavírus, autoriza o remanejamento de fundos especiais no âmbito do Município de Curitiba e dá outras providências.                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 748</a>            |
|                             | Estabelece medidas restritivas às atividades e serviços essenciais e não essenciais como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, de acordo com a situação epidêmica da COVID-19 e a situação de Risco Médio de Alerta – Bandeira Laranja – conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 764</a>            |
|                             | Estabelece medidas sanitárias complementares para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 774</a>            |
|                             | Revogar a Portaria Conjunta nº 02/2020 IPMCSMAP, incluir nova redação na Portaria Conjunta nº 01/2020 IPMC – SMAP e dar outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 796</a>            |
|                             | Altera o Decreto Municipal n.º 421, de 16 de março de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Portaria Conjunta nº 3</a>    |
|                             | Estabelece medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, de acordo com a situação epidêmica da COVID-19 e a situação de Risco Médio de Alerta - Bandeira Laranja - conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba.                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 779</a>            |
|                             | Estabelece medidas sanitárias complementares para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 820</a>            |
|                             | Revogar a Portaria Conjunta nº 02/2020 IPMCSMAP, incluir nova redação na Portaria Conjunta nº 01/2020 IPMC – SMAP e dar outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 796</a>            |
|                             | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 10.828,00, para reforço de dotação consignada no orçamento do FMAS, constante no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Portaria Conjunta nº 03</a>   |
|                             | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 20.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento do FMAS, constante no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 817</a>            |
|                             | Estabelece medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, de acordo com a situação epidêmica da COVID-19 e a situação de Risco Médio de Alerta - Bandeira Laranja - conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba.                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 816</a>            |
|                             | Dispõe sobre o remanejamento de R\$ 988.511,04, para reforço de dotação consignada no orçamento da FAS, constante no vigente orçamento                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 810</a>            |
|                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 828</a>            |

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                          |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 5.878.800,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento do FMAS, constantes no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 827</a>                         |
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 33.333.333,33, para reforço de dotação consignada no orçamento do FUC, constante no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 836</a>                         |
|       | Estabelece medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, de acordo com o Decreto n.º 4.942, de 30 de junho de 2020, do Governo do Estado do Paraná e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 870</a>                         |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas a atividades e serviços, de acordo com o Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020, do Governo do Estado do Paraná, para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 875</a>                         |
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 505.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento do FMS, constante no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 865</a>                         |
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 55.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 864</a>                         |
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 1.250.200,00, para reforço de dotação consignada no orçamento do FMS, constante no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 863</a>                         |
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 65.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento do FMS, constante no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 862</a>                         |
|       | Dispõe sobre a forma de atuação de atividades comerciais na Situação de Emergência de Saúde Pública decorrente do novo Coronavírus - (COVID19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 907</a>                         |
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 2.270.260,87, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 933</a>                         |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas a atividades e serviços, para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco Médio de Alerta - Bandeira Laranja, conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba.                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 940</a>                         |
|       | Altera o Decreto Municipal n.º 421, de 16 de março de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 958</a>                         |
|       | Altera o Decreto Municipal n.º 430, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 962</a>                         |
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 1.766.250,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento do FMCA, constantes no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 967</a>                         |
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 1.354.500,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento do FMPI, constantes no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 968</a>                         |
|       | Abre crédito adicional suplementar de R\$ 14.570,00, para reforço de dotação consignada no orçamento do FAAC, constante no vigente orçamento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 981</a>                         |
|       | Altera o Decreto Municipal n.º 940, de 21 de julho de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1045</a>                        |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas às atividades e serviços para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco de Alerta - Bandeira Amarela - conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba.                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1080</a>                        |
|       | Altera o vencimento das quotas mensais vencidas e prorroga o vencimento das quotas mensais vincendas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS Fixo (Autônomos e Sociedade de Profissionais), Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxa de Coleta de Lixo - TCL, no exercício de 2020, em decorrência da situação de emergência de saúde pública em virtude do Coronavírus (COVID-19)                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Lei Complementar nº 123</a>                |
|       | Dispõe sobre a prorrogação das datas de vencimento dos alvarás de localização e funcionamento dos estabelecimentos que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 15.672</a>                          |
|       | Altera o prazo de vigência do Regime Emergencial de Operação e Custeio do Transporte Coletivo para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, instituído pela Lei Municipal nº 15.627, de 5 de maio de 2020.                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 15.674</a>                          |
|       | Dispõe sobre medidas econômicas em virtude de prejuízos decorrentes de ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 15.675</a>                          |
|       | Estabelece o Protocolo Específico para o funcionamento das Feiras de Artesanato como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco de Alerta - Bandeira Amarela, e regulamenta o artigo 8º do Decreto Municipal n.º 1.080, de 17 de agosto de 2020.                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 08</a>                         |
|       | Orienta os profissionais sobre a organização do calendário escolar 2020, carga horária a ser cumprida e os procedimentos para a realização dos Conselhos de Classe a serem realizados pelas escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, durante o período de pandemia causada pela COVID-19.                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa nº 05</a>              |
|       | Altera o Decreto Municipal n.º 421, de 16 de março de 2020, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.128</a>                       |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas a atividades e serviços, para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco Médio de Alerta - Bandeira Laranja - com medidas intermediárias, conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba.                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.160</a>                       |
|       | Revoga a Portaria nº 40 que prorroga o prazo de suspensão do início de execução dos serviços da empresa GC Correa Produções e Eventos ME.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 55</a>                         |
|       | Revoga a portaria nº 07, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão de atividades e eventos da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 10</a>                         |
|       | Altera o Decreto Municipal n.º 1.160, de 4 de setembro de 2020, que Dispõe sobre medidas restritivas a atividades e serviços, para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco de Alerta - Bandeira Laranja - com medidas intermediárias, conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba, determinando a prorrogação do prazo previsto no artigo 18.             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.230</a>                       |
|       | Altera o Decreto Municipal n.º 421, de 16 de março de 2020, e dá outras providências, que suspende no período de 1 de outubro a 31 de outubro de 2020, das atividades presenciais desenvolvidas nas unidades educativas, inclusive aquelas de formação continuada e a semana de estudos pedagógicos das unidades.                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.259</a>                       |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas às atividades e serviços para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco de Alerta - Bandeira Amarela - conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.270</a>                       |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas às atividades e serviços para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco de Alerta - Bandeira Amarela - com medidas intermediárias, conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.350</a>                       |
|       | Prorroga o prazo previsto no artigo 19 do Decreto Municipal n.º 1.350, de 9 de outubro de 2020, que Dispõe sobre medidas restritivas às atividades e serviços para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco de Alerta - Bandeira Amarela - com medidas intermediárias, conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba.                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.420</a>                       |
|       | Da nova redação a Portaria nº 30, de 24 março de 2020 e estabelece novos procedimentos aos empreendedores de projetos aprovados no Programa de Apoio e Incentivo à Cultura, no âmbito da Fundação Cultural de Curitiba.                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 71</a>                         |
|       | Altera o Decreto Municipal n.º 421, de 16 de março de 2020, que Declara Situação de Emergência em Saúde Pública Vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.457</a>                       |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas às atividades e serviços para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco de Alerta - Bandeira Amarela - com medidas intermediárias, conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba.                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.490</a>                       |
|       | Prorroga o prazo previsto no artigo 19 do Decreto Municipal n.º 1.490, de 6 de novembro de 2020, que dispõe sobre medidas restritivas às atividades e serviços para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco de Alerta - Bandeira Amarela - com medidas intermediárias, conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba.                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.570</a>                       |
|       | Dispõe sobre medidas sanitárias complementares para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19), conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.580</a>                       |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas a atividades e serviços, para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco Médio de Alerta - Bandeira Laranja - com medidas intermediárias, conforme Protocolo de responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.600</a>                       |
|       | Altera o Decreto Municipal n.º 421, de 16 de março de 2020, e dá outras providências. Declara Situação de Emergência em Saúde Pública. Vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional.                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.601</a>                       |
|       | Estabelece o protocolo específico para o funcionamento das Feiras de Artesanato, como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco Médio de Alerta - Bandeira Laranja, e regulamenta o artigo 9º do Decreto Municipal n.º 1.600, de 27 de novembro de 2020.                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 14</a>                         |
|       | Estabelece o Protocolo Específico para o funcionamento das Feiras Livres como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco Médio de Alerta - Bandeira Laranja - com medidas intermediárias, e regulamenta o artigo 7º do Decreto Municipal n.º 1.600, de 27 de novembro de 2020                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 28</a>                         |
|       | Estabelece medidas complementares para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), de acordo com o quadro epidêmico e a situação de Risco Médio de Alerta - Bandeira Laranja - com medidas intermediárias, conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba, no Mercado Municipal, Mercado Regional Cajuru e Sacolões da Família, pertencentes à Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMS) | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 29</a>                         |
|       | Prorroga o prazo previsto no artigo 21 do Decreto Municipal n.º 1.600, de 27 de novembro de 2020, por mais 7 dias.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.630</a>                       |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas a atividades e serviços para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco Médio de Alerta - Bandeira Laranja, conforme Protocolo de Responsabilidade Sanitária e Social de Curitiba.                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.640</a>                       |
| Cambé | Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública. Vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 156</a>                         |
|       | Suspensão de estabelecimento e atividades no âmbito deste Município, ressalvados os serviços e atividades essenciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 169</a>                         |
|       | Suspensão, pelo prazo de 15 (dias) dias corridos dos serviços e atividades não essenciais e que não atendam às necessidades inadiáveis da população. Pode ser prorrogado                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 172</a>                         |
|       | Declara o Estado de Calamidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 202</a>                         |
|       | Fica mantida a prática do distanciamento social como forma de evitar a transmissão comunitária da COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 209</a>                         |
|       | Autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, em razão de situação de emergência e calamidade pública decorrentes da COVID-19, a distribuição de gêneros alimentícios, integrantes da merenda escolar.                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 217</a>                         |
|       | Altera o art. 2º do Decreto nº 167, de 20 de março de 2.020, que "Cria o Comitê de Crise COVID19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 219</a>                         |
|       | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 07</a> |
|       | Altera e inclui dispositivos ao Decreto nº 225, de 04 de maio de 2.020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 276</a>                         |
|       | Prorroga o prazo do Artigo 1º previsto na Portaria nº 10, de 23 de abril de 2020 que Dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19, no âmbito da Câmara Municipal de Cambé e dá outras providências.                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 12</a>                         |
|       | Dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19, no âmbito da Câmara Municipal de Cambé e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 14</a>                         |
|       | Fica alterado o horário de funcionamento das Repartições Públicas Municipais, a partir do dia 06 de julho de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 288</a>                         |
|       | Dispõe sobre medidas restritivas para o enfrentamento da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 358</a>                         |
|       | Altera e inclui dispositivos ao Decreto nº 225, de 04 de maio de 2.020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 402</a>                         |
|       | Determina as regras quanto ao uso dos espaços públicos no cemitério municipal e nas ruas ao seu entorno pela população e o comércio ambulante nos dias 01 e 02 de novembro de 2020 "Celebração da data consagrada de Todos os Santos e Finados" e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 435</a>                         |
|       | Estabelece medidas para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública. Poderão ser editados regulamentos para complementar as determinações constantes deste Decreto                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5157</a>                        |
|       | Declarada situação de emergência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5162</a>                        |
|       | Fica determinada a suspensão de estabelecimentos privados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5163</a>                        |
|       | Complementa e ratifica medidas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus (COVID-19), conforme especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5175</a>                        |
|       | Renova medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.193</a>                       |
|       | Renova as medidas para o enfrentamento da crise de saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.206</a>                       |
|       | Insere dispositivos no bojo no decreto nº 5.206 que renova as medidas de enfrentamento da crise de saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.210</a>                       |

|                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                            |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| Fazenda Rio Grande | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 07</a>   |
|                    | Regulamenta o parágrafo 3º do artigo 6º do decreto n. 5270 de 22 junho de 2020, conforme especifica e confere outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.272</a>                         |
|                    | Estabelece medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrente do Coronavírus, de acordo com o Decreto nº 4.942 de 30 de junho de 2020, do Governo do Estado do Paraná e dá outras providências.                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.284</a>                         |
|                    | Cria o Programa "Família Fazendense" no Município de Fazenda Rio Grande, e confere outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.288</a>                         |
|                    | Dispõe sobre as novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da infecção humana pela COVID-19, para os municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.304</a>                         |
|                    | Dispõe sobre a instituição do Plano Municipal de Contingência no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social para enfrentamento ao COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 006</a>                          |
|                    | Dispõe sobre as novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da infecção humana pela COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.331</a>                         |
|                    | Dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência do novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5364</a>                          |
|                    | Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da infecção pela COVID-19, estabelecendo medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da emergência.                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5412</a>                          |
|                    | Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública. Poderão ser editados regulamentos para complementar as determinações constantes deste Decreto. Artigos dessa norma foram revogados. Até o dia 11 de Abril.                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8444</a>                          |
| Campo Mourão       | Decreta situação de emergência em saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8450</a>                          |
|                    | Declara estado de calamidade pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8469</a>                          |
|                    | Decreta situação de emergência em saúde pública no Município de Campo Mourão, institui o Comitê Municipal de Acompanhamento do Coronavírus (COVID-19) e o Comitê Municipal de Gestão de Crise para enfrentamento da situação, dispõe sobre medidas para enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8468</a>                          |
|                    | Acresce e altera dispositivos, bem como prorroga o prazo previsto no Decreto nº 8.468                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8475</a>                          |
|                    | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo 05/2020</a> |
|                    | Flexibiliza a abertura do comércio e demais atividades, mediante restrições, estabelece novas medidas de enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) no Município de Campo Mourão, revoga os Capítulos IV e V do Decreto nº 8.468, de 04 de abril de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8477</a>                          |
|                    | Determina a realização de Audiência Pública referente ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2021 através Live.                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.494</a>                         |
|                    | Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 8.477, de 16 de abril de 2020, que flexibiliza a abertura do comércio e demais atividades, mediante restrições, estabelece novas medidas de enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) no Município de Campo Mourão, revoga os Capítulos IV e V do Decreto nº 8.468, de 04 de abril de 2020, e dá outras providências.                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.496</a>                         |
|                    | Acresce dispositivo ao Decreto nº 8.468, de 04 de abril de 2020, que decreta situação de emergência em saúde pública no Município de Campo Mourão, institui o Comitê Municipal de Acompanhamento do Coronavírus (COVID-19) e o Comitê Municipal de Gestão de Crise para enfrentamento da situação, dispõe sobre medidas para enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências. | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.495</a>                         |
|                    | Revogar temporariamente o Art. 22 da Resolução Nº02/2018 deste conselho                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 010</a>                         |
|                    | Dispõe sobre o funcionamento de feiras livres, feira do produtor e feira da Economia Criativa, mediante restrições, no Município de Campo Mourão, durante o período de emergência em saúde pública, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.497</a>                         |
|                    | Dispõe sobre o funcionamento do Terminal Rodoviário Estanislau Gurginski, mediante restrições, no Município de Campo Mourão, durante o período de emergência em saúde pública, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.504</a>                         |
|                    | Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 8.477, de 16 de abril de 2020, e alterações, que flexibiliza a abertura do comércio e demais atividades, mediante restrições, estabelece novas medidas de enfrentamento do Coronavírus                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.500</a>                         |
|                    | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 05.</a>  |
|                    | Altera o Capítulo I (Dos Serviços Públicos) do Decreto nº 8.477, de 16 de abril de 2020, e alterações, que flexibiliza a abertura do comércio e demais atividades, mediante restrições, estabelece novas medidas de enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) no Município de Campo Mourão, revoga os Capítulos IV e V do Decreto nº 8.468, de 04 de abril de 2020, e dá outras providências.     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.510</a>                         |
|                    | Instituir a Comissão Intersetorial Aberta e Provisória do Plano de Contingência sobre a População de Rua.                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 12/2020</a>                     |
|                    | Dispõe sobre a realização de missas, cultos e reuniões religiosas, sobre o funcionamento de serviços de alimentação, mediante restrições, no Município de Campo Mourão, durante o período de emergência em saúde pública, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.518</a>                         |
|                    | Acrescentar ao Calendário das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Campo Mourão, fixado mediante a Instrução Normativa nº 01/2020, a realização de Sessões Ordinárias nos dias 27 e 28 de julho de 2020.                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa nº 02</a>                |
|                    | Altera dispositivos do Decreto nº 8.468, de 04 de abril de 2020, que decreta situação de emergência em saúde pública no Município de Campo Mourão, institui o Comitê Municipal de Acompanhamento do Coronavírus (COVID-19) e o Comitê Municipal de Gestão de Crise para enfrentamento da situação, dispõe sobre medidas para enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.534</a>                         |
|                    | Altera e revoga dispositivos do Decreto nº 8.477, de 16 de abril de 2020, que flexibiliza a abertura do comércio e demais atividades, mediante restrições, estabelece novas medidas de enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) no Município de Campo Mourão, revoga os Capítulos IV e V do Decreto nº 8.468, de 04 de abril de 2020, e dá outras providências.                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.535</a>                         |
|                    | Altera dispositivo do Decreto nº 8.516, de 08 de maio de 2020, que institui Comitê de Acompanhamento das Dispensas de Licitação e demais Processos Licitatórios realizados pelo Município de Campo Mourão, para aquisição de materiais e/ou serviços relacionados ao Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.536</a>                         |
|                    | Altera dispositivo do Decreto nº 8.516, de 08 de maio de 2020, que institui Comitê de Acompanhamento das Dispensas de Licitação e demais Processos Licitatórios realizados pelo Município de Campo Mourão, para aquisição de materiais e/ou serviços relacionados ao Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.537</a>                         |
|                    | Dispõe sobre o recesso das repartições públicas municipais no dia 12 de junho de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.560</a>                         |
|                    | Estabelece normas para a realização de atividades não presenciais, em caráter excepcional, durante o período de interrupção de aulas presenciais, em decorrência da pandemia causada pela COVID-19.                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Resolução SECED n.º 01/2020</a>              |
|                    | Estabelece medidas restritivas como mecanismo de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrente do novo Coronavírus, de acordo com a situação epidêmica da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.568</a>                         |
|                    | Estabelece, pelo prazo compreendido entre os dias 10 a 26 de julho de 2020, medidas adicionais como mecanismo de enfrentamento da pandemia decorrente do novo Coronavírus, de acordo com a situação epidêmica da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.608</a>                         |
|                    | Cria o Fundo Emergencial de Combate à COVID-19 - FECC, destinado ao enfrentamento dos efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 4.136</a>                             |
|                    | Autoriza o Poder Legislativo de Campo Mourão a manter todos os pagamentos em sua integralidade às empresas que mantêm contratos de prestação de serviços continuados, durante o estado de emergência nacional ocasionado pelo Coronavírus SARS-CoV-2, responsável pelo surto da COVID-19, e dá outras providências.                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 4.138</a>                             |
| Francisco Beltrão  | Consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 8.628</a>                             |
|                    | Regulamenta normas específicas para o serviço público nos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Campo Mourão durante a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 8.629</a>                             |
|                    | Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 8.628, de 30 de julho de 2020, que consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8681</a>                          |
|                    | Altera dispositivo do Decreto nº 8.628, de 30 de julho de 2020, que consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8673</a>                          |
|                    | Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 8.628, de 30 de julho de 2020, que consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8681</a>                          |
|                    | Autoriza a abertura de salões de festas infantis (buffets) e a locação e uso de brinquedos durante o período da pandemia decorrente da COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.694</a>                         |
|                    | Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 8.628, de 30 de julho de 2020, que consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.710</a>                         |
|                    | Determina medidas administrativas para contenção de gastos, fixa diretrizes e restrições para a redução e otimização das despesas, constitui a comissão de acompanhamento e avaliação dos gastos públicos no Município de Campo Mourão e dá outras providências                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.714</a>                         |
|                    | Revoga dispositivo do Decreto nº 8.628, de 30 de julho de 2020, e alterações, que consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.719</a>                         |
|                    | Suspende, por prazo determinado, os procedimentos cirúrgicos eletivos hospitalares nos prestadores de serviços que atuam na estratégia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, com demanda de terapia intensiva no pós-operatório e/ou em pacientes sob anestesia geral.                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.719</a>                         |
|                    | Decreta situação de emergência. Poderão ser editados regulamentos para complementar as determinações constantes deste Decreto                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 156</a>                           |
|                    | Medidas para o enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 146</a>                           |
|                    | Situação de emergência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 156</a>                           |
|                    | Altera o Decreto n.º 156 de 19 de março de 2020 que "decreta situação de emergência no Município de Francisco Beltrão e define medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19)" – Decreto revogado pelo Decreto nº 162                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 161</a>                           |
|                    | Proíbe o atendimento presencial em instituições financeiras e cooperativas de crédito                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder executivo   Decreto nº 164</a>                           |
|                    | Diretrizes obrigatórias para o enfrentamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 189</a>                           |
| Cianorte           | Abre crédito adicional extraordinário no orçamento do Município de Francisco Beltrão para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública em saúde                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 194</a>                           |
|                    | Dispõe sobre a aprovação, ad referendum do CMAS, do Termo de Adesão e do Plano de Ação referente ao Incentivo Benefício Eventual COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 005/2020</a>                      |
|                    | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 05.</a>  |
|                    | Prorroga até 30 de abril a determinação do toque de recolher em Cianorte, entre as 21h30 à 5h                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 63/2020</a>                       |
|                    | Fica declarado o estado de calamidade pública no Município de Cianorte, para todos os fins de direito, objetivando o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19)                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 62/2020</a>                       |
|                    | Declarada situação de emergência em Saúde Pública. Não há prazos para a revogação da norma.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 042</a>                           |
|                    | Suspensas por tempo indeterminado as aulas nos Centros de Educação Infantil e Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Cianorte. Não há prazos para a revogação da norma.                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 41</a>                            |
|                    | Fica estabelecida a obrigação do uso massivo de máscaras                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 073</a>                           |
|                    | O art. 6º do Decreto Municipal nº 58, de 31 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação. Estabelecido toque de recolher                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 079</a>                           |
|                    | Ficam consolidadas por meio do presente Decreto as normas que regulam medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 080</a>                           |
|                    | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 05.</a>  |
|                    | Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Normativo nº 001</a>                         |
|                    | 1                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 84</a>                            |
|                    | Abre crédito extraordinário no valor de R\$ 2.264.325,85 para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 176</a>                           |
|                    | Ficam consolidadas por meio do presente Decreto as normas editadas pelo Poder Executivo Municipal que regulam medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), com a finalidade de impedir a sua propagação no território do Município de Cianorte.                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 178</a>                           |
|                    | Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Normativa nº 003</a>                         |
|                    | Ficam consolidadas por meio do presente Decreto as normas editadas pelo Poder Executivo Municipal que regulam medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), com a finalidade de impedir a sua propagação no território do Município de Cianorte.                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 203</a>                           |
|                    | Decretado estado de emergência. Vigorará enquanto durar o estado de emergência, nos termos da Lei Federal nº 13.979, de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26561</a>                         |
|                    | Declara o Estado de Calamidade Acrescenta os parágrafos § 1º § 2º § 3º §4º e § 5º no artigo 11.                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26.567</a>                        |
|                    | alterada a redação do art. 12 e acrescenta os artigos 13, 14, 15, 16 e 17 no Decreto Municipal n.º 26.557.                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26.612</a>                        |



|                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                       |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Telêmaco Borba | Altera o inciso XI, retifica o inciso XVIII e acrescenta os incisos XIX e XX ao §5º do artigo 11 do Decreto 26.557 de 18 de março de 2020, conforme redação do Decreto 26.612 bem como altera o referido §5º                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26.633</a>                                                   |
|                | Acrescenta os parágrafos §1º, §2º, §3º, §4º e §5º no artigo 11, alterada a redação do art. 12 e acrescenta os artigos 13, 14, 15, 16 e 17 no decreto Municipal nº 26.557                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26.612</a>                                                   |
|                | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2020</a>                         |
|                | Normas e procedimentos a serem adotados pelas igrejas, templos religiosos e afins                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26.637</a>                                                   |
|                | Autoriza, em caráter excepcional, o atendimento presencial nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil para entrega de kits de alimentos e de atividades pedagógicas impressas às famílias dos estudantes da Rede Municipal de Ensino, bem como a emissão de documentos e realização de matrículas em caráter emergencial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26.655</a>                                                   |
|                | Nomeia o Comitê de Gestão Orçamentária                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 4.397</a>                                                   |
|                | Dispõe sobre a prorrogação da data de vencimento dos impostos municipais e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Lei Complementar nº 080</a>                                             |
|                | Suspende a segunda vistoria semestral dos veículos utilizados no transporte escolar                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26.746</a>                                                   |
|                | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção pela COVID-19, no município de Telêmaco Borba                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26.742</a>                                                   |
|                | Autoriza a utilização de veículos do transporte escolar durante a situação de Emergência de Saúde, para fins de transporte de trabalhadores, mediante contratos específicos com empresas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 26.776</a>                                                   |
|                | Trata de orientações para retomada das atividades pedagógicas presenciais nas instituições escolares públicas municipais e particulares com segurança                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Deciliberação nº 01.2020</a>                                            |
|                | Suspensas atividades de estabelecimentos privados. Não há prazos para a revogação da norma.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº</a>                                                          |
|                | Prorroga o prazo para pagamento de tributos municipais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 770.2020</a>                                                 |
|                | Altera o Decreto nº 770/2020, que prorrogou o prazo para pagamento de tributos municipais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 775.2020</a>                                                 |
|                | Estabelece medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19), no âmbito do Município de Toledo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 772.2020</a>                                                 |
|                | Altera o Decreto 772/2020, que estabelece medidas para o enfretamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 773.2020</a>                                                 |
|                | Decreta situação de emergência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 758</a>                                                      |
|                | Decreta estado de calamidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 780</a>                                                      |
|                | Estabelece medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia provocada                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 788</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 788/2020, que estabeleceu medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 792</a>                                                      |
|                | Define o horário de funcionamento dos estabelecimentos de comércio varejista e de prestação de serviços, no Município de Toledo, para o dia 25 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 790</a>                                                      |
|                | Estabelece orientações e normas para organização do trabalho administrativo e pedagógico nas instituições de ensino municipais durante o período de pandemia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa nº 08.2020</a>                                      |
|                | Altera o Decreto nº 788/2020, que estabeleceu medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 798</a>                                                      |
|                | Estabelecer orientações para a realização das atividades pedagógicas não presenciais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, das instituições públicas de ensino do município de Toledo/Paraná, em decorrência da pandemia causada pela COVID -19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 01.2020</a>                                                |
|                | Altera dispositivos do Ato nº 26, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, no âmbito da Câmara Municipal de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Ato nº 28</a>                                                           |
|                | Estabelece normas relacionadas à homologação e à desconsideração de atestados médicos apresentados por servidores e empregados públicos municipais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa nº 001</a>                                          |
|                | Delibera pela aprovação da adesão e pela aprovação do Plano de Ação do Incentivo Benefício Eventual COVID-19 através da Resolução Ad Referendum nº 004/2020 - CEAS/IPR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 07</a>                                                     |
|                | Revoga dispositivos da Instrução Normativa – SMED 08/2020, e estabelece orientações e normas para organização do trabalho administrativo e pedagógico nas instituições de ensino municipais em razão da pandemia do coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa – SMED nº 09/2020</a>                               |
|                | Recomendação, em caráter de urgência, de adoção de medidas com o intuito de conter a propagação do Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Recomendação</a>                                                        |
|                | Recomenda ao COE como medidas de cuidados a saúde e combate a pandemia decorrente do COVID-19, os seguintes itens                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Recomendação nº 001</a>                                                 |
| Toledo         | Altera o Decreto nº 721/2020, que regulamento o lançamento e o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (CIP) e da Taxa de Coleta de Lixo (TCL), referentes ao exercício de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 844</a>                                                      |
|                | Revoga dispositivos da Instrução Normativa – SMED 09/2020, e estabelece orientações e normas para organização do trabalho administrativo e pedagógico nas instituições de ensino municipais em razão da pandemia do coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa – SMED nº 11/2020</a>                               |
|                | Estabelece novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 843</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas no âmbito de competência do Município de Toledo para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, institui infrações e penalidades e define o processo administrativo sanitário enquanto perdurar o estado de emergência ou de calamidade pública.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Lei "R" Nº 46</a>                                                       |
|                | Altera o Decreto nº 843/2020, que estabeleceu novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 853</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 843/2020, que estabeleceu novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 858</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 843/2020, que estabeleceu novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 872</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 843/2020, que estabeleceu novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 883</a>                                                      |
|                | Regulamenta, no âmbito do Município de Toledo, a Lei Federal nº 14.017/2020, relacionada a ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 888</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 843/2020, que estabeleceu novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 889</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 843/2020, que estabeleceu novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 890</a>                                                      |
|                | Estabelece novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 910</a>                                                      |
|                | Restringe o funcionamento de atividades/serviços não-essenciais, no âmbito do Município de Toledo, no período de 10 a 20 de setembro de 2020, visando à implementação de ações para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 918</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 918/2020, que restringiu o funcionamento de atividades/serviços não-essenciais, no âmbito do Município de Toledo, no período de 10 a 20 de setembro de 2020, visando à implementação de ações para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 923</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 910/2020, que estabeleceu novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 933</a>                                                      |
|                | Estabelece novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo. (Replicado)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 910</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 910/2020, que estabeleceu novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 939</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 936/2020, que estabeleceu normas e restrições relacionadas ao Dia de Finados, em virtude da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 948</a>                                                      |
|                | Altera o Decreto nº 910/2020, que estabeleceu novas medidas para a implementação das ações de enfrentamento da pandemia decorrente da propagação do vírus Sars-Cov-2, causador da patologia Covid-19, no âmbito do Município de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 957</a>                                                      |
|                | Estabelece orientações para os encaminhamentos finais do ano letivo de 2020 para a Rede Pública Municipal de Ensino de Toledo/PR.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 14/2020</a>                                                |
| Paranavai      | Altera o Ato nº 31, de 28 de junho de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, no âmbito da Câmara Municipal de Toledo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Ato nº 61</a>                                                           |
|                | Medidas temporárias e emergenciais de prevenção do contágio pelo Novo Coronavírus. Não há prazos para a revogação da norma.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 21.071</a>                                                   |
|                | Novas Recomendações: flexibilização para funcionamento do comércio                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 21.158</a>                                                   |
|                | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 07</a>                              |
|                | Autoriza a suspensão, por 90 (noventa) dias, dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Poder Executivo do Município de Paranavai e Fundacional do dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 21.241</a>                                                   |
|                | Estabelece critérios de funcionamento das feiras livres em logradouros públicos municipais durante o período de Pandemia da COVID-19 no Município de Paranavai, alterando os dias de autorização de funcionamento e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 21.354</a>                                                   |
|                | Estabelece medidas adicionais na adoção, no âmbito do Município de Paranavai, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção do contágio pelo Novo Coronavírus (SARS-Cov2), causador da COVID-19, bem como, recomendações e determinações no setor privado municipal e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 21.268</a>                                                   |
|                | Regulamenta o Art. 3º do Decreto Municipal 21.384, estabelecendo e atualizando os critérios e condições de funcionamento para todos as atividades previstas, consolidando às normativas anteriores, durante o período de Pandemia da COVID-19 no Município de Paranavai e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 897</a>                                                     |
|                | Prorroga e reedita a restrição contida no Decreto Municipal 21.448/2020, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, no âmbito do Município de Paranavai                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 21.487</a>                                                   |
|                | Medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública. Não há prazos para a revogação da norma.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 173</a>                                                      |
| Arapongas      | Medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública. Não há prazos para a revogação da norma.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 170</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre retorno gradual das atividades comerciais suspensas ou restritas por meio dos Decretos Municipais publicados para o enfrentamento da emergência: Obriga o uso de máscaras                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 208</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre o retorno gradual das atividades empresariais e comerciais com medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 215</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre o retorno gradual das atividades com medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 216</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e manutenção das medidas de enfrentamento previstas no Decreto nº 218                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 224</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre o retorno gradual das atividades com medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública. Retorno de academias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 218</a>                                                      |
|                | Declara estado de calamidade pública no Município de Arapongas, Estado do Paraná, em virtude dos problemas de saúde pública e econômicos gerados pelo enfrentamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 240</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e manutenção das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 246</a>                                                      |
|                | PRORROGAR, até a data de 30 de abril de 2021, os Atestados de Inscrição, bem como os Atestados de Registro, emitidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com vencimento no exercício de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA</a> |
|                | Fica instituído, no Município de Arapongas, de forma extraordinária, em caráter emergencial e temporário, o Auxílio Alimentação Emergencial, que será concedido, na forma de "cesta básica emergencial", aos indivíduos e/ou famílias que se população que dele necessite, objetivando o acesso à alimentação básica, com reflexo no fortalecimento e/ou manutenção da imunidade dos indivíduos, como forma de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) rápido e urgente, de situações de riscos, perdas e danos ao acesso ao direito à alimentação, tendo em vista a situação emergencial peculiar causada pela pandemia de coronavírus (COVID19), seja pela contaminação e desenvolvimento da doença, seja pelos reflexos negativos que as ações de enfrentamento à disseminação da contaminação ocasionem, de maneira direta ou indireta, bem como a necessidade de prestar o auxílio emergencial necessário, à parcela daoncentrem em situação de vulnerabilidade social, residentes no Município de Arapongas, para enfrentamento. | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 284</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre a prorrogação de vencimento do IPTU, Taxas de Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços e outros, e ISSQN de Profissionais Qualificados, todos referentes ao exercício de 2020, indicados na Portaria Municipal nº. 553, de 09 de dezembro de 2019.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 289</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre retorno gradual das atividades suspensas ou restritas por meio dos Decretos Municipais publicados para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 290</a>                                                      |
|                | Dispõe sobre o retorno gradual das atividades com medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 302</a>                                                      |
|                | Determinar novas regras referentes à realização de velórios no Município                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 212</a>                                                      |

|                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                               |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
|                | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e manutenção das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 340</a>                              |
|                | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e manutenção das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 313</a>                              |
|                | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública no município.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Projeto de Decreto Legislativo nº 11</a>        |
|                | Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo Municipal a manter os pagamentos, durante o estado de emergência nacional pelo coronavírus (COVID-19), às empresas que mantêm contratos de prestação de serviços continuados com a Administração Pública Municipal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Legislativo   Lei nº. 4.897</a>                             |
|                | Dispõe sobre alteração do Art. 5º do Decreto nº 290/20, de 19 de maio de 2020, que dispõe sobre retorno gradual das atividades suspensas ou restritas por meio dos Decretos Municipais publicados para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 360</a>                              |
|                | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e manutenção das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 390</a>                              |
|                | Dispõe sobre as propostas de alteração à legislação da revisão do Plano Diretor do Município de Arapongas e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 392</a>                              |
|                | Determinar que a benção final não mais será realizada nas capelas no interior das empresas funerárias, e sim no interior do Cemitério Municipal na área próxima ao ossário, com a presença de não mais que 20 (vinte) pessoas, por um período máximo de 10 minutos, sem abertura da uma funerária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 254</a>                             |
|                | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e manutenção das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 449</a>                              |
|                | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e manutenção das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 464</a>                              |
|                | Dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 473</a>                              |
|                | Dispõe sobre retorno gradual das atividades comerciais suspensas ou restritas por meio dos Decretos Municipais publicados para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 537</a>                              |
|                | Dispõe sobre a aplicabilidade dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Cultura/Secretaria Especial da Cultura/Ministério do Turismo em atendimento à Lei Nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc) no município de Arapongas-PR.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 637</a>                              |
|                | Ativar o Centro de Operações em Emergências- COE, com o objetivo de definir as estratégias e procedimentos na esfera municipal para o enfrentamento da situação epidemiológica atual do 2019-nCoV, com a finalidade de reduzir os potenciais impactos do evento, por meio de uma resposta coordenada, eficaz, eficiente e oportuna.                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Plano de Contingência</a>                       |
|                | Dispõe sobre retorno gradual das atividades suspensas ou restritas por meio dos Decretos Municipais publicados para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 716</a>                              |
| Pato Branco    | Dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 474</a>                              |
|                | Estabelece, no âmbito do Município de Pato Branco, medidas para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19). Esse Decreto poderá ser alterado e prorrogado, de acordo com a necessidade e o interesse público.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.631</a>                            |
|                | Estabelece, no âmbito do Município de Pato Branco, medidas para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19). Esse Decreto poderá ser alterado e prorrogado, de acordo com a necessidade e o interesse público.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.632</a>                            |
|                | Estabelece, no âmbito do Município de Pato Branco, medidas para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19). Esse Decreto poderá ser alterado e prorrogado, de acordo com a necessidade e o interesse público.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.640</a>                            |
|                | Estabelece, no âmbito do Município de Pato Branco, medidas para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19). Esse Decreto poderá ser alterado e prorrogado, de acordo com a necessidade e o interesse público.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.641</a>                            |
|                | Declara Situação de Calamidade Pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8663</a>                             |
|                | Estabelece o funcionamento da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, mediante a modalidade de deliberação remota durante a emergência de saúde pública relacionada à pandemia do Covid-19 e semelhantes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 1</a>                              |
|                | Altera dispositivos do Decreto nº 8.641, de 20 de março de 2020, que Declara Situação de Emergência e define outras medidas de enfrentamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.646</a>                            |
|                | Inclui a Educação Infantil no Regime Especial de atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.701</a>                            |
|                | Proíbe a circulação de pessoas nas vias públicas do Município de Pato Branco, por tempo indeterminado, a partir de 20 de junho de 2020, das 22:00 às 06:00 horas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.713</a>                            |
| Joaquim Távora | Institui os Direitos de Liberdade Econômica e dispõe sobre a regulamentação da classificação de risco das atividades econômicas para fins de Licenciamento Municipal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.688</a>                            |
|                | Concede Adicional de Insalubridade a servidores envolvidos diretamente no combate ao COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.794</a>                            |
|                | Altera o Decreto nº 8.713, de 19 de junho de 2020, alterado pelo Decreto nº 8.776, de 1º de outubro de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.801</a>                            |
|                | Proíbe o ingresso de crianças em estabelecimentos comerciais, como medida complementar para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19), no âmbito do Município de Pato Branco, PR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.723</a>                            |
|                | Declarada Situação de Emergência. Não há prazos para revogar essa norma.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº</a>                                  |
|                | Declara situação de Emergência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto</a>                                     |
|                | Recomendação Administrativa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Recomendação Administrativa</a>                 |
|                | Determina a suspensão dos efeitos do decreto 3.580/2020, que auto, que libera atividades do comércio com restrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.584</a>                            |
|                | Declaração de Dispensa Licenciamento Ambiental                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Dispensa de Licitação</a>                       |
|                | Estabelece critérios para as atividades não elencadas como essenciais nos decretos federal (decreto nº 10.282) e estadual (decreto nº 4.317/20), fica permitida a comercialização de seus produtos somente por meio do sistema de entrega em domicílio, desde que seja compatível com a atividade comercial.                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.588</a>                            |
| Londrina       | Regulamenta as atividades de comércio de alimentos no Município de Joaquim Távora, como medida de enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.590</a>                            |
|                | Dispõe sobre a instituição de novas medidas de prevenção à disseminação do Coronavírus (COVID-19) a partir de 06 de outubro de 2020 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.624</a>                            |
|                | Altera as disposições do Decreto 3.624/2020 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.626</a>                            |
|                | Prorroga prazo das medidas restritivas às atividades e serviços essenciais e não essenciais como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, de acordo com a situação epidêmica da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.602</a>                            |
|                | Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública. Fica revogado o § 3º do art. 2º do Decreto nº 346. Não há datas para revogar o decreto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 361</a>                              |
|                | Decreta situação de emergência. Prorrogado até o dia 12/04.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 346</a>                              |
|                | Dispõe sobre as normas para a regulamentação das atividades e estudos escolares não presenciais da Educação Básica ofertada no município de Londrina                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">CMEL – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA</a>             |
|                | Fica contingenciado, o montante de R\$ 35.190.555,00 constante da Lei Municipal nº 12.990                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 448</a>                              |
|                | Dispõe sobre a aprovação da Adesão e do Plano de Ação 2020 referentes ao cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social - Incentivo Benefício Eventual COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 017</a>                            |
|                | Estabelece obrigatoriedade de uso de máscaras pela população                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 457</a>                              |
| Londrina       | Estende o prazo da situação de emergência decretada no Município de Londrina                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 458</a>                              |
|                | Estabelece condições para retomada do funcionamento dos estabelecimentos industriais e da construção civil no Município de Londrina e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 459</a>                              |
|                | Reestima a Receta Previsita; inclui Fonte de Recursos; abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação; e altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 464</a>                              |
|                | Estabelece o Benefício Eventual Emergencial, excepcionalmente                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 416</a>                              |
|                | Estabelece o Benefício Eventual Emergencial, excepcionalmente, durante situação de emergência ocasionada pela pandemia do coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 449</a>                              |
|                | Instaura o Comitê de Crise para adoção de medidas de enfrentamento ao Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 026</a>                            |
|                | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2020</a> |
|                | Estabelece normas de retorno gradativo dos estagiários, em observância às medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 540</a>                              |
|                | Estende a situação de emergência decretada no Município de Londrina e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 541</a>                              |
|                | Estabelece medidas restritivas específicas aos shopping centers e reconhece a identidade entre os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços instalados em galerias e centros comerciais com aqueles localizados nas ruas do Município e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 558</a>                              |
| Londrina       | Dispõe sobre normas de retorno gradativo ao trabalho presencial dos servidores públicos municipais, lotados na Secretaria Municipal de Cultura, aos próprios públicos para a continuidade das medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e das outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Portaria SMC-GAB nº 7</a>                       |
|                | Delibera sobre a utilização de recursos do IGD-PBF para realização de pagamento de horas extras –Mutirão do Cadastro Único                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº. 019/2020 – CMAS</a>               |
|                | Dispõe sobre alteração do prazo à que se refere o 2º do art. 1º do Decreto Municipal 848/2012, enquanto perdurar a situação de emergência no Município de Londrina.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 516</a>                              |
|                | Prorroga a vigência do Decreto nº 541, de 04 de maio de 2020 e do Decreto nº 558, de 07 de maio de 2020 e das outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 580</a>                              |
|                | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 09</a>      |
|                | Possibilitar a Incorporação ou Confissão de Dívida das parcelas vencidas no período de dias, a contar de 23 de Março de 2020, ao saldo devedor do financiamento, com a exclusão/redução das taxas de expediente, mediante requerimento do interessado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 08</a>                             |
|                | Aprova o valor de até R\$430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) provenientes da fonte de recursos 900 do FMDI, referente à destinação do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs) para suprir as instituições de longa permanência para idosos filantrópicas e conveniadas com a Prefeitura Municipal de Londrina.                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 013</a>                            |
|                | Autoriza a captação de recursos do imposto de renda devido de pessoas físicas e jurídicas, por meio do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Londrina, para a viabilização do projeto "Plano de Auxílio Emergencial do CMDI/FMDI às ILPIs Filantrópicas de Londrina para o Enfrentamento da Pandemia COVID-19", no valor de R\$430.088,90 (quatrocentos e trinta mil, oitenta e seis reais e noventa centavos) com o objetivo de auxiliar as instituições de longa permanência para idosos filantrópicas do município de Londrina com as despesas urgentes e não previstas decorrentes da pandemia. | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 014</a>                            |
|                | Estabelece a prorrogação do prazo de realização da declaração de bens e valores.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 660</a>                              |
|                | Prorroga vigência do Decreto Municipal nº 541, de 04 de maio de 2020 e do Decreto Municipal nº 558, de 07 de maio de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 653</a>                              |

|  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                            |
|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
|  | Estabelece novas medidas de proteção à saúde e à vida da população no Município de Londrina para enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.049</a>                         |
|  | Prorroga a vigência do Decreto Municipal nº 834, de 19 de julho de 2020. Restabelece as medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e de proteção à saúde e à vida da população no Município de Londrina e dá outras providências e dá outras providências.                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.091</a>                         |
|  | Estende as medidas de proteção à saúde e à vida da população no Município de Londrina para enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.110</a>                         |
|  | Dispõe sobre a prorrogação do prazo para escrituração e entrega da Declaração Mensal de Serviços- DMS, e do vencimento do ISSQN das competências Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2020.                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.050</a>                         |
|  | Altera o Decreto Municipal nº 834, de 19 de julho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.111</a>                         |
|  | Autoriza o uso de videoconferência para as licitações presenciais no âmbito do município de Londrina como medida de enfrentamento e prevenção ao coronavírus (COVID-19) .                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.115</a>                         |
|  | Estabelece medidas para retomada de cursos livres e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.142</a>                         |
|  | Estabelece novas medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e de proteção à saúde e à vida da população no Município de Londrina e dá outras providências                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.161</a>                         |
|  | Estabelece novas medidas de restrição para utilização de áreas comuns em condomínios e locais públicos e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.162</a>                         |
|  | Estabelece novas medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e de proteção à saúde e à vida da população no Município de Londrina e dá outras providências.                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.161</a>                         |
|  | Estabelece novas medidas de restrição para utilização de áreas comuns em condomínios e locais públicos e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.162</a>                         |
|  | Estabelece medidas restritivas para realização de eventos como forma de enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e de proteção à saúde e à vida da população do Município de Londrina e dá outras providências                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.189</a>                         |
|  | Implanta o tipo processual SEI "VISA: Autorização para teste rápido do COVID-19 - farmácias e drogarias", no município de Londrina.                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.267</a>                         |
|  | Altera o Decreto nº 1.200, de 16 de agosto de 2018, que adotou as modalidades de parcelamento ordinário, em regime especial, simplificado e reparcelamento.                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.358</a>                         |
|  | Dá nova redação ao Parágrafo único do Art. 13 do Decreto nº 334, de 17 de março de 2020, que regulamenta medidas relativas às ações a serem coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente do coronavírus (COVID-19).                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 840</a>                           |
|  | Medidas adicionais aquelas dispostas nos Decretos nº 455 e 461, necessárias para o enfrentamento da Pandemia. Suspensão de atendimento de agências bancárias. Revogado parte que trata da excepcionalidade da suspensão dos serviços o §1º, do art. 3º do Decreto 445/2020 na relacionados ao Sistema Financeiro Nacional (Banco).                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 462</a>                           |
|  | Decretada situação de emergência. Revoga a alínea "a", Inciso VI, art. 6º do Decreto 436/2020. Não há prazo para revogação do decreto.                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 445</a>                           |
|  | Medidas adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente. As medidas previstas neste decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento. Não a data para a revogação do decreto.                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 436</a>                           |
|  | Medidas adicionais aos Decretos nº 445, 461 e 462. Não há prazos para a revogação do Decreto.                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 464</a>                           |
|  | Medidas adicionais aos Decretos nº 445. Mercados e Supermercados. Ficam revogados os artigos 12 e 13 do Decreto 445/2020. Não há prazos para a revogação do Decreto.                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 461</a>                           |
|  | Prorrogação para pagamento dos tributos municipais no âmbito do simples nacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 465</a>                           |
|  | Dispõe sobre o funcionamento de serviços e atividades, durante o período de emergência em saúde pública, conforme decreto nº 445/2020, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 502/2020</a>                      |
|  | Dispõe sobre o funcionamento de serviços e atividades durante a semana santa, durante o período de emergência em saúde pública, conforme decreto nº 445/2020                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 506/2020</a>                      |
|  | Medidas adicionais aquelas dispostas nos decretos nº 445/2020 e 461/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 544/2020</a>                      |
|  | Ficam suspensos, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, afastados os efeitos da mora, os vencimentos das seguintes dívidas vencidas, prorrogando-as                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.233</a>                         |
|  | Dispõe sobre o funcionamento de indústrias, durante o período de emergência em saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 546</a>                           |
|  | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da Lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo 05/2020</a> |
|  | Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Programa de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 548</a>                           |
|  | Regularizar e elucidar a prestação de serviço educacional no âmbito do município de Maringá, em razão de não ser o escopo das limitações de circulação de pessoas e de isolamento social a parada de plataformas digitais de ensino, ainda mais quando estas medidas se mostram de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde no combate ao COVID-19 | <a href="#">Poder Executivo   Portaria 037/2020</a>                        |
|  | Dispõe sobre o funcionamento de atividades essenciais e do funcionamento parcial das demais atividades, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus e dá outras providências                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 566</a>                           |
|  | Dispõe sobre o funcionamento de salões de beleza, barbearias, feiras livres e hotéis, durante o período de emergência em saúde pública, conforme decreto nº 445/2020 e seguintes, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 578</a>                           |
|  | Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa de 2020, aprovado pela Lei Municipal n.º 11.010, de 18 de dezembro de 2019                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 563</a>                           |
|  | Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa de 2020, aprovado pela Lei Municipal n.º 11.010, de 18 de dezembro de 2019.                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 564</a>                           |
|  | Recomendar a elaboração de planos de ações preventivas e de condutas institucionais com intuito de prevenir e conter a disseminação do COVID-19                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 038</a>                          |
|  | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da Lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 05</a>   |
|  | Realizar a transferência temporária do serviço de Emergência Psiquiátrica do Hospital Municipal Dra. Thelma Villanova Kasprowickz, para o Centro de Atenção Psicossocial III, localizado na Rua João José de Queiroz nº 650 – Bairro Jardim Ipanema                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 043</a>                          |
|  | Dispõe sobre a realização de missas, cultos e reuniões religiosas, sobre o funcionamento de shoppings, centros comerciais, galerias, serviços de alimentação e academias de ginástica durante o período de emergência em saúde pública, conforme decreto nº 445/2020 e seguintes, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19) e dá outras providências   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 637</a>                           |
|  | Suspende o calendário escolar e determina a antecipação do recesso de julho/2020 na rede pública municipal de ensino como medida de prevenção ao contágio do covid-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 640</a>                           |
|  | Dispõe sobre complementos ao decreto 637/2020 publicado durante o período de emergência em saúde pública, conforme decreto nº 445/2020, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19) e dá outras providências                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 663</a>                           |
|  | Definir o retorno das ações relacionadas abaixo, nos serviços de saúde próprios do município                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 050</a>                          |
|  | Dispõe sobre a prorrogação de prazos em processos administrativos municipais em razão da declaração de emergência em saúde pública, conforme decreto nº 445/2020, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19) e dá outras providências                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 677</a>                           |
|  | Fica autorizado o funcionamento de academias de ginástica e as academias dos condomínios, exceto clubes e associações recreativas, no horário das 06 às 21 horas, de segunda à sextas -feira, desde que observadas as seguintes medidas de segurança                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 049</a>                          |
|  | Dispõe sobre medidas adicionais aquelas dispostas no decreto nº 445/2020 que declarou situação de emergência em saúde pública, bem como aquelas dispostas nos demais atos que definem medidas para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 690</a>                           |
|  | Aprova Termo de Adesão ao Recurso Incentivo Benefício Eventual COVID – 19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 084</a>                         |
|  | Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Programa de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 693</a>                           |
|  | Altera a Lei Complementar Municipal n. 1.223/2020, que dispõe sobre medidas econômicas emergenciais a serem adotadas em virtude da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Maringá, e dá outras providências.                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Legislativo   Lei Complementar nº 1.225</a>              |
|  | Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Programa de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 695</a>                           |
|  | Dispõe sobre a alteração dos decretos municipais 566/202, 578/2020 e 690/2020 publicados durante o período de emergência em saúde pública, conforme decreto nº 445/2020, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19) e dá outras providências.                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 798</a>                           |
|  | Fica autorizado o funcionamento de academias de ginástica, as academias dos condomínios, escolas de natação, piscinas terapêuticas, artes marciais, danças e afins, exceto clubes e associações recreativas, no horário das 06 às 21 horas, de segunda à sexta-feira, desde que observadas as seguintes medidas de segurança                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 052</a>                          |
|  | Aprovar "Ad Referendum" o recurso no valor de R\$156.000,00 (Cento e cinquenta e seis mil), para custear o pagamento das bolsas auxílio das famílias acolhedoras.                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Resolução nº 030</a>                         |
|  | Dispõe sobre a prorrogação de prazo para requerimento de benefícios tributários durante o estado de emergência de que trata o decreto nº 445/2020, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19);                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 858</a>                           |
|  | Dispõe sobre a fruição de férias e outras medidas para os profissionais da área da saúde durante o período de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 874</a>                           |
|  | Dispõe sobre medidas adotadas para restringir a propagação do covid-19 para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 862</a>                           |
|  | Dispõe sobre a análise de produtividade para fins de aferição da Gratificação de Produtividade e Desempenho – GPD relativa ao cargo de Auditor Tributário e Agente Fiscal, durante o período de emergência em saúde pública para fins de enfrentamento da COVID-10                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 875</a>                           |
|  | Dispõe sobre atividades proibidas de funcionar nos dias 12 e 13 de junho; alterações no decreto municipal 798/2020 com reflexo nos decretos municipais 566/202, 578/2020 e 690/2020 publicados durante o período de emergência em saúde pública e outras medidas tomadas para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19) e dá outras providências.           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 856</a>                           |
|  | Dispõe sobre medidas relacionadas à análise e proposição de ações visando ao atendimento a setores impactados pela pandemia decorrente do coronavírus e objetivando a retomada econômica e social do município e de seus diversos segmentos                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 898</a>                           |
|  | Dispõe sobre a prorrogação dos prazos estabelecidos pelo decreto 862/2020 e outras medidas adicionais para o período de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 889</a>                           |
|  | O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de , Estado do Paraná, neste ato representado por Edson Luiz Cardoso Pereira, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de medidas para combate e prevenção ao COVID-19 (novo Coronavírus) e o Decreto nº 798/2020, que permite a realização das Audiências Públicas no Município                                      | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 9/2020 – igplam</a>              |
|  | Dispõe sobre medidas adicionais aquelas dispostas no decreto nº 445/2020 que declarou situação de emergência em saúde pública, bem como aquelas dispostas nos demais atos que definem medidas para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19).                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 006/2020-seide</a>               |
|  | Medidas restritivas da Secretária de Saúde de Maringá                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Portaria Nº 055/2020 – Saúde</a>             |
|  | Edital de chamamento público para apresentação de soluções inovadoras                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Edital de Chamamento Público</a>             |
|  | Dispõe sobre a prorrogação dos prazos estabelecidos pelos decretos 862/2020 e 889/2020 e outras medidas adicionais para o período de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 919</a>                           |
|  | Dispõe sobre medidas adicionais para o período de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 943</a>                           |
|  | A diretora superintendente da Maringá previdência – previdência dos servidores públicos municipais de Maringá, no uso de suas atribuições legais                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 100</a>                          |
|  | Dispõe sobre a prorrogação dos prazos estabelecidos pelos decretos 862/2020, 889/2020 e 919/2020 e outras medidas adicionais para o período de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid19) o prefeito do município de maringá, estado do paraná, no uso de suas atribuições legais.                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 952</a>                           |
|  | Altera os decretos nº 943, de 06 de julho de 2020 e nº 952, de 08 de julho de 2020, a respeito de medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 968</a>                           |
|  | Dispõe sobre orientações aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Municipal acerca dos procedimentos a serem adotados para a aquisição de bens e serviços para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa nº 07 - CGM</a>          |
|  | Dispõe sobre medidas adotadas para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.004</a>                         |
|  | Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 11.117</a>                            |
|  | Dispõe sobre medidas adicionais adotadas para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.016</a>                         |
|  | Institui o PLANO EMERGENCIAL DE APRENDIZAGEM NÃO PRESENCIAL a ser desenvolvido também pelos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede de Ensino de Maringá/PR, no período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus – COVID-19 e dá outras providências.                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.021</a>                         |
|  | Dispõe sobre medidas adicionais adotadas para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19) para a realização de eventos na modalidade drive in e digitais (lives)                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.053</a>                         |
|  | Dispõe sobre medidas adicionais adotadas para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.057</a>                         |
|  | Dispõe sobre prorrogação de prazos administrativos e medidas adicionais adotadas durante o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19).                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.164</a>                         |
|  | Fica autorizado o funcionamento de academias de ginástica, as academias dos condomínios, as academias de clubes e associações recreativas, escolas de natação, piscinas terapêuticas, artes marciais, danças e afins, exceto clubes e associações recreativas, no horário das 06 às 21 horas, de segunda a sexta-feira, desde que observadas as seguintes medidas de segurança           | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 070</a>                          |

Maringá

|               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                             |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Foz de Iguaçu | **** Republicação da Portaria - Fica autorizado o funcionamento de academias de ginástica, as academias dos condomínios, as academias de clubes e associações recreativas, escolas de natação, piscinas terapêuticas, artes marciais, danças e afins, no horário das 06 às 21 horas, de segunda a sexta-feira, desde que observados as seguintes medidas de segurança.                                                      | Poder Executivo   Portaria nº 070                           |
|               | Regulamenta o Decreto Municipal 566/2020 naquilo que compete, em especial a organização das feiras livres no âmbito do Município de Maringá, voltada para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                    | Poder Executivo   Portaria nº 08                            |
|               | Dispõe sobre prorrogação de prazos administrativos e medidas adicionais adotadas durante o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                  | Poder Executivo   Decreto nº 1.331                          |
|               | DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADICIONAIS ADOPTADAS DURANTE O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Poder Executivo   Decreto nº 1.360                          |
|               | Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais adotadas durante o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Poder Executivo   Decreto nº 1.572                          |
|               | Autorizar o funcionamento dos seguintes ambientes/estabelecimentos, conforme Decretos municipais, desde que observadas as medidas de segurança especificadas para cada seguimento destacadas                                                                                                                                                                                                                                | Poder Executivo   Portaria nº 118                           |
|               | Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais adotadas durante o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Poder Executivo   Decreto nº 1.572                          |
|               | Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais adotadas durante o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Poder Executivo   Decreto nº 1576                           |
|               | Dispõe sobre a adoção de projeto-piloto referente a jornada de trabalho 12h/60h no hospital municipal de Maringá.                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Poder Executivo   Decreto nº 1611                           |
|               | DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADOPTADAS PARA FINS DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Poder Executivo   Decreto nº 1817                           |
|               | Ficam instituídas medidas de restrição às atividades e serviços no âmbito do município de Maringá, de acordo com a situação epidêmica da COVID-19, que vigorarão de 01 de dezembro de 2020 a 13 de dezembro de 2020.                                                                                                                                                                                                        | Poder Executivo   Decreto nº 1840                           |
|               | Ficam instituídas medidas de restrição às atividades e serviços no âmbito do município de Maringá, de acordo com a situação epidêmica de COVID-19, que vigorarão de 2 de novembro de 2020 à 13 de dezembro de 2020                                                                                                                                                                                                          | Poder Executivo   Decreto nº 1858                           |
|               | Dispõe sobre as atividades de transporte individual de passageiros táxis, no município de Maringá.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Poder Executivo   Portaria nº 013                           |
|               | Medidas adicionais de controle, prevenção e fiscalização para enfrentamento da emergência em saúde pública. Sem previsão de revogação.                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Poder Executivo   Decreto nº 27.972                         |
|               | Institui o Programa de Microfinanças Foz Juro Zero.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Poder Executivo   Decreto nº 28.021                         |
|               | Plano para o segundo ciclo da contenção a covid-19 em foz do iguaçu                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Poder Executivo                                             |
|               | Termo de Responsabilidade Sanitária aos estabelecimentos que estão em funcionamento no âmbito do Município de Foz do Iguaçu, visando o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional                                                                                                                                                                                                            | Poder Executivo   Decreto nº 28.014                         |
|               | Obrigatoriedade dos hipermercados, supermercados, atacados e estabelecimentos similares a higienizar os carrinhos e os cestos de compras disponibilizados aos clientes e proíbe o transporte de crianças nos carrinhos de compras não equipados com assento específico                                                                                                                                                      | Poder Executivo   Lei nº 4.847                              |
|               | Declara Situação de Emergência ao controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Poder Executivo   Decreto nº 27.994                         |
|               | Decreta situação de calamidade pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Poder Executivo   Decreto nº 28.000                         |
|               | Altera o Decreto nº 27.994, de 25 de março de 2020, que "Consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu e Declara Situação de Emergência ao controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública                                                                                                                                                                                      | Poder Executivo   Decreto nº 28.020                         |
|               | Institui o Termo de Responsabilidade Sanitária aos estabelecimentos que estão em funcionamento no âmbito do Município de Foz do Iguaçu, visando o enfrentamento da emergência em saúde pública                                                                                                                                                                                                                              | Poder Executivo   Decreto nº 28.014                         |
|               | Altera dispositivos do Decreto nº 28.026, de 9 de abril de 2020, que define atividades que poderão retomar de forma gradual e monitorada, com assunção recíproca de responsabilidade sanitária                                                                                                                                                                                                                              | Poder Executivo   Decreto nº 28.032                         |
|               | Consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu e Declara Situação de Emergência ao controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública                                                                                                                                                                                                                                               | Poder Executivo   Decreto nº 27.994                         |
|               | Estabelece medidas econômicas no âmbito do Município, além das medidas implementadas em decorrência da Declaração de Situação de Emergência                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Poder Executivo   Decreto nº 27.993                         |
|               | Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hipermercados, supermercados, atacados e estabelecimentos similares a higienizar os carrinhos e os cestos de compras disponibilizados aos clientes e proíbe o transporte de crianças nos carrinhos de compras não equipados com assento específico.                                                                                                                                      | Poder Executivo   Lei nº 4.847/2020                         |
|               | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                          | Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo 05/2020  |
|               | Autoriza a utilização, mediante Créditos Orçamentários Adicionais, de recursos vinculados legalmente a outras finalidades, inclusive do superávit financeiro e os decorrentes de operações de crédito, conforme específica                                                                                                                                                                                                  | Poder Executivo   Lei nº 4.850                              |
|               | Altera o Decreto nº 28.021, de 6 de abril de 2020 que "Regulamenta a Lei nº 4.829, de 20 de dezembro de 2019, que Institui o Programa de Microfinanças Foz Juro Zero."                                                                                                                                                                                                                                                      | Poder Executivo   Decreto nº 28.054                         |
|               | Consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública. Regula o funcionamento de serviços privados                                                                                                                                                                                                                                   | Poder Executivo   Decreto nº 28.055                         |
|               | Medidas do plano de contenção da covid-19 em Foz do Iguaçu                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Poder Executivo   Terceiro Ciclo                            |
|               | Estabelece medida administrativa para o controle da despesa pública decorrentes do enfrentamento ao COVID-19, no Município de Foz do Iguaçu. Alteração de artigo que dispõe sobre a administração pública                                                                                                                                                                                                                   | Poder Executivo   Decreto nº 28.063                         |
|               | Sobre o regime especial de atividades do CMDCA para fins de deliberações pertinentes aos direitos de crianças e adolescentes do município de Foz do Iguaçu, para reunir-se por meio remoto, respeitando as medidas adotadas para o controle e prevenção para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).                                           | Poder Executivo   Resolução nº 0027                         |
|               | Acresce dispositivos ao Decreto nº 28.055, de 20 de abril de 2020, que Consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia                                                                                                                                                     | Poder Executivo   Decreto nº 28.071                         |
|               | Estabelece medida administrativa para o controle da despesa pública decorrentes do enfrentamento ao COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Poder Executivo   Decreto nº 28.064                         |
|               | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                          | Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 05.   |
|               | Altera e acresce dispositivos do Decreto nº 28.055, de 20 de abril de 2020, que consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia                                                                                                                                            | Poder Executivo   Decreto nº 28.093                         |
|               | Altera o Decreto nº 28.055, de 20 de abril de 2020, e alterações, que Consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia                                                                                                                                                      | Poder Executivo   Decreto nº 28.119                         |
|               | Estabelece os protocolos de segurança sanitária para a retomada das atividades turísticas no Município de Foz do Iguaçu no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia                                                                                                                                                                                                 | Poder Executivo   Decreto nº 28.114                         |
|               | Altera dispositivos do Decreto nº 27.993, de 25 de março de 2020, que estabelece medidas econômicas no âmbito do Município, além das medidas implementadas em decorrência da Declaração de Situação de Emergência no Município de Foz do Iguaçu no enfrentamento da Pandemia decorrente do Coronavírus                                                                                                                      | Poder Executivo   Decreto nº 28.101                         |
|               | Altera o Decreto nº 28.055, de 20 de abril de 2020, e alterações, que Consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia                                                                                                                                                      | Poder Executivo   Decreto nº 28.103                         |
|               | Altera e acresce dispositivos do Decreto nº 28.055, de 20 de abril de 2020, que consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública. Determinações para o comércio                                                                                                                                                                 | Poder Executivo   Decreto nº 28.093                         |
|               | Quarto Ciclo – Plano Municipal de Enfrentamento a Covid-19 Medidas de Vigilância e Monitoramento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Poder Executivo   Plano de Enfrentamento da Pandemia        |
|               | Estabelece as barreiras sanitárias no Município de Foz do Iguaçu, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Poder Executivo   Decreto nº 28.148                         |
|               | Altera o Decreto nº 28.055, de 20 de abril de 2020, e alterações, que Consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências"                                                                                            | Poder Executivo   Decreto nº 28.136                         |
|               | Dispõe sobre a apresentação e publicação do Relatório de Gestão 2º Bimestre de 2020 do Orçamento Criança e Adolescente – OCA.                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Poder Executivo   Decreto nº 0037                           |
|               | Dispõe sobre a Reprogramação de Saldos do ano de 2019 da Proteção Social Especial - recursos do FNAS e o Plano de Aplicação para execução no ano de 2020 e justificativas.                                                                                                                                                                                                                                                  | Poder Executivo   Resolução Ad Referendum Cmas Nº. 017/2020 |
|               | Dispõe sobre decisão AD REFERENDUM do Plano de Aplicação do Incentivo Benefício Eventual COVID 19 com o Cofinanciamento do Governo Estadual por meio do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS – Deliberação 004/2020-CEAS, apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.                                                                                                                               | Poder Executivo   Resolução Ad Referendum Cmas Nº. 018      |
|               | Altera o Decreto nº 28.055, de 20 de abril de 2020, e alterações, que Consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências".                                                                                           | Poder Executivo   Decreto nº 28.171                         |
|               | Estabelece horário de funcionamento das atividades comerciais, gastronômicas e de serviços como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                      | Poder Executivo   Decreto nº 28.205                         |
|               | Determina o encerramento das atividades comerciais, gastronômicas e de serviços, nos loteamentos identificados como Alerta Laranja pelo Mapa de Calor do Boletim Epidemiológico Painel Coronavírus de Foz do Iguaçu do dia 23 de junho de 2020, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. | Poder Executivo   Decreto nº 28.246                         |
|               | Estabelece horário de funcionamento das atividades comerciais, gastronômicas, de serviços e atividades religiosas coletivas, no Município de Foz do Iguaçu, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                     | Poder Executivo   Decreto nº 28.245                         |
|               | Suspende as atividades não essenciais e implanta o controle dos acessos no Bairro Cidade Nova, do Município de Foz do Iguaçu, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                   | Poder Executivo   Decreto nº 28.739                         |
|               | Altera o Decreto nº 28.055, de 20 de abril de 2020, e alterações, que Consolida as medidas estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências".                                                                                           | Poder Executivo   Decreto nº 28.241                         |
|               | Ratifica no âmbito do Município de Foz do Iguaçu, as medidas constantes no Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020, do Governo do Estado do Paraná, suspendendo as atividades econômicas não essenciais, pelo período de 14 (quatorze) dias como medida de enfrentamento da emergência da saúde pública em decorrência da infecção humana pela COVID-19.                                                                   | Poder Executivo   Decreto nº 28.264                         |
|               | Estabelece, pelo período de 14 (quatorze) dias, no âmbito das repartições públicas municipais, medidas de prevenção em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, nos termos do Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020, do Governo do Estado do Paraná.                                                                                                                                                                | Poder Executivo   Decreto nº 28.265                         |
|               | Altera dispositivos do Decreto nº 27.993, de 25 de março de 2020, que Estabelece medidas econômicas no âmbito do Município, além das medidas implementadas em decorrência da Declaração de Situação de Emergência no Município de Foz do Iguaçu, no enfrentamento da Pandemia decorrente do Coronavírus.                                                                                                                    | Poder Executivo   Decreto nº 28.720                         |
|               | Dispensa a realização de visita social da Assistente Social para instrução dos processos de solicitação de isenção do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU previstos no inciso VI, § 1º -A do art. 333 e § 1º do art. 335, ambos da Lei Complementar no 82/2003.                                                                                                                                   | Poder Executivo   Decreto nº 28.771                         |
|               | Altera o Decreto nº 28.264, de 30 de junho de 2020, que ratifica no âmbito do Município de Foz do Iguaçu, as medidas constantes no Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020, do Governo do Estado do Paraná, suspendendo as atividades econômicas não essenciais, pelo período de 14 (quatorze) dias como medida de enfrentamento da emergência da saúde pública em decorrência da infecção humana pela COVID-19.           | Poder Executivo   Decreto nº 28.297                         |
|               | Determina a Controladoria, através de Equipe Técnica, promover inspeção, avaliação, comparação de preços, apontamentos e aos atos pertinentes, nos processos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do Novo coronavírus (COVID – 19).                                                                                                                                          | Poder Executivo   Decreto nº 28.298                         |
|               | Estabelece Estado de Alerta Vermelho no Bairro Mombi, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                           | Poder Executivo   Decreto nº 28.306                         |
|               | Estabelece critérios para o Estado de Alerta e implantação de ações restritivas regionais no Município de Foz do Iguaçu, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                        | Poder Executivo   Decreto nº 28.302                         |
|               | Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                         | Poder Executivo   Decreto nº 28.303                         |
|               | Prorrogar o prazo de vigência do Ato da Presidência nº 18/2020 até o dia 31 de agosto de 2020, mantidas inalteradas as demais disposições.                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Poder Executivo   Ato da Presidência nº 30                  |
|               | Altera o Decreto nº 28.303, de 13 de julho de 2020, que Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                 | Poder Executivo   Decreto nº 28.317                         |
|               | Estabelece Estado de Alerta Vermelho no Bairro Panorama, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                        | Poder Executivo   Decreto nº 28.318                         |
|               | Estabelece Estado de Alerta Laranja nos Bairros Três Lagos e Porto Meira, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                       | Poder Executivo   Decreto nº 28.319                         |
|               | Altera o Decreto nº 28.302, de 13 de julho de 2020, que estabelece critérios para o Estado de Alerta e implantação de ações restritivas regionais no Município de Foz do Iguaçu, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                | Poder Executivo   Decreto nº 28.326                         |



|             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                            |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
|             | Estabelece Estado de Alerta Vermelho no Bairro Campos do Iguaçu, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.332</a>                        |
|             | Institui Termo de Responsabilidade Sanitária para as Instituições de Ensino, em complemento às medidas adotadas pelo Decreto no 28.303, de 13 de julho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.345</a>                        |
|             | Prorroga as medidas estabelecidas no Decreto no 28.319, de 16 de julho de 2020, somente na parte que trata do Bairro Três Lagoas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.346</a>                        |
|             | Dispõe sobre a realização de eventos no sistema drive-in, âmbito do Município de Foz do Iguaçu.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.364</a>                        |
|             | Inclui dispositivo ao Decreto no 28.337, de 22 de julho de 2020, que estabelece os protocolos de segurança sanitária para a retomada das atividades turísticas no Município de Foz do Iguaçu no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.372</a>                        |
|             | Inclui dispositivo ao Decreto no 28.337, de 22 de julho de 2020, que estabelece os protocolos de segurança sanitária para a retomada das atividades turísticas no Município de Foz do Iguaçu no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.373</a>                        |
|             | Altera o Decreto no 28.303, de 13 de julho de 2020, que Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.379</a>                        |
|             | Altera e acresce dispositivos no Decreto no 28.303, de 13 de julho de 2020, que Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.404</a>                        |
|             | Altera o Anexo I, do Decreto no 28.303, de 13 de julho de 2020, que Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.407</a>                        |
|             | Inclui dispositivo e altera o Decreto no 28.337, de 22 de julho de 2020, que Estabelece os protocolos de segurança sanitária para a retomada das atividades turísticas no Município de Foz do Iguaçu no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.454</a>                        |
|             | Altera e acresce dispositivos no Decreto no 28.303, de 13 de julho de 2020, que Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.448</a>                        |
|             | Institui a obrigação de empresas responsáveis pelos serviços de entrega e frete via motocicleta de distribuir gratuitamente máscaras, álcool em gel e luvas aos seus funcionários, para prevenção ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 4.894</a>                             |
|             | Altera e acresce dispositivos no Decreto no 28.303, de 13 de julho de 2020, que Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.508</a>                        |
|             | Estabelece Estado de Alerta Vermelho no Bairro Maracanã, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.509</a>                        |
|             | Institui a obrigação de empresas responsáveis pelos serviços de entrega e frete via motocicleta de distribuir gratuitamente máscaras, álcool em gel e luvas aos seus funcionários, para prevenção ao Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 4.894</a>                             |
|             | Estabelece Estado de Alerta Vermelho no Bairro Itaipu C, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.533</a>                        |
|             | Altera o Anexo I do Decreto no 28.303, de 13 de julho de 2020, que Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.549</a>                        |
|             | Revoga os Decretos nos 28.302, de 13 de julho de 2020, que estabeleceu critérios para o Estado de Alerta e implantação de ações restritivas regionais no Município de Foz do Iguaçu, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e e 28.326, de 20 de julho de 2020, que Altera o Decreto no 28.302, de 13 de julho de 2020                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.550</a>                        |
|             | Altera dispositivo do Decreto no 28.337, de 22 de julho de 2020, que Estabelece os protocolos de segurança sanitária para a retomada das atividades turísticas no Município de Foz do Iguaçu no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.579</a>                        |
|             | Altera dispositivo do Decreto no 28.337, de 22 de julho de 2020, que Estabelece os protocolos de segurança sanitária para a retomada das atividades turísticas no Município de Foz do Iguaçu no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.611</a>                        |
|             | Altera dispositivo no Decreto nº 28.303, de 13 de julho de 2020, que Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.632</a>                        |
|             | Rastreamento laboratorial da COVID-19 e condutas de afastamento do trabalho.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo / Rastreamento</a>                             |
|             | Altera dispositivos do Decreto no 28.303, de 13 de julho de 2020, que Dispõe sobre a retomada das atividades comerciais, estabelece novos horários de funcionamento e consolida as medidas já estabelecidas no Município de Foz do Iguaçu de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.678</a>                        |
|             | Altera dispositivos do Decreto no 28.337, de 22 de julho de 2020, que Estabelece os protocolos de segurança sanitária para a retomada das atividades turísticas no Município de Foz do Iguaçu no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.6798</a>                       |
| Guarapuava  | Revoga os Decretos nos 28.357 e 28.358, ambos de 27 de julho de 2020, que Estabeleceram Estado de Alerta Laranja no Bairro Cidade Nova, e Estado de Alerta Vermelho no Bairro Morumbi, como medida de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 28.380</a>                        |
|             | Declarada situação de emergência. Novas medidas poderão ser adotadas em qualquer momento em decorrência da situação epidemiológica do município.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7.810</a>                         |
|             | Medidas de enfrentamento de emergência. Novas medidas poderão ser adotadas em qualquer momento em decorrência da situação epidemiológica do município.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7.825</a>                         |
|             | Fica mantida a prática do distanciamento social, como forma de evitar a transmissão comunitária da COVID-19 e proporcionar o achatamento da curva de proliferação do vírus no Município de Guarapuava                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7842</a>                          |
|             | Dispõe sobre medidas para o combate a pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7.904</a>                         |
|             | Fica prorrogado a data de vencimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurados no âmbito do Simples Nacional e devidos pelos sujeitos passivos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7.908</a>                         |
|             | Regula os estabelecimentos de gênero alimentícios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7.925</a>                         |
|             | Fica autorizado a funcionar o estabelecimento denominado Shopping Center, instalado no Município de Guarapuava, observadas as regras do Decreto nº 7904/2020 e as disposições e requisitos deste decreto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7.952</a>                         |
|             | Em relação ao retorno das atividades aquáticas, aeróbicas, ginástica, dança e modalidades congêneres, os estabelecimentos devem aderir, cumprir e fazer cumprir o Programa de 04 de junho, Veiculação 04/06/2020 Ano XXVI - Nº 1856 Boletim Oficial do Município - 3 Empresarial de Prevenção e Cuidado, estabelecido no Decreto nº 7904/2020.                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7977</a>                          |
|             | Em relação ao retorno das atividades de treinamento e da iniciação esportiva, os estabelecimentos devem aderir, cumprir e fazer cumprir o Programa de Empresarial de Prevenção e Cuidado, estabelecido no Decreto nº 7904/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7976</a>                          |
|             | A Secretária Municipal de Saúde regulamenta a criação do Call Center e as ações de telemedicina, estabelecendo interações à distância, direcionadas exclusivamente a esclarecimentos e dúvidas clínicas sobre a COVID-19, através de Teleconsultas e Telemonitoramento                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Portaria 026</a>                             |
|             | Dispõe sobre a disponibilização na rede pública municipal do tratamento precoce aos pacientes portadores da infecção pelo coronavírus, regula procedimentos e estabelece outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   8.083</a>                                    |
|             | Altera o caput e inclui o inciso I, e altera o § 2º do art. 2º do Decreto nº 7904/2020, que passa a ter a seguinte redação:<br>"Art. 2º Permanece suspensa a realização de eventos de natureza pública ou privada, que estimulem a aglomeração de pessoas em ambientes fechados, excetuando desta vedação eventos em ambientes abertos, desde que seja apresentado e aprovado previamente plano de contingência e biossegurança, respeitando as regras de distanciamento e segurança previstas nos Decretos Municipais, aplicados especificamente a cada tipo de atividade. | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8122</a>                          |
|             | Este decreto objetiva readequar o período de trabalho das atividades internas no Poder Legislativo do Município de Guarapuava, Estado do Paraná e atualizado conforme Decreto 8122/20 e outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 27</a>                            |
|             | Ficam mantidas as práticas abaixo relacionadas para evitar a transmissão comunitária da COVID-19 e proporcionar o achatamento da curva de proliferação do vírus no Município de Guarapuava                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.200</a>                         |
|             | Institui o Programa Emergencial Corrente Cultural Guarapuava, regulamentando, no âmbito municipal, a Lei Federal 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Nomeia membros do Grupo de Trabalho para Gestão e Avaliação do Auxílio Emergencial à Cultura, no município de Guarapuava/PR e dá outras providências.                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.249</a>                         |
|             | Revoga o art. 6º, do Decreto nº 8200, de 24 de setembro de 2020, que Ficam mantidas as práticas abaixo relacionadas para evitar a transmissão comunitária da COVID-19 e proporcionar o achatamento da curva de proliferação do vírus no Município de Guarapuava                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.249</a>                         |
|             | Fica autorizado o retorno gradual, parcial e facultativo das atividades letivas presenciais nas Instituições de Ensino Superior Particular                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.104</a>                         |
|             | Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional. As medidas previstas na norma poderão ser revistas a qualquer momento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº81</a>                             |
| Campo Largo | Dispõe sobre a distribuição de alimentos perecíveis da Agricultura Familiar e não perecíveis da Alimentação Escolar, aos alunos da rede pública municipal de ensino, conforme específica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Decreto nº 115, de 3 de abril de 2020</a>                      |
|             | Adota medidas para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo vírus Covid-19, conforme específica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Decreto nº 114 de 3 de abril de 2020</a>                       |
|             | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo 05/2020</a> |
|             | Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras e autorização de aferição de temperatura corporal para toda população                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 121</a>                           |
|             | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 05</a>   |
|             | Autoriza o retorno parcial das atividades dos estabelecimentos de condicionamento físico, em razão da Calamidade de Saúde Pública decorrente da Infecção Humana pelo Coronavírus (Covid19) e dá Outras Providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 158</a>                           |
|             | Estabelece regime especial as atividades escolares, com aulas não presenciais, na Rede Municipal de Ensino de Campo Largo, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19 e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 129</a>                           |
|             | Estabelece regime especial as atividades escolares, com aulas não presenciais, na Rede Municipal de Ensino de Campo Largo, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19 e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 129</a>                           |
|             | Procede a abertura de um Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento do Município de Campo Largo para o exercício de 2020 e efetua outros procedimentos de natureza orçamentária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 216</a>                           |
|             | Dispõe sobre medidas de funcionamento do comércio em geral como forma de enfrentamento de Infecção Humana ocasionada pela COVID-19, para o Município de Campo Largo, bem como prorroga a vigência do Decreto Municipal nº 220/2.020 e adota outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 230</a>                           |
|             | Procede a abertura de um Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento do Município de Campo Largo para o exercício de 2020 e efetua outros procedimentos de natureza orçamentária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 229</a>                           |
|             | Dispõe Sobre as medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19) e dá Outras Providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 106</a>                          |
|             | Dá nova redação ao caput do artigo 9º do Decreto nº 360/2.020, que flexibiliza as medidas de isolamento social Infecção Humana ocasionada pela COVID-19, como forma de retomada das atividades de ensino para o Município de Campo Largo e adota outras providências."                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 401</a>                           |
|             | Dá nova redação ao artigo 6º do Decreto Municipal nº 231/2.020, bem como, altera, excepcionalmente o funcionamento do comércio em geral no dia 08 de agosto, como forma de enfrentamento de Infecção Humana ocasionada pela COVID-19, para o Município de Campo Largo e adota outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 252</a>                           |
|             | Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional. O Estado de Emergência ficará em vigor enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo COVID-19. Os demais atos podem ser por portarias.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.368</a>                         |

|               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                            |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| Sarandi       | Declara situação de emergência. Não há um prazo específico na norma quanto ao seu prazo de vigor, apenas prevê suspensão de serviços não essenciais por 15 dias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1369</a>                          |
|               | Prorrogação do período de situação de emergência e demais medidas de enfrentamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1386</a>                          |
|               | Medidas substitutivas ao disposto nos decretos do município de sarandi que dispôs sob medidas de enfrentamento da pandemia. Abertura do comércio.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.407</a>                         |
|               | Dispõe sobre medidas substitutivas ao disposto nos decretos do município de Sarandi que dispôs sob medidas de enfrentamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.407</a>                         |
|               | Decreta o funcionamento parcial dos comércios.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.410</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude do Decreto nº 1410 de Calamidade Pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.415</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude dos decretos nº 1410 e 1415 de calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.419</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude dos decretos nº 1410 e seguintes publicados em decorrência da calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1433</a>                          |
|               | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 8</a>    |
|               | Estende o prazo de vigência do comércio pelo prazo de 7 dias, ficando o mesmo prorrogado pelo período compreendido entre os dias 16 até 22 de maio de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.443</a>                         |
|               | Dispõe sobre as medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude do decreto nº 1409 de calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.502</a>                         |
|               | Dispõe sobre as medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude do decreto nº 1409 de calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.502</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude dos decretos nº 1502 e seguintes em decorrência da calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.560</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência previsto no art. 1º do Decreto 1603/2020, abertura das atividades previstas no GRUPO A2 (Bares, restaurantes e lanchonetes) e feira livre no Jardim Panorama                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.608</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude dos decretos nº 1502 e seguintes em decorrência da calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.614</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência previsto no art. 1º do Decreto 1614/2020; permissão da utilização das vias públicas do transporte público até às 23h59; autorização aos bares, lanchonetes, restaurantes, postos de gasolina e conveniências ao atendimento presencial até às 22h e abertura da Feira Livre no Jardim Verão na Avenida das Orquídeas e feira do produtor do Jardim Esperança.                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.617</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude dos decretos nº 1502 e seguintes em decorrência da calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.623</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência previsto no art. 1º do Decreto 1623/2020; Redefinido o critério de distanciamento para cultos e eventos religiosos; Mudança no horário de abertura das atividades do GRUPO E (comércio atacadista e varejista); Prorrogação no horário de atendimento de academia, atividades de ginástica e afins; Aumento no limite de pessoas para casa de eventos, associações recreativas, áreas comuns, salão de festas, play ground, piscinas e afins. | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.631</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude dos decretos nº 1502 e seguintes em decorrência da calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.654</a>                         |
|               | Dispõe sobre as determinações públicas ao funcionamento do cemitério público municipal para o feriado de finados em período de calamidade pública decorrente da pandemia do vírus COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.665</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude do decreto nº 1502 e seguintes em decorrência da calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID19.                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.669</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude do decreto nº 1502 e seguintes em decorrência da calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID19.                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.683</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude do decreto nº 1502 e seguintes em decorrência da calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID19.                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.691</a>                         |
|               | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude do decreto nº 1502 e seguintes em decorrência da calamidade pública para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID19.                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.701</a>                         |
| Quatro barras | Dispõe sobre a prorrogação do prazo e de outras medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude dos decretos nº 1.502 e seguintes em decorrência do Novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.548</a>                         |
|               | Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública. Vigorará enquanto perdurar o estado de emergência nacional do Coronavírus – COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.267</a>                         |
|               | Altera o Decreto nº 7.065/2019 que "Dispõe sobre o recolhimento de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, da Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, e da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP para os imóveis sem edificação, junto lançadas, para o exercício de 2020", e dá outras providências                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7.330</a>                         |
|               | Constitui Comissão para análise e validação dos encaminhamentos pedagógicos nos estabelecimentos da rede municipal de ensino de Quatro Barras durante a pandemia, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7.382</a>                         |
| Paranaguá     | Prorroga o prazo de vigência do Decreto nº 7405/2020 que "Dispõe sobre medidas complementares de distanciamento social, funcionamento de comércios e serviços, e medidas relacionadas à circulação de pessoas em espaços abertos ao público, ou de uso coletivo, pelo período que especifica, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (2019-nCoV)", e dá outras providências.                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7427</a>                          |
|               | Dispõe sobre a aplicabilidade do Decreto Estadual nº 4942, de 30 de junho de 2020, que "Dispõe sobre medidas restritivas regionalizadas para o enfrentamento da COVID19" no Município de Quatro Barras, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 7.483</a>                         |
|               | Medidas de prevenção. Medidas previstas no decreto poderá ser alterado a qualquer momento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.909</a>                         |
|               | Mantém as medidas de distanciamento social, como forma de evitar a transmissão comunitária da COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Decreto nº 1.940/2020</a>                                      |
| Ponta Grossa  | Mantém as medidas de distanciamento social e regula a abertura parcial do comércio                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.957</a>                         |
|               | Flexibiliza a abertura do comércio e demais atividades, mediante restrições, estabelece novas medidas de enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) no Município de Paranaguá                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 2.012</a>                         |
|               | Regulamenta as Sessões Legislativas, em formato virtual, por videoconferência através da internet, no período de isolamento social para combate da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Ato nº 4.063</a>                             |
|               | Suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.144</a>                        |
|               | Suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.147</a>                        |
|               | Dispõe sobre a suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.207</a>                        |
|               | Dispõe sobre a suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.210</a>                        |
|               | Suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas no âmbito                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.211</a>                        |
|               | Suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas. Prorrogação das determinações e decreta a fiscalização do poder de polícia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.242</a>                        |
|               | Autorizada a reabertura do serviço de alimentação em restaurantes e lanchonetes a partir do dia 13 de abril de 2020 apenas para venda à carte e/ou prato feito, proibido o buffet e seguido as orientações do decreto                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.243</a>                        |
|               | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo 05/2020</a> |
|               | Dispõe sobre a suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas. Orientações para os supermercados e obrigatoriedade do uso de máscaras para a população                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.247</a>                        |
|               | Define protocolos sanitários para funcionamento de academias desportivas e galerias comerciais durante o período de emergência em saúde decorrente da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.275</a>                        |
|               | Dispõe sobre a suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas. Ficam MANTIDAS as determinações dos Decretos 17.207, de 03/04/2020, 17.211, de 06/04/2020, 17.242, de 09/04/2020 e 17.255/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.271</a>                        |
|               | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos i e ii do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 05</a>   |
|               | Dispõe sobre a continuidade dos procedimentos de sindicância e dos processos disciplinares da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.298</a>                        |
|               | Dispõe sobre a suspensão dos prazos previstos na Lei n. 8.431/2005, que dispõe sobre os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural do Município de Ponta Grossa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.301</a>                        |
|               | Dispõe sobre a suspensão dos prazos previstos na Lei n. 8.431/2005, que dispõe sobre os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural do Município de Ponta Grossa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.306</a>                        |
|               | Restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 25 de maio de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.323</a>                        |
|               | Altera os Decretos 17.243/2020 e 17.309/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.324</a>                        |
|               | Restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 8 de junho de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.376</a>                        |
|               | Dispõe sobre a o funcionamento do comércio de rua no horário das 10:00 às 16:00 horas durante o período de isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.375</a>                        |
|               | Autoriza a utilização de veículos do transporte escolar e Táxis durante a Situação de Emergência em Saúde, conforme especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.364</a>                        |
|               | Dispõe sobre a o funcionamento do comércio de rua no horário das 9:00 às 17:00 horas durante o período de isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.360</a>                        |
|               | Dispõe sobre a prorrogação de prazos para a solicitação de Isenção de Taxa de Coleta de Lixo/2020, Revisão e Isenção de IPTU/2020, conforme especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.390</a>                        |
|               | Torna obrigatório o uso de máscaras de contenção durante o período de pandemia decorrente da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), altera o horário de funcionamento do comércio, cria a Central de Fiscalização do Cumprimento de Normas de Proteção contra a COVID-19 e dá outras providências                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.395</a>                        |
|               | Proibe a circulação de pessoas nas vias públicas do Município de Ponta Grossa nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2020 das 23:00 às 6:00 horas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.424</a>                        |
|               | Altera o Decreto 17.409/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.411</a>                        |
|               | Restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 22 de junho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.412</a>                        |
|               | Regulamenta a concessão de carência pelo prazo de até 3 meses para pagamento de empréstimo consignado em folha de pagamento do funcionalismo da Administração Direta e Indireta, durante o período de Estado de Emergência em Saúde decorrente da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV)                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.433</a>                        |
|               | Institui o Comitê da Secretaria Municipal de Educação – SME para o Gerenciamento das Ações de Prevenção contra o COVID-19 na Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 007</a>                           |
|               | Restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 06 de julho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.450</a>                        |
|               | Altera o Decreto n. 17.395/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.451</a>                        |
|               | Proibe a circulação de pessoas nas vias públicas do Município de Ponta Grossa nos dias 03 a 16 de julho de 2020 das 23:00 às 6:00 horas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.452</a>                        |
|               | Dispõe sobre a disponibilização de informações referentes às ações de enfrentamento da COVID-19 no Município de Ponta Grossa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 13.737</a>                            |
|               | Altera o Decreto n. 17.247/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.466</a>                        |
|               | Proibe a circulação de pessoas nas vias públicas do Município de Ponta Grossa nos dias 17 a 23 de julho de 2020 das 23:00 às 6:00 horas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.503</a>                        |
|               | Restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 20 de julho de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.513</a>                        |
|               | Dispõe sobre a disponibilização de informações referentes às ações de enfrentamento da COVID-19 no Município de Ponta Grossa, altera o horário de funcionamento do comércio, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.548</a>                        |
|               | Proibe a circulação de pessoas nas vias públicas do Município de Ponta Grossa nos dias 07 a 13 de agosto de 2020 das 00:00 às 6:00 horas, e restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 10 de agosto de 2020                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.600</a>                        |
|               | Autoriza a reabertura de parques e áreas naturais de interesse turístico no município de Ponta Grossa, obedecidos o protocolo de segurança e às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19, conforme especifica.                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.602</a>                        |
|               | Dispõe sobre alterações para as atividades sujeitas à aglomeração de pessoas no âmbito do Município de Ponta Grossa, altera o horário de funcionamento do comércio, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.663</a>                        |
|               | Regulamenta as sanções aos estabelecimentos comerciais e às pessoas físicas ou jurídicas que praticarem a venda de tinta spray para menores de 18 anos e aos picadores. Conforme Lei 8.398/2005                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.573</a>                        |
|               | Altera o Decreto n.º 17.395/2020 e Decreto n. 17.663/2020, que dispõe sobre alterações para as atividades sujeitas à aglomeração de pessoas no âmbito do Município de Ponta Grossa, conforme especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.701</a>                        |
|               | Dispõe sobre o retorno da jornada presencial de trabalho dos empregados públicos da Administração Direta e Indireta do Município, restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 14 de setembro de 2020, e dá outras providências                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.736</a>                        |
|               | Restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 12 de outubro de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.736</a>                        |

|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                           |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
|                      | Restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 19 de outubro de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.891</a>                       |
|                      | Consolida as medidas administrativas temporárias e emergenciais de prevenção ao contágio da Covid-19. Ficam suspensas as restrições aos horários de funcionamento do comércio regular em Ponta Grossa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.900</a>                       |
|                      | Altera o Decreto nº. 17.793, de 24/09/2020, conforme especifica. Ficam RETOMADOS os serviços públicos em favor das Pessoas com Deficiências, assegurados os cuidados de prevenção ao COVID-19, excluindo-se as atividades coletivas que fazem parte da Assistência Social do Município                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.943</a>                       |
|                      | Altera o Decreto nº. 17.608, de 11/08/2020, conforme especifica. Somente serão admitidas no Terminal a presença de pessoas usando máscara de proteção facial, respeitando o limite de pessoas de 40% (quarenta por cento) da capacidade de ocupação do local, bem como o distanciamento de 1,5 metro entre as pessoas.                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.946</a>                       |
|                      | Restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 02 de novembro de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.952</a>                       |
|                      | Restaura os efeitos dos Decretos que tratam do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo prazo de 7 dias a contar de 09 de novembro de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.970</a>                       |
|                      | Autoriza o retorno híbrido, gradual e responsável das aulas presenciais da rede privada de ensino no âmbito do Município da Ponta Grossa, conforme especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 18.013</a>                       |
| Almirante Tamandaré  | Proíbe a circulação de pessoas nas vias públicas do Município de Ponta Grossa nos dias 31 de julho a 06 de agosto de 2020 das 23:00 às 6:00 horas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 17.571</a>                       |
|                      | Cria o Comitê de Combate ao Covid-19. O Estado de Emergência ficará em vigor enquanto perdurar o estado de emergência nacional pelo COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 30/2020</a>                      |
|                      | Adota medidas de prevenção e combate ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 29/2020</a>                      |
|                      | Cria ações de prevenção ao contágio do Covid- 19 – trânsito de pessoas nas ruas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34/2020</a>                      |
|                      | Dispõe sobre o recesso escolar como medida temporária                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 209/2020</a>                     |
|                      | Declara estado de calamidade pública no município de Almirante Tamandaré, em virtude dos problemas de saúde pública e econômicos gerados pelo enfrentamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 049</a>                          |
|                      | Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação referente a resolução AD REFERENDUM nº 004/2020, Incentivo Benefício Eventual COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 006</a>                          |
|                      | Adota no município de Almirante Tamandaré o decreto n.º 4.942/2020 do governo do estado do Paraná como mecanismo de enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 074</a>                          |
|                      | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, conforme deliberações do Fórum Metropolitano de Combate a COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 079</a>                          |
|                      | Dispõe sobre a prorrogação do Decreto Municipal nº 085/2020 que prevê as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, conforme deliberações do Fórum Metropolitano de Combate a COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 091</a>                          |
| Colombo              | Dispõe sobre a regulamentação do Regime Especial das ações político-pedagógicas no âmbito da Rede Municipal de Educação e Ensino de Almirante Tamandaré, em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus – Sars-CoV-2/Covid-19, como forma de garantir direitos da promoção da educação e saúde da população e seguir as orientações técnicas e científicas do combate à crise sanitária. .                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 102</a>                          |
|                      | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, conforme deliberações do Fórum Metropolitano de Combate a COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 085</a>                          |
|                      | Ficam prorrogadas as datas de vencimento do ISS – Imposto sobre Serviços e IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - Exercício 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 18/2020</a>                      |
|                      | Determinações sobre eventos abertos e diretrizes de enfrentamento ao Covid-19. O Estado de Emergência ficará em vigor enquanto perdurar o estado de emergência nacional pelo COVID-19 e podem ser avaliadas a qualquer momento                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 13/2020</a>                      |
|                      | Estabelece orientações para a população em geral em questões de higiene                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Secretaria de Saúde   Orientações</a>                         |
|                      | Ficam prorrogadas as datas de vencimento do ISS – Imposto sobre Serviços e IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - Exercício 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 018/2020</a>                     |
|                      | Recepção no âmbito do Município de Colombo, as medidas restritivas para enfrentamento da COVID-19, estabelecidas no Decreto Estadual nº 4942 de 30 de junho de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto 043.2020</a>                        |
|                      | Dispõe sobre a implementação dos "Protocolo Municipal de Vigilância em Saúde, em Ambientes de Trabalho, com Testagem, no Contexto Da Covid-19, no Município de Balsa Nova" e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto 057.2020</a>                        |
|                      | Dispõe sobre as medidas para a iniciativa privada acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto 046.2020</a>                        |
|                      | Dispõe sobre medidas adicionais àquelas dispostas no Decreto nº 5.453/2020, que decretou situação de emergência e definiu medidas para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.455/2020</a>                   |
| Rio Branco do Sul    | Declara situação de emergência no Município de Rio Branco do Sul e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.453/2020</a>                   |
|                      | Declara estado de calamidade pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 55128/2020</a>                   |
|                      | Estabelece medidas complementares para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.462</a>                        |
|                      | Institui o Comitê de Gestão de Crise para definição de plano de ação visando a prevenção e contingência em resposta a pandemia de Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.465</a>                        |
|                      | Estabelece medidas complementares de distanciamento social, relacionadas à circulação de pessoas em espaços abertos ao público, ou de uso coletivo, para evitar aglomerações e a propagação da infecção e a transmissão do Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.477</a>                        |
|                      | Dispõe sobre a regulamentação do auxílio emergencial ao transporte coletivo nas linhas Rio Branco do Sul - Curitiba - Rio Branco do Sul aos Municípios residentes no Município de Rio Branco do Sul, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.500</a>                        |
|                      | Prorroga a vigência do Decreto Municipal nº 5.511, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre medidas restritivas a atividades e serviços para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.522</a>                        |
|                      | Regulamenta as sanções para os casos de descumprimento das medidas estabelecidas para enfrentamento da pandemia decorrente da infecção humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19) no Município de Rio Branco do Sul e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.526</a>                        |
|                      | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, conforme deliberação do Fórum Metropolitano de Combate à COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.530</a>                        |
|                      | Prorroga a vigência do Decreto Municipal nº 5.530, de 11 de agosto de 2020, que dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.540</a>                        |
| São José dos Pinhais | O Decreto nº 5.530, de 11 de agosto de 2020, passa a vigorar com os serviços de preparo e comércio de alimentos, tais como restaurantes, pizzarias e ambulantes, terão autorizado seu funcionamento e atendimento ao público em todos os dias da semana, das 8 às 22 horas." NR                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.566</a>                        |
|                      | Revoga as disposições que autorizam o trabalho remoto e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.575</a>                        |
|                      | Dá nova redação ao art. 9º, do Decreto Municipal nº 5.451, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.577</a>                        |
|                      | Dispõe sobre a criação da gratificação temporária e transitória aos Profissionais de nível superior, nível médio e nível básico, no âmbito do Poder Executivo de Rio Branco do Sul, que trabalharem no atendimento da situação de pandemia do Coronavírus - COVID 19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 1.214</a>                            |
|                      | Dispõe sobre medidas restritivas a atividades e serviços para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 5.511</a>                        |
|                      | Decreta enfrentamento da emergência de saúde. Vigora por prazos indeterminados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.728</a>                        |
|                      | Regulamenta serviços públicos em decorrência da situação de emergência. O decreto será revogado assim que o estado de emergência internacional pelo COVID19 responsável pelo surto de 2019 terminar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.726</a>                        |
|                      | Prorroga prazo de vencimento do IPTU de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 304, de 3 de abril de 2020</a>   |
|                      | Fica suspensa, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 23 de março de 2020, a cobrança das parcelas relativas aos Contratos firmados entre o Município de São José dos Pinhais e beneficiários de Programas Habitacionais de Interesse Social.                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.773</a>                        |
|                      | Novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.782</a>                        |
| Araucária            | Medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do Coronavírus - COVID19, em especial medidas preventivas, de caráter temporário, para a redução dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) nos serviços de cantinas, buffets, comissárias, confeitarias, cozinhas industriais, cozinhas institucionais, unidades de alimentação e nutrição dos serviços de saúde, delicatessens, lanchonetes, padarias, pastelarias, restaurantes, rotisserias e congêneres. | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 157</a>                         |
|                      | Estabelecer os procedimentos para: abordagem, prisão e condução de pessoas; para a atuação no descumprimento de ordem sanitária; e para atendimento em local de morte, a serem adotados pelos guardas municipais durante a pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa Semuseg nº 04/2020</a>  |
|                      | Altera, acresce e revoga dispositivos do Decreto nº 3.857, de 23 de junho de 2020, o qual dispõe sobre novas medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da emergência em saúde pública – COVID-19 e de acordo com as recomendações estabelecidas pelo Estado do Paraná através dos Decretos Estaduais nºs 4.885 e 4.886, de 19 de junho de 2020 e dá outras providências.                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.859</a>                        |
|                      | Dispõe sobre novas medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da emergência em Saúde Pública – COVID-19 e de acordo com as recomendações estabelecidas pelo Estado do Paraná através do Decreto Estadual nº 4.942 de 30 de junho de 2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.865</a>                        |
|                      | Regulamenta em âmbito municipal, a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 4.018</a>                        |
|                      | Dispõe sobre novas medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da emergência em Saúde Pública – COVID-19 e de acordo com a regionalização e sistematização de ações, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 3.887</a>                        |
|                      | Medidas de enfrentamento ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.357</a>                       |
|                      | Dispensa de processo seletivo para contratação de mão de obra no combate ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.363</a>                       |
|                      | Criação de Comitê de Combate ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.365</a>                       |
|                      | Medidas complementares de enfrentamento ao Covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.379</a>                       |
| Araucária            | Dispõe sobre o kit alimentação a ser fornecido às crianças e estudantes em situação de vulnerabilidade social da rede pública de ensino do município de ARAUCÁRIA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.412 de 2 de abril de 2020</a> |
|                      | Dispõe sobre o kit alimentação a ser fornecido às crianças e estudantes em situação de vulnerabilidade social da rede pública de ensino do município de araucária                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34410 de 1 de abril de 2020</a>  |
|                      | Concede benefício eventual com o fornecimento de cestas básicas às famílias em situação de vulnerabilidade temporária em decorrência dos efeitos da pandemia covid-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34412 de 2 de abril de 2020</a>  |
|                      | Medidas para enfrentamento da calamidade pública e emergência de saúde pública de importância internacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.417</a>                       |
|                      | Medidas para enfrentamento da calamidade pública e emergência. Regula o comércio.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.440</a>                       |
|                      | Esta Portaria dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, no âmbito da Câmara Municipal de Araucária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 230</a>                         |
|                      | Prorroga a vigência do Decreto nº 34.913, de 28 de agosto de 2020 que dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID19, para o Município de Araucária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.975</a>                       |
|                      | Esta Portaria dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, no âmbito da Câmara Municipal de Araucária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 240</a>                         |
|                      | Altera a redação do Decreto nº 34.410, de 01 de abril de 2020 que concede benefício eventual com o fornecimento de cestas básicas às famílias em situação de vulnerabilidade temporária em decorrência dos efeitos da pandemia COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.992</a>                       |
|                      | Prorroga a vigência do Decreto nº 34.913, de 28 de agosto de 2020 que dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, para o Município de Araucária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.017</a>                       |
|                      | Prorroga a vigência do Decreto nº 34.913, de 28 de agosto de 2020 que dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID19, para o Município de Araucária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 35.105</a>                       |
|                      | Altera a redação do Decreto nº 34.365 de 19 de março de 2020 modificando a composição do "Comitê de Prevenção, Acompanhamento e Ameaça para o enfrentamento do novo Coronavírus" SARS - CoV - 2/COVID – 19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo / Decreto nº 35.134</a>                       |
|                      | Prorroga a vigência do Decreto nº 34.913, de 28 de agosto de 2020 que dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID19, para o Município de Araucária                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo / Decreto nº 35.161</a>                       |
|                      | Dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, no âmbito da Câmara Municipal de Araucária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 325</a>                         |
|                      | Prorrogar o prazo de suspensão das simulações de aposentadoria e os atendimentos presenciais, como medida de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) por mais 15 dias a partir do dia 20/11/2020. Tal medida se faz necessária para redução de aglomerações, pois é alta a rotatividade de aposentados ue ainda retiram seus contracheques na sede do FPMa.                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 016</a>                         |
|                      | Dispõe sobre proibição provisória de circulação e aglomeração em espaços e vias públicas do município de Araucária, como medida de enfrentamento à pandemia da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 35.276</a>                       |
|                      | Estabelece medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, de acordo com o Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020, do Governo do Estado do Paraná e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 34.704</a>                       |
|                      | Declara situação de emergência. As medidas previstas no Decreto podem ser reavaliadas a qualquer momento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 115/2020</a>                     |
|                      | Estabelece o funcionamento interno dos órgãos do governo municipal. O decreto tem validade de 15 dias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 106/2020</a>                    |
|                      | Estabelece medidas de enfrentamento ao Covid-19. O decreto tem validade de 15 dias e pode ser reavaliado a qualquer momento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 121/2020</a>                     |

|           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                           |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| Apucarana | Prorroga a suspensão do funcionamento dos estabelecimentos comerciais de Apucarana.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 141/2020</a>                     |
|           | Estabelece regras para funcionamento dos bares, bares/lanchonetes, bares /mercearias, tabacarias e lojas de conveniência que não estejam dentro de outro estabelecimento, conforme específica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 174</a>                          |
|           | Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento do IPTU, ISSQN e Taxas Mobiliárias e ISS, referentes ao exercício de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 171</a>                          |
|           | Complementa as medidas estabelecidas no Decreto nº 150, para o enfrentamento da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 172</a>                          |
|           | Autoriza o Município de Apucarana, por meio da Administração Pública Direta e Indireta, a manter os pagamentos durante o Estado de Emergência Nacional causado pelo coronavírus (COVID-19) as empresas que mantenham serviços continuados e terceirizados com a administração publicam municipal, como específica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 031</a>                              |
|           | Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Parceria com Acadêmicos do sexto ano do curso de Medicina, para reforçar o trabalho de combate ao Coronavírus - COVID-19, como específica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Lei nº 027</a>                              |
|           | Complementa as medidas estabelecidas no Decreto nº 174, estabelece regras para funcionamento dos bares, bares/lanchonetes, bares /mercearias, tabacarias e lojas de conveniência que não estejam dentro de outro estabelecimento, conforme específica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 186</a>                          |
|           | Estabelece regras para o funcionamento dos bares, bares/lanchonetes, bares/mercearias, tabacarias e lojas de conveniência que não estejam dentro de outro estabelecimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 174</a>                          |
|           | Estabelece regras para o funcionamento dos estabelecimentos de Academia de Dança e Academia de Música, conforme específica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 245</a>                          |
|           | Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação de dados de pacientes que se submeteram ao teste de sorologia para o Covid-19 em Apucarana, como específica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 193</a>                          |
|           | Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação de dados de pacientes que se submeteram ao teste de sorologia para o COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 193</a>                          |
|           | Altera os dispositivos do Decreto nº 174, que estabelece regras para o funcionamento dos <b>Bares, Bares Lanchonetes, Bares Mercenarias, Tabacarias e Lojas de Conveniências</b> que não estejam dentro de outro estabelecimento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 461</a>                          |
|           | Estabelece as medidas de prevenção e controle da COVID-19 para o funcionamento de aulas de natação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 454</a>                          |
|           | Altera o dispositivo do Decreto nº 168, que estabelece regras para o funcionamento dos estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos como <b>Academias de ginástica, Musculação, Crossfit, funcionais, Estudos, Academias de Lutas e áreas afins</b> , conforme específica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 453</a>                          |
|           | Altera o dispositivo do Decreto nº 169, que estabelece novas medidas de prevenção e controle da Covid-19 no funcionamento do shopping e seus estabelecimentos internos, conforme específica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 476</a>                          |
|           | Altera os dispositivos do Decreto nº 174, que estabelece regras para o funcionamento dos <b>Bares, Bares Lanchonetes, Bares Mercenarias, Tabacarias e Lojas de Conveniências</b> que não estejam dentro de outro estabelecimento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº61</a>                            |
|           | Estabelece medidas de prevenção e controle da COVID-19 no funcionamento do parque starplay no shopping Centronorte de Apucarana, conforme específica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 552</a>                          |
|           | Altera dispositivo do <b>Decreto nº 168 de 2020</b> , que estabelece regras para o funcionamento dos estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos como <b>Academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, funcionais, Estúdios, Academias de Lutas e áreas afins</b> , conforme específica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 453</a>                          |
| Pinhais   | Estabelece medidas de prevenção e controle da COVID-19 no transporte rodoviário de passageiros para São Paulo e outros estados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 274</a>                          |
|           | Suspensão de serviços e atividades públicas para combater o Covid-19. Entra em vigor do dia 23/03 a 12/04, podendo ser prorrogada                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 16/2020</a>                     |
|           | Medidas temporárias de prevenção nas atividades socioeducativas do município. Ficará em vigor enquanto perdurar o Estado de Emergência Nacional. As medidas podem ser revistas a qualquer momento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 250/2020</a>                     |
|           | Estabelece medidas de prevenção e combate ao coronavírus. Ficará em vigor enquanto perdurar o Estado de Emergência Nacional. As medidas podem ser revistas a qualquer momento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 267/2020</a>                     |
|           | Orientações e recomendações aos cartórios no atendimento ao público                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 271/2020</a>                     |
|           | Fica determinada a suspensão, até 04 de abril de 2020, dos seguintes estabelecimentos e ramos de atividades                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 282/2020</a>                     |
|           | Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (covid-19) – Prorrogando a suspensão de atividades que especifica até a data de 11 de abril.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 303 de 3 de abril de 2020</a>    |
|           | Recomendações para velórios - sepultamentos – cremações                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 297 de 1 de abril de 2020</a>    |
|           | Prorroga prazo de vencimento do ISSQN como medida emergencial de socorro às empresas de Pinhais, no combate à pandemia do COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 302, de 3 de abril de 2020</a>   |
|           | Medidas temporárias para os Conselhos Municipais com mandatos de representantes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 309/2020</a>                     |
|           | Prorroga prazo de vencimento do IPTU de 2020, como medida emergencial no combate à pandemia do COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 304/2020</a>                     |
|           | Medidas de combate ao Coronavírus. Obriga o uso de máscaras                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 337</a>                          |
|           | Determina procedimentos em caráter temporário para prevenção contra o contágio do Vírus (COVID 19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 23/2020</a>                     |
|           | Retorno Gradativo dos Trabalhos das Comissões de PAD e de Sindicância.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Portaria Executiva   Portaria nº 55</a>                       |
|           | Alterações promovidas pelo Decreto Federal nº 10.344 de 8 de Maio de 2020. Considerando as alterações promovidas pelo Decreto Federal nº 10.344 de 8 de Maio de 2020, fica permitido o funcionamento das academias de todas as modalidades, desde que respeitadas as determinações sanitárias do presente Decreto e demais normativas do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 393</a>                          |
|           | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, em articulação e reforço à ação institucional conjunta de competência dos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, conforme deliberações do Fórum Metropolitano de Combate a Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 469</a>                          |
|           | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, em atendimento ao contido no Decreto Estadual nº 4942/2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 487</a>                          |
|           | Autoriza a utilização de veículos do transporte escolar durante a Situação de Emergência em Saúde                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 513</a>                          |
|           | Prorroga os efeitos do Decreto 309/2020 durante o período da pandemia prevenção do novo Coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 514</a>                          |
| Piraquara | Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial De Saúde (OMS).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 524</a>                          |
|           | Ficam alterados os "considerandos" do Decreto Municipal nº 329/2020, que passam a vigorar com a seguinte redação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 563</a>                          |
|           | Medidas temporárias de prevenção nas feiras livres de Pinhais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 103</a>                         |
|           | Altera a Lei nº 501/2001 e a Lei 1815/2017 e dá outras providências. (certidões negativas)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 2286</a>                         |
|           | Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial De Saúde (OMS)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 667</a>                          |
|           | Regulamenta o processo de retorno gradativo das atividades presenciais extracurriculares nas instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Pinhais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 738</a>                          |
|           | Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial De Saúde (OMS)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 858</a>                          |
|           | Altera Decreto 524/2020, estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial De Saúde (OMS).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 536</a>                          |
|           | Medidas de enfrentamento ao Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 919/2020</a>                     |
|           | Medidas complementares às regras de funcionamento aos estabelecimentos de serviços essenciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.265</a>                        |
|           | Altera dispositivos do decreto municipal nº 8.265/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8276 de 31 de março de 2020,</a> |
|           | Medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.179</a>                        |
|           | Prorrogação das Medidas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.287</a>                        |
|           | Dispõe sobre a prorrogação da validade dos efeitos dos Decretos Municipais nº 8.196/2020, 8.197/2020 e estabelece novas medidas de combate ao contágio pelo novo coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.303</a>                        |
|           | Dispõe sobre prorrogação da validade dos efeitos dos decretos municipais referentes às medidas de combate ao contágio pelo novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.636</a>                        |
|           | Dispõe sobre prorrogação da validade dos efeitos dos decretos municipais referentes às medidas de combate ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID- 19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.378</a>                        |
|           | Dispõe sobre as medidas para a retomada do funcionamento de academias de artes marciais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.541</a>                        |
|           | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.542</a>                        |
|           | Dispõe sobre a prorrogação da validade dos efeitos dos decretos municipais referentes às medidas de combate ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID - 19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.555</a>                        |
|           | Dispõe sobre a prorrogação da validade dos efeitos dos decretos municipais referentes às medidas de combate ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID- 19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.626</a>                        |
| Rolândia  | Dispõe sobre as medidas para a reabertura de piscinas em academias.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.629</a>                        |
|           | Altera dispositivos dos Decretos Municipais nº 8.475/2020, 8.499/2020, 8.541/2020, 8.542/2020, 8.629/2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.675</a>                        |
|           | Dispõe sobre a prorrogação da validade dos efeitos dos decretos municipais referentes às medidas de combate ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID- 19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.693</a>                        |
|           | Dispõe sobre a prorrogação da validade dos efeitos dos decretos municipais referentes às medidas de combate ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID- 19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.715</a>                        |
|           | Dispõe sobre medidas restritivas a atividades e serviços para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.453</a>                        |
|           | Criação do Comitê de Gestão de Crise. As condições podem ser reavaliadas a qualquer momento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 70</a>                           |
|           | Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 61</a>                           |
|           | Medidas para enfrentamento da emergência de saúde no âmbito de locais públicos, comércio, transporte público e pontos de aglomeração                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 62</a>                           |
|           | Altera o Decreto nº 061, de 17 de março de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 63</a>                           |
|           | Altera dispositivos do Decreto nº 061, de 17 de março de 2020, Decreto nº 062, de 18 de março de 2020, e Decreto nº 063, de 18 de março de 2020, sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 64</a>                           |
|           | Dispõe sobre a abertura controlada do comércio, estabelecendo limitações e restrições pertinentes a horários, datas e procedimentos no exercício de suas atividades                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 106</a>                          |
|           | Dispõe sobre a abertura controlada do comércio, estabelecendo limitações e restrições pertinentes a horários, datas e procedimentos no exercício de suas atividades                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 106</a>                          |
|           | Plano de enfrentamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Plano de enfrentamento</a>                  |
|           | Altera o Decreto nº 106, de 18 de abril de 2020, para permitir a reativação de atividades, de forma controlada, com limitações e restrições, a reabertura para atendimento por agendamento do SINE, a permissão de convocação dos estagiários para retomada das atividades internas nas suas secretarias, a prorrogação do prazo para as solicitações em relação ao IPTU                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 109</a>                          |
|           | Altera o artigo 9º, do Decreto nº 106, de 18 de abril de 2020, passando o parágrafo único para parágrafo primeiro, e acrescentando os parágrafos segundo e terceiro, para permitir a abertura controlada, e com os cuidados e a assunção das responsabilidades pertinentes, da academia, do bar/restaurante e da atividade esportiva de tênis no clube Rolândia Country Club, com horários diferenciados para idosos, e permanecendo proibidas as demais atividades coletivas, sociais, culturais e esportivas, e todas as que causem com aglomeração, além de permanecer proibida a entrada e permanência de crianças de até 12 anos no local, e determina outras providências. | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 163</a>                          |
|           | Cria a Comissão Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 340</a>                          |
|           | Altera o Decreto nº 106, de 18 de abril de 2020, para passar de proibição para recomendação a entrada e permanência de crianças de até 12 anos em estabelecimentos comerciais, exceto para mercearias, mercados e supermercados, permitir as feiras livres em geral exclusivamente para as barracas que tenham como proprietário pessoas residentes em Rolândia, e altera o decreto nº 109, de 24 de abril de 2020, para permitir as atividades de academias para idosos com mais de 60 anos, em horários diferenciados de outros clientes, e manter a proibição de entrada e permanência no local para as crianças menores de 12 anos                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 145</a>                          |
|           | Suspensas atividades de estabelecimentos privados. O estado de Emergência pode ser reavaliado a qualquer momento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 162</a>                          |
| Castro    | Medidas de enfrentamento a crise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder executivo   Decreto nº 178/2020</a>                     |
|           | Suspensão de eventos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 174/2020</a>                     |
|           | Estabelece medidas a serem adotadas em todo o município                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 192</a>                          |
|           | Altera o decreto nº 192/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Portaria 037</a>                            |
|           | Plano de Contingência no combate contra a COVID-19                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Plano de Contingência</a>                   |
|           | Fica instituído o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 no Município de Castro.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 189.2020</a>                     |
|           | Estabelece medidas para o comércio                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 202</a>                          |



|            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|            | <p>Autoriza, excepcionalmente, a realização de sessões ordinárias e extraordinárias, por vídeo conferência.</p> <p>Aprova o termo de aceite ao incentivo Benefício emergencial covid-19.</p> <p>ALTERAR o Art. 9º da Portaria nº 26/2.020, passando seus efeitos ao período de 24 de março ao dia 31 de maio, podendo ser reavaliado a qualquer tempo</p> <p>Alterar o art. 9º da portaria nº 26/2.020, passando seus efeitos ao período de 24 de março ao dia 10 de junho, podendo ser reavaliado a qualquer tempo.</p> <p>O artigo 1º do Decreto 182, de 13 de abril de 2020, vigora com a seguinte redação, com efeitos retroativos à data de sua publicação:</p> <p>REVOGAR o art. 7º da Portaria nº 26/2020, aplicando-se aos estagiários contidas no art. 3º da referida Portaria nº 26/2020 e suas atualizações.</p> <p>Regulamenta a oferta do auxílio por situações de calamidade pública ou emergência, previsto nos artigos 23, inciso IV, e 39 da Lei Municipal nº 3.345/2017.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <p>Poder Executivo   Decreto nº 04</p> <p>Poder Executivo   Resolução nº 25</p> <p>Poder Executivo   Portaria nº 44</p> <p>Poder Executivo   Portaria nº 45</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 256</p> <p>Poder Executivo   Portaria nº 46.2020</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 457</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Guararuba  | <p>Regula as condutas a serem adotadas por todos os municípios, agentes públicos, atores econômicos e sociais, em suas atividades ou fora dela, visando o combate a pandemia covid-19 no âmbito do Município de castro passa a ser regulada pelas disposições do presente Decreto.</p> <p>Decreto de emergência na Saúde Pública. Sem revogação</p> <p>Medidas para enfrentamento da emergência: Proíbe a circulação de pessoas e suspende o comércio</p> <p>Prorroga para o dia 29 de maio o prazo para adesão ao Refis e para o requerimento de isenção do IPTU aos aposentados, pensionistas e portadores de moléstias graves ou incuráveis</p> <p>Novas medidas restritivas e punições no caso de descumprimento das determinações de enfrentamento da emergência em saúde pública</p> <p>Declara estado de calamidade pública no Município de Guararuba</p> <p>Fica proibida a permanência e aglomeração de pessoas nos espaços públicos e bens de uso comum do povo do Município de Guararuba</p> <p>Medidas complementares aos Decretos Municipais 23286, de 16 de março de 2020; 23297, de 18 de março de 2020; e 23299, de 19 de março de 2020.</p> <p>Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.</p> <p>Dispõe sobre o uso de máscaras de proteção no âmbito do Município de Guararuba, como condição para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, acrescentando as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública</p> <p>Declara mantida a situação excepcional de emergência na saúde pública</p> <p>Regulamenta as ações de fiscalização para o efetivo cumprimento das normas relativas ao enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus</p> <p>Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.</p> <p>Altera os Decretos 23.299/2020 e 23.337/2020, no que concerne ao funcionamento de marinas, iate-clubes e similares, em dias que especifica, exclusivamente para manutenção e conservação de embarcações.</p> <p>Altera os Decretos 23.299/2020 e 23.337/2020, no que concerne ao funcionamento de marinas, iate-clubes e similares, em dias que especifica, exclusivamente para manutenção e conservação de embarcações</p> <p>Dispõe sobre as condições de funcionamento das Marinas, Iate-Clube e Associações Náuticas, acrescentando as medidas de segurança para enfrentamento da emergência na saúde pública de Guararuba decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19) e dá outras providências</p> <p>Altera o Decreto 23382/2020, no que concerne ao funcionamento de Buffet ou qualquer forma de self service. O Prefeito do Município de Guararuba, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, visando a manter as medidas de vigilância epidemiológica para a prevenção da propagação da grave pandemia do Coronavírus – COVID-19, as quais dependem necessariamente da sua adoção por toda a sociedade</p> <p>Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento à COVID-19 no território do Município de Guararuba.</p> <p>Dispõe sobre medidas temporárias e integradas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, no Município de Guararuba, em conjunto com os Municípios balneários vizinhos de Matinhos e Pontal do Paraná, integrantes da 1ª. Regional de Saúde do Paraná</p> | <p>Poder Executivo   Decreto nº 357</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.286</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.299</p> <p>Poder Executivo   Lei nº 1.849</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.340</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.339</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.337</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.311</p> <p>Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo 05/2020</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.382</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.368</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.369</p> <p>Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 05</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.397</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.397</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.429</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.430</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.460</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.479</p> |
|            | <p>Dispõe sobre a retomada de medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, no Município de Guararuba, em conjunto com municípios balneários vizinhos, até o dia 05 de agosto de 2020, haja vista o término do vigor do Decreto Estadual 4.942/2020 alterado pelo Decreto Estadual 5.041/2020, referente às medidas restritivas impostas aos municípios integrantes da 1ª. Regional de Saúde do Paraná</p> <p>Prorroga até o dia 15 de setembro de 2020 as medidas de restrição aos serviços essenciais e não essenciais no Município e dá outras providências no enfrentamento da COVID-19.</p> <p>Altera o Anexo Único do Decreto 23.505/2020, nos pontos em que especifica no Anexo Único deste Decreto, dando novas providências no enfrentamento da COVID-19 válidas até o dia 15 de setembro de 2020.</p> <p>Prorroga até o dia 30 de setembro de 2020 as medidas de restrição aos serviços essenciais e não essenciais no Município; altera o Anexo Único do Decreto 23.505/2020 e suas alterações, nos pontos em que especifica, determina a retomada do atendimento público nas repartições administrativas do Poder Executivo municipal e dá outras providências.</p> <p>Mantém, até o dia 31 de outubro de 2020, no enfrentamento da COVID-19, medidas de restrição à prática de atividades e ao modo como são realizados serviços essenciais e não essenciais</p> <p>Altera anexos do Decreto 23.543/2020, estabelecendo uma nova etapa no enfrentamento da COVID-19 no Município de Guararuba, invocando responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade, diante do crescente fluxo de turistas na cidade com a proximidade do verão.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.493</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.505</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.523</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.532</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.543</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 23.551</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Itaperuçu  | <p>Medidas para enfrentamento da emergência</p> <p>Medidas complementares ao decreto nº 053</p> <p>Decreto de Emergência na Saúde Pública. O Estado de Emergência ficará em vigor enquanto perdurar o estado de emergência nacional pelo COVID-19</p> <p>Medidas complementares ao decreto nº 053</p> <p>Procedimentos sobre o fornecimento de merenda escolar</p> <p>Antecipa o recesso escolar na rede de ensino municipal, em face da situação de emergência de saúde pública declarada no município</p> <p>Medidas complementares e obrigatórias para o enfrentamento da emergência em saúde pública. Obriga o uso de máscaras.</p> <p>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional. Prorrogação da suspensão das atividades.</p> <p>Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.</p> <p>Dispõe sobre medidas restritivas às atividades e serviços para enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrente do coronavírus (covid-19) e dá outras providências.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <p>Poder Executivo   Decreto nº 053</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 054</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 055</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 056</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 058</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 064</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 075/2020</p> <p>Poder Legislativo   Decreto nº 02</p> <p>Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2020</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 135</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|            | <p>Decreto de Emergência. Ficará em vigor enquanto perdurar o Estado de Emergência Internacional. As medidas podem ser revistas a qualquer momento.</p> <p>Declara situação de emergência</p> <p>Medidas adicionais àquelas dispostas no decreto nº 6950/2020</p> <p>Medidas que prorrogam o prazo dos Decretos acima até o dia 05</p> <p>Declara estado de calamidade pública</p> <p>Medidas adicionais aos Decretos</p> <p>Medidas adicionais àquelas dispostas nos decretos que decretaram a situação de emergência e regularizaram medidas para o enfrentamento da pandemia</p> <p>Fica suspensa a entrega de carnês de IPTU, LICENÇA ANUAL DE LOCALIZAÇÃO e ISSQN, pela secretária de Tributos de Mariávia e prorrogado o prazo de pagamento em 60 dias</p> <p>Dispõe sobre medidas adicionais àquelas dispostas nos decretos regulavam a situação de emergência e medidas de enfrentamento a pandemia</p> <p>Estabelece a distribuição de produtos de gênero alimentícios adquiridos com recursos federais e municipais</p> <p>Dispõe sobre medidas adicionais àquelas dispostas nos decretos que decretaram situação de emergência e regularizaram medidas para o enfrentamento da pandemia</p> <p>Dispõe sobre medidas adicionais àquelas dispostas nos decretos que decretaram situação de emergência e regularizaram medidas para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <p>Poder Executivo   Decreto 6946</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6950</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6952</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6957</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6967</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6963</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6.976</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6.965</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6.978</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6.975</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 6994</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 7.024</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|            | <p>Medidas complementares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional. Sem revogação prevista</p> <p>Decretou situação de emergência</p> <p>Dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento da emergência em saúde</p> <p>Dispõe sobre medidas de segurança e saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 para a realização do Concurso 01/2020 na cidade Floresta.</p> <p>Medidas de prevenção ao decorrente ao coronavírus em igrejas e templos religiosos.</p> <p>Ocorrência de estado de calamidade pública no município de cascavel – Pendente de Sanção</p> <p>Medidas para proteção da população e enfrentamento da covid-19: Fechamento do Comércio</p> <p>Medidas para proteção da população e enfrentamento da covid-19: Fechamento do Comércio</p> <p>Conclusão para que que determine estender a validade do Decreto Municipal 15.313 até o dia 12/04/2020, com alterações.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <p>Poder Executivo   Decreto nº 47.2020</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 40.2020</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 084</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 091</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 101</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2020</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 15.313</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 15.337</p> <p>Memória Conclusiva de Reunião - COE MEDIDAS DE CONTENÇÃO</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|            | <p>Determina a suspensão pelo prazo de 15 dias as atividades da câmara de vereadores de Cascavel</p> <p>Novas medidas para proteção da população e enfrentamento da covid-19</p> <p>Novas medidas para proteção da população: Liberação do comércio</p> <p>Cria o Comitê de Apoio e Defesa do Emprego e das Empresas – CADEE</p> <p>Reorganização, ampliação da composição e atribuições do Centro de Operações de Emergência – COE para o enfrentamento da pandemia</p> <p>Plano interno de contingência do CORONAVIRUS</p> <p>Estende as medidas de contenção ao coronavírus no âmbito do Poder Legislativo municipal</p> <p>Estabelece novas medidas para a proteção da população e enfrentamento da COVID19</p> <p>Planejamento e orientações para a reabertura gradativa das Unidades de Saúde de atenção primária, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.</p> <p>Altera, conforme orientações do Centro de Operações de Emergência – COE para o enfrentamento da pandemia, a rotina de trabalho dos servidores integrantes do grupo de risco.</p> <p>Estabelece, conforme orientações do Centro de Operações de Emergência – COE para o enfrentamento da pandemia, a rotina de trabalho dos servidores em teletrabalho</p> <p>Aprova o Plano de Ação e Aplicação referente ao Recurso Federal da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369 das Ações Socioassistenciais, no enfrentamento da pandemia causada pelo Novo Coronavírus</p> <p>Regulamenta os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos por meio da lei federal nº 14.017, de 29.06.2020, que "dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo decreto legislativo nº 6, de 20.03.2020.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <p>Poder Legislativo   Ato da Presidência nº 24</p> <p>Poder Executivo   Decreto 15.374</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 15.396</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 15.375</p> <p>Poder Executivo   Portaria nº 240</p> <p>Poder Executivo   Instrução Normativa nº 02</p> <p>Poder Executivo   Ato da Presidência nº 28</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 15.424</p> <p>Poder Executivo   Portaria nº 258</p> <p>Poder Executivo   Portaria nº 261</p> <p>Poder Executivo   Portaria nº 262</p> <p>Poder Executivo   Resolução nº 36</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 15.652</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Terra Roxa | <p>Altera dispositivos do Decreto nº 3468 de 20 de março de 2020, que estabelece, no âmbito do Município de Terra Roxa, medidas para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19)</p> <p>Declara situação de emergência</p> <p>Altera dispositivos do Decreto nº 3468. Declara a abertura do comércio e indústria</p> <p>Estabelece novas medidas para a proteção da população e enfrentamento da COVID-19</p> <p>Estabelece novas regras para o funcionamento das atividades e serviços públicos</p> <p>Altera dispositivos do Decreto nº 3536 de 14 de Julho de 2020, e Decreto nº 3462 de 17 de março de 2020, que estabelecem no âmbito do Município de Terra Roxa-PR, medidas para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <p>Poder Executivo   Decreto nº 3472 de 31 de março de 2020,</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 3468</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 3472</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 3.490</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 3.489</p> <p>Poder Executivo   Decreto nº 3.556</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| São Tomé   | <p>Dispõe sobre a prorrogação das medidas temporárias e emergenciais na prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus - covid 19 e dá outras providências.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <p>Poder Executivo   Decreto nº 835 de 31 de março de 2020</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|            | <p>Recomenda-se toque de recolher diário no Município de São Miguel do Iguaçu, estado do Paraná, como medida de controle e prevenção para enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <p>Poder Executivo   Decreto nº 115 de 31 de março de 2020</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                            |
|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| São Miguel do Iguaçu | Dispõe sobre horário de expediente da administração municipal                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 160</a>                           |
|                      | Dispõe sobre ampliação do horário de funcionamento de estabelecimentos religiosos sobre medidas preventivas de contágio                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 157</a>                           |
|                      | Dispõe sobre novo horário de funcionamento do Comércio, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 153</a>                           |
|                      | Dispõe sobre funcionamento de bares, restaurantes, churrasarias, lanchonetes e congêneres, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 146</a>                           |
|                      | Dispõe sobre horário especial de funcionamento do Comércio em Geral na data de 9 de maio de 2020, e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 173</a>                           |
|                      | Dispõe sobre horário de expediente da administração municipal de São Miguel do Iguaçu durante o enfrentamento do covid-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 160</a>                           |
|                      | Dispõe sobre medidas de flexibilização para o enfrentamento da (COVID-19) estabelecidas pelo Município de São Miguel do Iguaçu, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 391</a>                           |
| Rio Negro            | Altera o art. 1º do Decreto nº 027, de 30 de Março de 2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 29 de 31 de março de 2020</a>     |
|                      | Declara estado de calamidade pública no âmbito da saúde pública no Município de Rio Negro decorrente do CORONAVÍRUS-COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Decreto nº 30, de 3 de abril de 2020</a>                       |
|                      | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo 05/2020</a> |
|                      | Altera o art.16 do Decreto nº 021, de 17 de março de 2020, conforme especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 051</a>                           |
|                      | Acrescenta o artigo 1º-A ao Decreto nº 044, de 23 de abril de 2020, conforme especifica                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 050</a>                           |
|                      | Dispõe sobre o uso massivo de máscaras e condutas de higiene a serem observadas pelos estabelecimentos, em face da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 045</a>                           |
|                      | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 05</a>   |
|                      | Dispõe sobre a autorização do funcionamento das feiras livres no município, conforme especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 044</a>                           |
|                      | Ficam estabelecidas as normativas de funcionamento de igrejas, templos religiosos e afins, academias e afins, restaurantes e afins, a partir de 22 de abril de 2020                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 041</a>                           |
|                      | Fica alterado o §1º do art. 6º do Decreto nº 021, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 040</a>                           |
|                      | Dispõe sobre medidas a serem adotadas junto à Administração Pública Municipal, conforme especifica                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Portaria nº 340</a>                          |
|                      | Fica alterado o §1º do art. 6º do Decreto nº 021, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 039</a>                           |
|                      | Incluir o § 2º, incisos do I ao VII, no art. 5º do Decreto nº 021, de 17 de março de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 038</a>                           |
|                      | Altera o art. 1º do Decreto nº 027, de 30 de Março de 2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 36</a>                            |
|                      | Quanto ao acesso aos estabelecimentos das atividades e serviços considerados essenciais em especial supermercados, bancos e lojas de material de construção, padarias, lanchonetes, farmácias, cumulativamente ao previsto nos decretos municipais e estaduais:                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 35</a>                            |
|                      | Altera o art. 1º do Decreto nº 025, de 20 de março de 2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 33</a>                            |
|                      | Dispõe sobre autorização de determinadas atividades no município de Rio Negro, conforme especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 32</a>                            |
|                      | Declara estado de calamidade pública no Município de Rio Negro, em virtude dos problemas de saúde pública e econômicos gerados pelo enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus SARS-CoV-2.                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 31</a>                            |
|                      | Declara estado de calamidade pública no âmbito da saúde pública no Município de Rio Negro decorrente do CORONAVÍRUS-COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 30</a>                            |
| Pontal do Paraná     | Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Pontal do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8613 de 31 de março de 2020</a>   |
|                      | Altera o decreto nº 8.575, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de prevenção ao contágio pelo CORONAVÍRUS (COVID-19)                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.586</a>                         |
|                      | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública no município.                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 11</a>   |
|                      | Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Pontal do Paraná.                                                                                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.613</a>                         |
|                      | Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Pontal do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.647</a>                         |
|                      | Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Pontal do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.694</a>                         |
|                      | Unifica e dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Pontal do Paraná                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.694</a>                         |
|                      | Unifica e dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Pontal do Paraná, considerando a evolução da situação a respeito da propagação do coronavírus (COVID-19), bem como as medidas previamente adotadas pela Administração Pública, visando a prevenção ao contágio e a preservação da saúde de toda a população pontalense. | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 8.878</a>                         |
|                      | Suspende por tempo indeterminado eventos que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 134</a>                           |
|                      | Medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 095</a>                           |
| União da Vitória     | Altera o dispositivo do Decreto 95/2020. Suspensão de aulas por tempo indeterminado                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 165</a>                           |
|                      | Dispõe sobre o uso obrigatório de máscaras de proteção, como medida temporária e emergencial de prevenção                                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 168</a>                           |
| Teixeira Soares      | Estabelece normas comportamentais para o combate e prevenção da pandemia do Coronavírus – Covid-19, adota legislação estadual e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 685</a>                           |
|                      | Declara Estado de Calamidade Pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 693</a>                           |
|                      | Medidas de conduta e comportamento no combate a pandemia de coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 695</a>                           |
|                      | Prorroga o prazo de vencimento do imposto predial e territorial urbano e taxas 2020 face a situação de emergência para enfrentamento ao contágio do novo coronavírus                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 697</a>                           |
|                      | Medidas suplementares relativas ao monitoramento e controle da pandemia                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 703</a>                           |
|                      | Trata da limitação do ingresso e permanência no local em relação ao metro quadrado por área construída.                                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 898</a>                           |
|                      | Prevê medidas de enfrentamento à pandemia e prevenção à transmissão comunitária do coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 909</a>                           |
| São Mateus do Sul    | Estabelece a consolidação das normas de enfrentamento à pandemia e prevenção à transmissão comunitária do novo Coronavírus                                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 912</a>                           |
|                      | Prevê medidas de enfrentamento à pandemia e prevenção à transmissão comunitária                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 909</a>                           |
|                      | Prorroga e altera as datas de vencimento dos tributos municipais, previstos no Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 08/2004 - mediante a expedição de Decreto                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Lei Complementar nº 078</a>                  |
|                      | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 07</a>   |
|                      | Manutenção do fechamento do comércio não essencial                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Nota pública</a>                             |
|                      | Dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos e estabelece outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 090</a>                           |
|                      | Altera o horário de funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais e estabelece outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 109</a>                           |
| Curiúva              | Altera o toque de recolher e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 116</a>                           |
|                      | Autoriza o funcionamento do comércio local no dia 09 de maio de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 106</a>                           |
|                      | Autoriza a celebração de cultos religiosos e dá outras providências                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 114</a>                           |
|                      | Institui em regime especial as atividades pedagógicas na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19.                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 100</a>                           |
|                      | Altera o horário de funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais e estabelece outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 109</a>                           |
|                      | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção pela COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 145</a>                           |
|                      | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção pela COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 148</a>                           |
|                      | Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção pela COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 156</a>                           |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                            |
|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                            |

|                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                         |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| Iratí           | Determina o uso obrigatório de máscara à toda a população                                                                                                                                                                                                                                                   | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 136</a>                        |
|                 | Estão autorizados a funcionar os estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços no município                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 125</a>                        |
|                 | Reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõem o caput e os incisos I e II do art. 65 da lei complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos municípios que especifica.                                                                          | <a href="#">Poder Legislativo   Projeto de Decreto Legislativo nº 8</a> |
|                 | Dispõe sobre adoção de medidas em relação ao COVID-19, aos serviços educacionais.                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 132</a>                        |
|                 | Institui o seguinte programa de ensino a ser organizado, ofertado e realizado pelas instituições de Ensino Municipal                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 133</a>                        |
|                 | Instrução Normativa sobre os decretos nº 132 e 133/2020                                                                                                                                                                                                                                                     | <a href="#">Poder Executivo   Instrução Normativa 01/2020</a>           |
| Bocaiuva do Sul | Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, para o Município de Bocaiuva do Sul, conforme deliberações do Fórum Metropolitano de Combate a Covid-19                                                                        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.093</a>                      |
|                 | Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo COVID-19 e dá outras providências.                                                                                                                             | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.089</a>                      |
|                 | Dispõe sobre as alterações de prazos das obrigações fiscais em decorrência da pandemia de COVID-19.                                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.039</a>                      |
|                 | Altera o Decreto nº 1.105/2020 que dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 nos termos do Decreto nº 4942 do Governo do Estado do Paraná                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.112</a>                      |
|                 | Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 nos termos do Decreto nº 4.942 do Governo do Estado do Paraná e deliberações do Fórum Metropolitano de Combate a COVID-19.                                                                                                                                | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.114</a>                      |
|                 | Altera o Decreto nº 1114/2020 que dispõe sobre o enfrentamento da COVID-19                                                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.120</a>                      |
|                 | Altera o Decreto nº 1114/2020 que dispõem sobre medidas de enfrentamento da COVID-19.                                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.124</a>                      |
|                 | Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19, que permite a realização de jogos de futebol em campos abertos                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 1.126</a>                      |
| Contenda        | Estabelece medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, para o município de Contenda/PR, de acordo com o Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020, do Governo do Estado do Paraná e dá outras providências. | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 199</a>                        |
|                 | Dispõe sobre medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, para o município de Contenda/PR, e dá outras providências.                                                                                    | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 212</a>                        |
|                 | Prorroga a vigência e efeitos do Decreto nº 212, de 15 de julho de 2020 que dispõe sobre medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, para o município de Contenda/PR, e dá outras providências.        | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 225</a>                        |
|                 | Dispõe sobre novas medidas restritivas às atividades e serviços como mecanismo para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus, para o município de Contenda/PR, e dá outras providências.                                                                              | <a href="#">Poder Executivo   Decreto nº 227</a>                        |